

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIA FACCHINI

**POR UMA CONSTRUÇÃO RELACIONAL DA PAZ: A INTERSUBJETIVIDADE NA
TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS DE JOHN PAUL LEDERACH**

UBERLÂNDIA
2020

JULIA FACCHINI

**POR UMA CONSTRUÇÃO RELACIONAL DA PAZ: A INTERSUBJETIVIDADE NA
TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS DE JOHN PAUL LEDERACH**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional

Orientador: Professor Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F137 2020	<p>Facchini, Julia, 1995- Por uma construção relacional da paz [recurso eletrônico] : a intersubjetividade na transformação de conflitos de John Paul Lederach / Julia Facchini. - 2020.</p> <p>Orientador: Aureo de Toledo Gomes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.12 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Gomes, Aureo de Toledo, 1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 36, PPGRI				
Data:	07 de fevereiro de 2020	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	12:00
Matrícula do Discente:	11812RIT007				
Nome do Discente:	Julia Facchini				
Título do Trabalho:	Por uma construção relacional da paz: a intersubjetividade na transformação de conflitos de John Paul Lederach				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Segurança Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Paz e Hegemonia: uma análise critica sobre Peacebuilding e a Virada Local				

Reuniu-se no Sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Gilberto Carvalho de Oliveira - UFRJ; Ramon Blanco de Freitas - UNILA; Aureo de Toledo Gomes - UFU orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Aureo de Toledo Gomes - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/02/2020, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Blanco de Freitas, Usuário Externo**, em 11/02/2020, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Carvalho de Oliveira, Usuário Externo**, em 11/02/2020, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1853336** e o código CRC **4F412405**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Aureo, por me guiar pelos caminhos da paz nos últimos três anos. É uma honra ter sido orientada por um mestre tão sábio.

Agradeço aos professores Gilberto e Ramon por engrandecerem este trabalho com conselhos valiosos e por aceitarem compor a Banca Examinadora nessa reta final.

Agradeço aos meus pais, Milton e Silvia, por me possibilitarem, de todas as maneiras possíveis, chegar até aqui. O amor e a força de vocês me inspiram todos os dias.

Agradeço ao meu irmão de sangue, Renato, e à minha irmã de alma, Letícia, por tudo o que compartilhamos nessa vida. Ter vocês comigo é a melhor coisa que o destino me proporcionou.

Agradeço aos meus familiares pelos laços ternos que construímos. Em especial, agradeço à minha avó por sua presença silenciosa. Levarei a senhora comigo por toda a minha existência.

Agradeço à Ana Luísa por escolher estar sempre do meu lado. “Eu quando estou com você, estou nos braços da paz.”

Agradeço às minhas amigas e amigos, que doaram um pouco de si e receberam um pouco de mim nas lindas trocas que a vida nos proporcionou. Tem um pouco de vocês em cada linha deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os professores e professoras que dividiram seus conhecimentos comigo e que me fizeram não apenas acadêmica, mas uma pessoa mais humana.

*“Ao teu encontro, Homem do meu tempo,
E à espera de que tu prevaleças
À rosácea de fogo, ao ódio, às guerras,
Te cantarei infinitamente à espera de que um dia
te conheças
E convides o poeta e a todos esses amantes da
palavra, e os outros,
Alquimistas, a se sentarem contigo à tua mesa.
As coisas serão simples e redondas, justas. Te
cantarei
Minha própria rudeza e o difícil de antes,
Aparências, o amor dilacerado dos homens
Meu próprio amor que é o teu
O mistério dos rios, da terra, da semente.
Te cantarei Aquele que me fez poeta e que me
prometeu
Compaixão e ternura e paz na Terra
Se ainda encontrasse em ti, o que te deu.”*

(Hilda Hilst)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo explorar o tratamento analítico que John Paul Lederach dá aos elementos intersubjetivos em sua proposta teórica e prática de transformação de conflitos. Para tal, primeiramente buscamos sistematizar as abordagens relacionais que precedem e fornecem bases teóricas e conceituais à escrita do autor. Em seguida, delineamos analiticamente a transformação de conflitos e seus desdobramentos para a prática da construção da paz. Por fim, investigamos as emoções, percepções e sentimentos como forças sociais, bem como a abordagem prática para tratá-las em contextos conflitivos sugerida pelo autor, que gira em torno da ideia de reconciliação. Com este esforço teórico, pretendemos não somente explorar novos olhares aos debates que tangenciam as questões de reconhecimento na resolução de conflitos e nos Estudos para a Paz, como também difundir as ideias de Lederach, tão relevantes aos tempos atuais, nos espaços acadêmicos brasileiros.

Palavras-chave: Construção da Paz; Intersubjetividade; John Paul Lederach; Reconciliação; Transformação de Conflitos.

ABSTRACT

This dissertation aims to explore the analytical treatment that John Paul Lederach gives to intersubjective elements in his theoretical and practical proposal of conflict transformation. To this end, we first seek to systematize the relational approaches that precede and provide theoretical and conceptual basis for the author's writing. Then we analytically delineate the conflict transformation and its developments to the peacebuilding practice. Finally, we investigate emotions, perceptions and feelings as social forces, as well as the practical approach to treat them in conflicting contexts suggested by the author, which revolves around the idea of reconciliation. With this theoretical effort, we intend not only to explore new perspectives on the debates that address the issues of recognition in conflict resolution and peace studies, but also to disseminate Lederach's ideas, so relevant to current times, in Brazilian academic spaces.

Keywords: Peacebuilding; Intersubjectivity; John Paul Lederach; Reconciliation; Conflict Transformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triângulo do conflito	28
Figura 2 - O modelo de consulta de terceira-parte	37
Figura 3 - Atores e abordagens para o peacebuilding.....	53
Figura 4 - A mudança enquanto um ciclo	55
Figura 5 - Ilustração gráfica do modelo processo-estrutura.....	55
Figura 6 - A plataforma transformativa	56
Figura 7 - A estrutura integrada do peacebuilding	58
Figura 8 - O ciclo de vida do conflito.....	82
Figura 9 - O processo de formação de redes	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – POR UMA OUTRA PERSPECTIVA: AS LENTES RELACIONAIS PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO	18
A perspectiva intersubjetiva da experiência social	19
O conflito como um fenômeno relacional	26
A resolução interativa de conflitos.....	30
CAPÍTULO 2 – POR UMA MUDANÇA SOCIAL GENUÍNA: A TEORIA E A PRÁTICA DA TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS	43
O contexto de produção de John Paul Lederach.....	44
A proposta transformativa de construção da paz	48
A arte de transformar conflitos	63
Alternativas e críticas à transformação de conflitos	65
CAPÍTULO 3 – POR UMA PAZ VERDADEIRAMENTE SENTIDA: A RECONCILIAÇÃO E A CURA SOCIAL DAS EMOÇÕES.....	71
As emoções como forças sociais	72
A reconciliação como uma categoria analítica	79
A reconciliação como uma prática transformativa	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Nos tempos em que esta introdução está sendo escrita, a Turquia promove mais uma ofensiva militar contra o povo curdo, grupo étnico que há séculos têm suas demandas por reconhecimento e autonomia negadas (BBC, 2019b; KUZU, 2015). No Iêmen, comunidades, tribos e movimentos político-religiosos estão intrincados em coalizões voláteis cujas disputas desencadearam uma das maiores crises humanitárias da década de 2010, motivadas por uma unificação territorial artificial que silenciou as múltiplas identidades políticas da região (ELLENDER, 2015). Comunidades e vilarejos da região central da África estão sendo destruídos em conflitos protagonizados por grupos étnicos congolese e ruandese conflitantes, enquanto, na Europa, a Espanha reage com violência e repressão aos protestos pela independência da Catalunha, região que almeja se tornar uma nação baseada na identidade e cultura catalãs (BBC, 2019a; KLEINFELD, 2019). Os eventos contemporâneos nos levam a concordar com Fraser e Honneth (2003): reconhecimento é a palavra-chave do nosso tempo¹.

As lutas por nacionalidade, gênero, religião ou etnia partem das experiências de menosprezo e exclusão vivenciadas pelos sujeitos em espaços públicos e privados em seus cotidianos. A ausência ou negação do reconhecimento intersubjetivo das identidades e diferenças, nesse sentido, é a principal causa desses conflitos sociais. As questões distributivas que justificaram os grandes conflitos mundiais não desapareceram – pelo contrário, o momento presente também nos apresenta uma América do Sul convulsionada por manifestações em massa que questionam as elites políticas e suas medidas econômicas, responsáveis por aprofundar a desigualdade social na região (G1, 2019). Entretanto, as pautas de reconhecimento não podem mais ser negligenciadas em um cenário internacional atravessado pelas demandas das múltiplas subjetividades (FUHRMANN, 2013; FRASER; HONNETH, 2003).

A tradicional narrativa da paz liberal sedimentou estruturas estritamente racionais aos programas de consolidação da paz internacionais, que promovem modelos de governança *top-down* e economias abertas ao mercado como receituários para a superação de toda sorte de

¹ As visões de Alex Honneth e Nancy Fraser acerca do debate entre redistribuição e reconhecimento não são exatamente consonantes. Os autores concordam que o reconhecimento deve ser visto para além de um mero epifenômeno da redistribuição, no entanto, para Honneth, o reconhecimento como uma categoria moral sustentada pelos sujeitos em interação abrange até mesmo as lutas distributivas, as quais seriam uma “subvariedade da luta pelo reconhecimento”. Fraser, por outro lado, adota uma perspectiva dualista que considera ambos como categorias irreduzíveis ligadas ao conceito de justiça (FRASER; HONNETH, 2003, p. 2-3).

conflitos. Em paralelo, o desenvolvimento da teoria e da prática da resolução de conflitos, também ancorados em valores liberais, oferece instrumentos e técnicas para que o conflito possa ser solucionado levando em conta interesses e necessidades fundamentais das partes envolvidas. A paz liberal e a resolução de conflitos compartilham de uma perspectiva patológica do conflito e, pela mesma lógica, assumem que soluções terapêuticas universalmente aplicáveis são capazes de findá-lo² (PUREZA, 2011). As instâncias internacionais, guiadas por esses arcabouços, partem de pressupostos essencialmente redistributivos e ocidentalizados para elaborar programas que alteram sistemas inteiros sem levar em conta as relações que os sustentam. O resultado são intervenções que não se convertem em uma paz verdadeiramente experimentada pela população (BIGATÃO, 2014).

Não obstante, os Estudos para a Paz, seguindo sua orientação normativa, vêm acompanhando as mudanças que perpassam o fenômeno do conflito. Desde a década de 1990, novas abordagens constroem agendas que cada vez mais consideram as questões identitárias nas investigações sobre a natureza dos conflitos sociais e nas propostas de intervenção para a paz (BUZAN; HANSEN, 2009). Ainda que a pauta da identidade se desdobre em muitas linhas de pesquisa possíveis, todas concordam que o reconhecimento é o primeiro passo para a mudança social (FUHRMANN, 2013). Para além do ganho ontológico, algumas linhas de pesquisa caminham por epistemes não ocidentais, incorporando novos paradigmas, conhecimentos e saberes que transcendem o entendimento monolítico da paz e levam o campo a um debate em que inúmeras pazes são possíveis. A *transformação de conflitos* insere-se nesse movimento.

A ideia de transformação não é recente e não carrega consigo nenhuma novidade intrínseca. Frequentemente mencionada em áreas como educação, movimentos sociais e desenvolvimento, a transformação social representa um processo amplo e genérico de mudança em resposta a eventos ou fatores que se desenrolam nos âmbitos políticos, econômicos, ambientais e quaisquer outros que influenciem nas dinâmicas sociais. A transformação é possível em todos os tipos de sociedade e não necessariamente produz efeitos positivos – um dos principais fenômenos que desencadeou transformações em sociedades do mundo todo foi a globalização, gerando uma série de efeitos negativos, como desequilíbrios econômicos e acirramento de conflitos violentos (CASTLES, 2002). Nas pautas relacionadas

² Em uma analogia com o vocabulário médico, por perspectiva patológica compreendemos aquelas abordagens que tratam o conflito como um fenômeno necessariamente negativo e que deve ser findado antes que gere consequências piores. As soluções terapêuticas são as fórmulas já conhecidas para exterminar o conflito com o menor dano à sociedade possível. Por essa lente, o conflito não é visto como um elemento que pode ser edificante e, menos ainda, como um recurso para a construção da paz.

ao conflito, o termo é utilizado desde a década de 1960 para descrever mudanças que ocorrem devido à natureza do conflito ou como resultado de intervenções, sem a pretensão de consolidar um entendimento exclusivo até a década de 1990 (RHODES, 2008).

Alguns autores consideram o campo da transformação de conflitos como uma significativa evolução da resolução de conflitos ou ainda como o nível mais profundo de mudança que a resolução pode alcançar. Para Wallensteen (1991), enquanto a resolução busca intencionalmente acomodar os interesses explícitos das partes em conflito, a transformação aprofunda-se nas mudanças que a vivência do conflito gera nos atores e em seus interesses, relacionamentos e ações. Em suma, é um aprendizado generalizado da experiência histórica. Por outro lado, outros autores a veem como um encontro da resolução com os Estudos para a Paz. Esse entendimento está relacionado ao engajamento da transformação de conflitos com as assimetrias e injustiças sociais, resgatando a natureza crítica dos Estudos para a Paz e incorporando tais elementos na prática da resolução, que passa a ser orientada para mudanças genuínas ao invés de soluções pontuais. Rasmussen (1997) sobrepõe a *família do conflito* à *família da paz*³ e aproxima a transformação de conflitos à construção da paz, uma vez que ambas estão interessadas na transformação de cenários de violência em ambientes de relações pacíficas e harmoniosas que perdurem no longo prazo.

Como uma abordagem específica, a transformação de conflitos começou a ser delineada no final da década de 1980 e se consolidou no decorrer da década seguinte. Tidwell, em 1998, reconheceu a transformação de conflitos como uma área que, apesar das diferenças entre os estudiosos, poderia ser identificada a partir da crença de que os conflitos estão sempre mudando e sendo transformados em outra coisa (TIDWELL, 1998). John Paul Lederach foi o grande responsável por articular as premissas que diferem a transformação de conflitos de outros arcabouços práticos (RHODES, 2008).

Os conflitos guiados pela pauta do reconhecimento que irromperam no cenário internacional na década de 1990 exigiram que os paradigmas definidores das abordagens teóricas e práticas fossem revisitados e que novas modalidades de intervenção fossem pensadas. A transformação de conflitos surge a partir da necessidade identificada em campo pelo autor de atribuir credenciais científicas ao modelo prático mais adequado à natureza dos conflitos (LEDERACH, 1997). Sua proposta é descritiva ao considerar a natureza dialética e

³ O termo *família* por Rasmussen (1997) refere-se ao conjunto de termos adotados pelas áreas da Pesquisa do Conflito e dos Estudos para a Paz para tratar das respectivas propostas de intervenção. Por *família do conflito*, compreendemos as ideias de prevenção, gerenciamento, *settlement* e resolução de conflitos. A *família da paz*, por sua vez, engloba os conceitos de *peacemaking*, *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding* adotados pelas Nações Unidas (AXT; MILOSOSKI; SCHWARZ, 2006; BOUTROS-GHALI, 1992).

dinâmica do conflito de gerar mudanças sociais, mas também prescritiva ao propor intervenções práticas interessadas na mudança dos padrões relacionais e sistêmicos destrutivos que sustentam a escalada da violência (LEDERACH, 1995).

Dentre todos os elementos que constroem o campo, que serão melhor discutidos no decorrer do trabalho, julgamos como um dos mais importantes o forte vínculo com o local. As pessoas que experienciam o conflito todos os dias são posicionadas não como receptoras, mas como produtoras do processo de paz das suas comunidades. Por consequência, são processos que dialogam com a forma com que as pessoas nomeiam, justificam e enfrentam o conflito. O aprofundamento no cotidiano local traz à tona os fundamentos do conflito destrutivo que estão enraizados nos padrões sociais e culturais. A transformação de conflitos os admite e abraça a complexidade de se enfrentar e romper com questões que parecem ser estruturalmente determinadas para construir respostas criativas à perpetuação da violência. As identidades, culturas, etnias e todos os outros nichos do reconhecimento, aqui, assumem protagonismo em uma proposta prática de intervenção para a paz (LEDERACH, 2005).

Uma vez que o reconhecimento reside na esfera intersubjetiva da experiência humana, este trabalho objetiva explorar o tratamento analítico que John Paul Lederach dá aos elementos intersubjetivos em sua obra, especialmente na contribuição da transformação de conflitos. Pretendemos abordá-lo pelas perspectivas descritiva e prescritiva que a transformação de conflitos assume. Descritivamente, consideramos o conflito como um fenômeno que emerge naturalmente das relações sociais e que, portanto, não é algo passível de resolução ou sequer extinção. A intersubjetividade nos desponta como uma categoria analítica de enorme importância a partir do entendimento de que as interações que dão origem e que alimentam o conflito moldam e são moldadas por percepções, interpretações, emoções e sentimentos negativos que germinam no subjetivo e que transbordam para as relações sociais.

No âmbito prescritivo, por sua vez, trazemos as reflexões e ferramentas transformativas para que as percepções e emoções negativas generalizadas, como o ódio e o medo, sejam reorientadas em direção à empatia e confiança mútuas. Lederach propõe uma releitura da ideia de reconciliação e a insere nas intervenções práticas como um catalisador na reconstrução dos relacionamentos dilacerados pelo conflito (LEDERACH; LEDERACH, 2010; OLIVEIRA, 2017b; RHODES, 2008).

Ainda que o debate esteja cada vez mais aberto às pautas que envolvem elementos imateriais em relação ao conflito e à paz, pouco se fala sobre o papel das emoções. Em um campo que há mais de um século gira em torno de interesses, poder militar e alianças, é um desafio trazer luz àquilo que pertence ao que há de mais privado na vida humana. As emoções

são importantes na medida em que influenciam as crenças e interpretações das pessoas sobre o diferente, sobre o conflito e sobre as possíveis alternativas de resolução. Partindo da perspectiva relacional da sociologia, que compreende a sociedade como uma realidade formada pelas interações - e não apenas como um repositório de fatores que se interagem entre si -, as construções subjetivas deixam de ser privadas e passam a compor o conjunto de forças que constituem a experiência social. Relações conflituosas emergem de processos interpretativos interpessoais que estão ancorados em visões do Outro culturalmente sedimentadas no conhecimento socialmente compartilhado. Por exemplo, discriminações históricas relacionadas a etnias ou religiões podem levar a interações hostis entre indivíduos que pertencem a grupos diferentes, consolidando ainda mais os estereótipos e percepções negativas e, no longo prazo, culminando em conflitos sociais de larga escala (HALPERIN; SCHWARTZ, 2010).

São essas dinâmicas relacionais, quase imperceptíveis a quem faz uma leitura distante ou superficial dos conflitos, que ganham espaço na transformação de conflitos de John Paul Lederach. O conceito de reconciliação nos surge em sua obra como um componente fundamental para a transformação, uma vez que os conflitos são sustentados pelos relacionamentos. O ato de reconciliar vai além de fornecer espaços de perdão e reparação histórica. Como um processo da transformação de conflitos, reconciliar implica em se aprofundar nos significados que a violência assume para cada grupo que a vivencia e, a partir do que o local sente, traçar caminhos que permitam que os resquícios emocionais do conflito sejam compartilhados, reconhecidos e curados. Esses caminhos transcendem a racionalidade e podem incorporar elementos artísticos ou religiosos caso estes sejam bons recursos para que as pessoas se sintam acolhidas para compartilhar seus traumas e dores e, ao mesmo tempo, se questionem sobre o preconceito e ódio que alimentam sobre o inimigo. Assim como as dinâmicas emocionais são únicas em cada comunidade, também são únicos os processos para a reconciliação (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

O primeiro capítulo deste trabalho tem por objetivo introduzir o leitor a perspectivas relacionais para a compreensão da sociedade e para o diagnóstico e resolução do conflito. John Paul Lederach utiliza dessas perspectivas em suas obras e, aqui, procuramos sistematizá-las e promover pontes entre o estudo do conflito e da paz e outras áreas do conhecimento. De início, trazemos as contribuições de Alfred Schutz e Herbert Blumer, que compreendem a construção da sociedade nos termos dos relacionamentos que nela se desenrolam, levando em conta os eventos que se apresentam na realidade objetiva e a interpretação subjetiva que cada indivíduo os atribui (BLUMER, 1986; SCHUTZ, 2012). Essa perspectiva de análise norteia o

entendimento do conflito como um fenômeno estreitamente relacionado às interações sociais (LEDERACH, 1995; LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Apresentamos ainda algumas vertentes sociológicas, psicossociais, da resolução de conflitos e dos Estudos para a Paz que interpretam o conflito a partir das relações sociais. Tais vertentes englobam desde autores clássicos da sociologia até contribuições do século XXI, que já levam em conta as inúmeras transformações vividas pelas diferentes formas de coletividade. Por fim, o capítulo trata da resolução interativa de conflitos, conjunto de contribuições que compartilham das premissas da resolução tradicional de conflitos, mas que passam a considerar ferramentas relacionais como recursos facilitadores para a aproximação entre as partes (FISHER, 1990). Com esse capítulo, pretendemos trazer conceitos e ideias que usualmente não são investigadas no escopo da resolução de conflitos e dos Estudos para a Paz, mas que são de grande importância ao nos debruçarmos sobre a perspectiva relacional para a teoria e prática da paz proposta por Lederach.

O segundo capítulo pretende delinear analiticamente a transformação de conflitos de John Paul Lederach e suas contribuições e implicações para a construção da paz. Para isso, além dos principais elementos da sua obra, trazemos um panorama geral sobre o momento de produção do autor e alguns desdobramentos e críticas identificadas pela academia. Nossa escolha por sua obra se justifica pela grande relevância que possui entre os círculos acadêmicos e práticos.

Lederach possui uma vasta vivência como conciliador em diferentes contextos de conflito e apresenta os aprendizados extraídos das suas experiências em campo e os tornam cognoscíveis até para aqueles que são leigos no assunto. Sua produção é respaldada tanto pela vivência empírica quanto sua teoria - o autor não promete soluções indefectíveis, optando por aproximar o leitor das suas experiências. Histórias, personagens e reflexões são apresentados com o objetivo de promover muito mais epifanias do que técnicas. Trazer sua contribuição para um trabalho estritamente acadêmico e, ao mesmo tempo, transmitir a organicidade com que o autor elabora suas prerrogativas é, com certeza, um dos motivos que mais incitaram o feitiço desta dissertação.

Enfim, o terceiro capítulo concentra-se nos elementos subjetivos que compõem a intersubjetividade. Optamos por abordar as percepções e sentimentos que derivam do conflito não apenas como um efeito psicológico gerado por um evento que, por natureza, gera dores e traumas. Aqui, compreendemos a dimensão emocional como um importante definidor dos padrões de relacionamento que são consolidados no contexto do conflito e a assumimos como um importante recurso para a construção da paz. Nesse sentido, buscamos investigar a

importância das emoções para aqueles que trabalham em prol da paz sustentável e trazemos a proposta da reconciliação de John Paul Lederach como um importante direcionamento prático extraído da transformação de conflitos. Ao analisarmos a obra de Lederach cronologicamente, podemos notar que a reconciliação assume cada vez mais protagonismo em suas intervenções para a construção da paz. Esse fato nos salienta a necessidade de aprofundamento sobre essa contribuição específica do autor, cuja produção já é tão pouco explorada na academia brasileira⁴.

A transformação de conflitos, além de um importante ramo dos campos da resolução de conflitos e dos Estudos para a Paz, também é o pontapé inicial para que avancemos para além da academia: *como os nossos relacionamentos cotidianos constroem a atual sociedade brasileira, tão violenta e injusta?* Esta não é uma questão que este trabalho pretende responder, sequer traçamos algum paralelo com o contexto brasileiro. No entanto, essas linhas são escritas e serão lidas por indivíduos que vivenciam e constroem realidades em múltiplas teias de relacionamentos. Esperamos que, de alguma forma, as reflexões aqui presentes apontem os caminhos conciliatórios e pacíficos possíveis de serem delineados não apenas nos contextos onde a violência é explícita, mas também naqueles onde a violência se instala silenciosamente nos meandros da experiência coletiva.

⁴ A Editora Palas Athena publicou traduções para o português de duas obras de John Paul Lederach no Brasil. *A Imaginação Moral e Transformação de Conflitos* foram lançados em 2012 e este último é incluído em uma coleção de obras que tratam da superação de conflitos e da transformação e restauração de comunidades (PALAS ATHENA, 2019).

CAPÍTULO 1 – POR UMA OUTRA PERSPECTIVA: AS LENTES RELACIONAIS PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO

O fenômeno do conflito sempre provocou reflexões naqueles interessados pela vivência humana em coletividade. Heráclito de Éfeso já reconhecera, na Antiguidade Clássica, a força do conflito na construção do mundo: “é necessário saber que a guerra é comum a todos e a justiça se faz no conflito, e que todas as coisas nascem e morrem pelo conflito” (FIORI, 2017, p. 1). O século XX foi palco de conflitos em escala global e do aperfeiçoamento da guerra com o surgimento de armamentos capazes de extinguir populações inteiras e, nesse contexto histórico, o corpo acadêmico de Relações Internacionais se consolidou justamente com o objetivo de centralizar as discussões sobre a guerra e a paz no sistema internacional (SOUSA, 2017a). Os grandes conflitos definiram territórios, construíram identidades nacionais e consolidaram o sistema estatal que organiza politicamente o mundo. Hoje, preenchem os noticiários de imagens de sofrimento e destruição, ao mesmo tempo em que geram um fascínio (ou, no mínimo, uma curiosidade) que atrai multidões para museus e cinemas.

Antes de ser um evento de grandes proporções, o conflito é parte da vida de qualquer pessoa. Todos nós já vivenciamos algum conflito em nossas relações com os outros indivíduos, sejam eles conhecidos, amigos ou até familiares próximos. O simples fato de pertencer a um grupo ou expressar opiniões e necessidades pode colocar os indivíduos em contradições, dilemas e competições que se expressam em relações conflituosas. Mais que natural, o conflito é necessário para a formação da identidade social e para a inserção do indivíduo em uma realidade cotidiana que é vivenciada por meio de relações e interações (MYERS, 2014).

Os conflitos e guerras da atualidade são justificados sobre demandas históricas que muitas vezes são consideradas irreconciliáveis – são disputas territoriais, materiais e políticas em que as possibilidades de resolução parecem esgotadas. No entanto, antes de todos os interesses e justificativas, as guerras são feitas, vistas e sentidas por pessoas que têm suas subjetividades construídas por meio de processos relacionais. Esses processos são multidimensionais e não podem ser resumidos em esquemas causais. O conflito, sendo um fenômeno social, opera em coconstituição com as forças que definem a sociedade, alterando e criando novos padrões de interação, comunicação e conhecimento (GERGEN, 2009).

Johan Galtung (2010, p. 21, tradução nossa) sintetiza nosso ponto de partida: “violência e guerra, conflito e paz, todos têm uma coisa em comum: são relacionais”. Reconhecemos a importância das teorias tradicionais de compreensão do conflito e da paz, assim como o alcance e os ganhos já obtidos pelas intervenções da resolução de conflitos e da diplomacia oficiais. Optamos, entretanto, pela via relacional. Pensar a sociedade e seus fenômenos partindo dos relacionamentos não se trata de analisar o contato entre unidades separadas, como o Eu e o Outro ou o indivíduo e a cultura. A ideia é compreender a interação passada e presente entre essas unidades como o elemento formativo das ações individuais e coletivas. Os relacionamentos deixam de ser elementos derivados e se tornam componentes centrais de análise (GERGEN, 2009). As duas primeiras seções deste capítulo proporcionam um panorama das contribuições sociológicas e psicossociais que nos permitem refletir sobre a construção da vida social e a manifestação dos conflitos por uma lente relacional.

A terceira seção, por sua vez, sugere uma revisão da produção acadêmica que incorpora as interações na proposta da resolução de conflitos. Ainda dentro de uma perspectiva relativamente ortodoxa, as contribuições que posteriormente foram inseridas no escopo da resolução interativa de conflitos já passaram a integrar, desde a década de 1960, a restauração dos relacionamentos como um fator importante a ser incorporado nos esforços de solução de problemas. Buscamos, neste capítulo, apresentar as possibilidades de compreensão e resolução do conflito por olhares e conceitos que seguem a via relacional e, com base na transdisciplinaridade tão característica do campo, pavimentar o caminho que nos levará à transformação de conflitos.

A perspectiva intersubjetiva da experiência social

O ser humano é gregário por natureza. Essa afirmação, evocada em inúmeros contextos, nos traz mais do que a mera convicção de que o homem necessita viver em coletividade. Implica também em reconhecer que parte da identidade de cada indivíduo se expressa nos termos dos relacionamentos que são construídos diariamente em suas respectivas sociedades. A interdependência humana se manifesta nos processos sociais e, por esse ponto de vista, a linha que separa os indivíduos e a sociedade é deveras tênue (TEIXEIRA, 2015). Compartilhamos da definição de Neves (1997, p. 7 apud ZANELLA et al, 2003, p. 86), que compreende o sujeito como um “indivíduo concreto, mediado pelo social, determinado histórica e socialmente, jamais podendo ser compreendido independentemente de suas

relações e vínculos”, isto é, somos todos sujeitos constituídos e constituintes de relações sociais.

Norbert Elias (1994) explicitou a relação intrínseca entre a sociedade e o indivíduo. É praticamente um consenso conceber a sociedade como um conjunto de indivíduos, como um todo composto por partes organizadas em torno de uma determinada ordem social. Para o autor, no entanto, pensar em processos de formação social implica em pensar também sobre as pessoas que compõem tal sociedade, inclusive como elas entendem a si mesmas dentro dos seus contextos – a identidade-nós além da identidade-eu. Todos os seres humanos nascem dentro de uma realidade já experienciada por outros indivíduos e crescem como parte de uma coletividade que não tem contornos nítidos e formas perceptíveis, mas são entendidas como totalidades. As sociedades são fluxos contínuos e ordenados nos quais as pessoas estão inseridas em redes de funções que desempenham umas em relação às outras. Tendo em mente a natureza interdependente da coexistência humana, o caminho para se estudar quaisquer processos sociais deve privilegiar as relações e funções que emergem da vida conjunta ao invés de se instrumentalizar fatores sistêmicos isolados (ELIAS, 1994).

Admitir a interação entre os indivíduos como ponto de partida para compreender os fenômenos sociais - dentre eles, o conflito - demanda que alguns pressupostos e conceitos sejam devidamente esclarecidos. John Paul Lederach baseia-se em uma concepção pautada na construção social da realidade para ilustrar o que entende como conflito e, para tal, opta pelas contribuições de Alfred Schutz e Herbert Blumer como referenciais teóricos, ainda que ambos não lidem diretamente com o conflito como objeto de análise (LEDERACH, 1995; LEDERACH; LEDERACH, 2010). Alfred Schutz foi um filósofo austríaco que propôs uma base fenomenológica para se compreender a sociedade, agregando olhares e métodos da filosofia aos estudos sociais (BARBER, 2018). Herbert Blumer, por sua vez, foi um sociólogo estadunidense e sua maior contribuição acadêmica foi o conceito de *interacionismo simbólico*, que traz um importante elemento interpretativo ao contato entre indivíduos (SHIBUTANI, 1988).

Schutz e Blumer partem da concepção microsociológica da realidade. Essa tradição surge no início do século XX como uma alternativa à abordagem estrutural que acompanhara o campo da sociologia desde sua criação nos primórdios do século XIX, época na qual os estudiosos estavam especialmente interessados na compreensão da ação social e das regularidades sistêmicas nos agrupamentos modernos, urbanos e industriais. A microsociologia segue outro caminho e prioriza a ação individual e a interação como elementos formativos das sociedades, bem como os significados e interpretações que estas

podem assumir na subjetividade de cada ator (GINGRICH, 1999). Joseph (2000) acrescenta que a perspectiva micro da análise sociológica não ignora questões relativas à estrutura da vida social, mas que sua pretensão é colocar em evidência as circunstâncias empíricas e os sistemas de conhecimento sob os quais a realidade social se desenrola. De modo a desenvolver o raciocínio da abordagem e seus desdobramentos na compreensão do conflito e nas perspectivas da paz para John Paul Lederach, cabe apresentar com mais detalhes as propostas teóricas de Schutz e Blumer.

Alfred Schutz (1899-1959) foi um importante autor da sociologia que, a partir de Max Weber, sistematizou um diálogo com a filosofia, especificamente com a fenomenologia de Edmund Husserl⁵. Sua empreitada de produção científica girou em torno de proporcionar fundamentos às ciências sociais que girassem em torno do “concreto entendimento do Outro cuja existência é tomada por garantida” (ZANER, 1961, p. 72 apud TEIXEIRA, 2000, p. 13) - o elemento fenomenológico desponta na incorporação da realidade social objetiva à experiência subjetiva. Schutz então baseia sua análise nos mecanismos da vida cotidiana e nas percepções do senso comum, atentando-se aos pressupostos objetivos e subjetivos que conduzem as interações entre os indivíduos no dia-a-dia. Teixeira (2000, p. 14) complementa:

A experiência rotineira, cotidiana, mundana que os indivíduos partilham, tomam como algo natural e garantido, imensa no senso comum e na familiaridade foi, para Schutz, a *realidade social*, o objeto por excelência das ciências sociais, para o qualurgia apurar conceitos que permitissem compreender sua existência e tecitura, seus pressupostos e seu fluxo (TEIXEIRA, 2000, p. 14, grifo da autora).

Nesse sentido, o mundo social pode ser lido como uma construção que está atrelada à experiência individual, mas também aos relacionamentos que se desenvolvem entre os indivíduos, ações e eventos. Os sujeitos constituintes desse mundo social descrito pelo autor são os atores que o interpretam e que, a partir dessa interpretação, atuam e alteram a realidade. Esse movimento é constante: na própria vivência cotidiana estabelecemos incontáveis sequências de interpretações, ações, reinterpretções e novas ações de maneira ingênua e natural, ou seja, sem racionalmente estarmos conscientes desse processo (SCHUTZ, 2012; TEIXEIRA, 2000).

⁵ Max Weber, considerado um dos fundadores da sociologia como campo de estudo, propõe compreender a ação social de modo interpretativo, ocupando-se do significado subjetivamente atribuído para a conduta social, para então explicá-la cientificamente em termos de causa e efeito. O conceito de *verstehen* sintetiza esse ato de compreensão. Edmund Husserl, por sua vez, fundou a corrente filosófica da fenomenologia, que parte das experiências do ser humano consciente que vive e age em um mundo percebido e interpretado. O fenômeno é tudo aquilo que pode ser apreendido pelos sentidos e a experiência é a atenção voltada para objetos intencionados. A síntese de Schutz se concentra na aplicação da teoria fenomenológica sobre a esfera da ação social e da vida cotidiana (WAGNER, 1979; WEBER, 1995).

A interação social, de acordo com o raciocínio da fenomenologia social, refere-se à ação social empreendida por, pelo menos, duas pessoas que se orientam uma pela outra. A vida na realidade social implica em estar imerso em inúmeras e complexas redes de interação simultaneamente e, diante da presença quase que permanente destes em nossas vidas, os relacionamentos assumem um papel importante na interpretação da realidade objetiva. Portanto, a intersubjetividade aqui é considerada não apenas como um elemento da vivência em coletividade, mas como força constitutiva de qualquer experiência humana que se dá no mundo social. Ainda que cada indivíduo tenha pontos de vista subjetivos diferentes, todos os envolvidos na interação compartilham do mesmo ambiente - carregado de ações, objetos e eventos - que são experienciados em conjunto. Surge nesse contexto a experiência do Nós: o sujeito vivencia determinada situação em sua própria subjetividade, mas também a apreende pela vivência do Outro. A intersubjetividade, então, é manifestada (SCHUTZ, 2012).

O espaço no qual a realidade social se desenvolve e é vivenciada pelos indivíduos é chamado de *mundo da vida*. É um ambiente físico e sociocultural que nos é dado como natural, pré-constituído e outrora experimentado por outras pessoas. No momento presente, serve às nossas próprias experiências e interpretações, sendo a cena e o objeto das nossas expressões e ações - o mundo da vida é intersubjetivo por natureza e, constantemente, tentamos dominá-lo e modificá-lo em prol dos nossos propósitos (SCHUTZ, 2012). Sobre a intersubjetividade do mundo da vida, recorremos a Berger e Luckmann (2008, p. 40):

A realidade da vida cotidiana, além disso, apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. Estou sozinho no mundo de meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo. De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 40).

Cada indivíduo adentra ao mundo da vida com interpretações dadas acerca dos múltiplos fenômenos e relacionamentos, uma concepção relativamente natural do mundo associada à sua pré-existência. No entanto, tal concepção não é determinista porque é constantemente afetada pela vivência do indivíduo e por sua orientação perante sua própria comunidade: até mesmo as ideias mais enraizadas em determinada coletividade só permanecem nas mentes daqueles indivíduos que as absorvem e as interpretam em função de suas próprias experiências de vida (SCHUTZ, 2012). As reflexões de Alfred Schutz se desenvolvem no sentido de explicitar como esse mundo da vida cotidiana define e é definido

pelos processos interativos e pelos padrões de relacionamentos e sentidos que surgem da apreensão subjetiva da realidade.

Seguindo a lógica dos relacionamentos e interações como elementos criadores, como podemos pensar na constituição de sociedades que contam com alto grau de coesão? Para tal questionamento, a fenomenologia busca respostas no conhecimento que orienta o que cada indivíduo considera relevante em sua própria existência. Para Berger e Luckmann (2008, p. 20), autores também lembrados por Lederach, o conhecimento “é dado como um *a priori* à experiência individual, fornecendo a esta sua ordem de significação”, definindo as ações, os papéis e os fenômenos que se apresentam como naturais ao indivíduo – uma espécie de código de interpretações baseado em experiências passadas que guia as situações futuras.

O conhecimento agrega sentido à construção social da realidade porque ordena significados que permitem que o mundo seja apreendido de uma maneira uniforme apesar das interpretações subjetivas, ou seja, há uma correspondência entre os nossos significados no que diz respeito à vida cotidiana que compartilhamos. É importante salientar que tal conhecimento é ancorado nas raízes sociais, históricas e culturais de cada sociedade e é construído por todos os indivíduos que a constituem, o que nos afasta da percepção de que o conhecimento pertence somente a um grupo limitado de pessoas que se ocupam das ideias e teorias a respeito do mundo (BERGER; LUCKMANN, 2008).

O conhecimento deriva do mundo social e é transmitido por meio de um processo de *tipificação*, o qual consiste na transferência de significado de um objeto já vivido para qualquer outro semelhante percebido como pertencente ao mesmo tipo (SCHUTZ, 2012). Ações, pessoas, comportamentos, contextos e diversos outros fenômenos sociais são tipificados e sobre eles atribuídas expectativas - por exemplo, é enraizado em nós um conjunto de características referentes ao objeto livro, ao animal cachorro, ao indivíduo que atua como médico, ao indivíduo que define-se como ansioso ou ainda à cidade do Rio de Janeiro (SOUZA, 2012). No entanto, cada indivíduo possui uma bagagem de conhecimento referente a cada tipo, que é constantemente afetada pelas experiências individuais – por exemplo, para um turista que usufruiu das belas praias da cidade, o Rio de Janeiro possui um significado muito mais positivo do que para o morador que lida todos os dias com a violência urbana. Sobre a tipificação, Teixeira (2000, p. 15) contribui:

A tipicidade do mundo, sua previsibilidade e permanência é, por excelência, o pressuposto que institui e perpetua a vida cotidiana. Atua-se no dia-a-dia contando que as coisas se repetirão e as pessoas farão o que delas se espera, sendo essas expectativas definidas diferentemente segundo cada situação e momento (TEIXEIRA, 2000, p. 15).

A tipificação não é um processo racional de conceitualização, aproximando-se muito mais de um modo pelo qual a vivência coletiva é descrita e assimilada em esquemas de conhecimento generalizados. Tal mecanismo é importante para sistematizar uma realidade social que não se repete, mas que sustenta padrões e é experimentada como previsível. Certos padrões de conhecimento acerca de situações concretas adentram a esfera do senso comum, que está tão imerso na ação e nos pensamentos de cada sujeito que confunde-se com um elemento da ordem natural das coisas (TEIXEIRA, 2000).

Ainda que as ideias de Schutz não se esgotem no que apresentamos nestes parágrafos, adentremos na contribuição de Herbert Blumer. Em sua contribuição, a interação entre os indivíduos assume papel central na formação dos processos sociais porque é entendida como formadora da conduta humana. Com base, principalmente, na proposta de George Herbert Mead⁶, Blumer cunhou o interacionismo simbólico para fazer referência à construção social dos significados a partir das atividades dos indivíduos conforme estes interagem. Sobre a interação, Silva (2012) define:

Processos interativos envolvem diferentes aspectos, indo além das formas de comunicação verbal entre as pessoas. Atividades e movimentos inter-relacionados de dois ou mais indivíduos, animais, objetos, máquinas, atos, ações, gestos, palavras e símbolos com que as pessoas ‘reagem umas as outras’ (SILVA, 2012, p. 76).

O interacionismo simbólico baseia-se em três premissas: a primeira delas é a de que os indivíduos agem em relação às coisas com base nos significados que tais coisas têm para eles. A segunda premissa aponta que os significados dessas coisas surgem dos processos de interação social, isto é, são produtos estritamente sociais. Por fim, a terceira premissa trata da manipulação dos significados por meio de processos interpretativos estabelecidos pelo indivíduo frente às situações que vivencia. Cada significado é revisitado, selecionado e transformado de acordo com a direção que se pretende dar às ações e, sendo assim, a resposta não é dada com base no ato, mas na interpretação atribuída a ele (BLUMER, 1986).

Assim como Schutz, Blumer ancora sua abordagem na esfera da realidade social e propõe que, para que seja devidamente apreendida, o pesquisador deve estar imerso e engajado no mundo cotidiano para captá-lo nos termos das ações e interações dos seus

⁶ George Herbert Mead foi um importante pensador da psicologia social cuja contribuição é centrada na indissociabilidade entre a sociedade e o *self*. Para o autor, a vida possui um caráter inerentemente social e não há como pensar no desenvolvimento da existência humana sem levar em conta o papel da intersubjetividade na emergência da consciência e da mente (BLUMER, 1986). Conforme aponta Casagrande (2016, p. 381), “é na rede das relações simbólicas e intersubjetivas que o *self* e a sociedade encontram condições para estruturarem-se e desenvolverem-se”.

participantes (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010). A interpretação dada pelos atores em interação são consideráveis porque interessa compreender o caráter simbólico da ação social, que abrange todo o sistema de representações do indivíduo com base nos significados construídos. Em suma, aquilo que os indivíduos veem e percebem são tidos como parâmetros relevantes para analisar suas condutas em determinados contextos sociais, uma vez que cada símbolo empregado como mediador das relações humanas é interpretado (SILVA, 2012).

O interacionismo simbólico indica que a interpretação dos significados no curso da interação é um processo formativo. Essa característica nos revela que os significados não repousam nas coisas em si, como uma espécie de natureza de cada objeto, e também não são formados exclusivamente na percepção individual do sujeito. Aqui, Blumer insere sua crítica às outras perspectivas sociológicas que, ao privilegiarem os fatores estruturais da sociedade em suas análises, colocam a interação em um lugar intermediário, como um meio no qual tais fatores produzem comportamentos. Extraímos da crítica de Blumer uma consideração importante a respeito da utilização dessa abordagem para pensarmos a construção da paz. Ainda que considerar os aspectos sistêmicos seja relevante a qualquer investigação no âmbito das ciências sociais, observar a realidade somente por essa lente subestima o poder da agência coletiva para a construção de novas condutas, isto é, para a mudança social (BLUMER, 1986).

A análise social pelos olhares dos sociólogos apresentados assenta-se primeiramente no mundo cotidiano e nas experiências vividas. Na transformação de conflitos, proposta de construção da paz sobre a qual pretendemos nos aprofundar neste trabalho, a imersão nas dinâmicas internas de comunidades afetadas pelo conflito é fundamental para se incorporar o conhecimento e as práticas locais na construção da paz, proposta a qual vem cada vez mais sendo debatida no campo dos Estudos para a Paz⁷. A realidade social é formada por múltiplos eventos e processos que são simultaneamente experienciados e interpretados pelos indivíduos e, aqui, abraçamos toda essa complexidade como um motor para construir ambientes pacíficos que sejam realmente vivenciados pelos indivíduos.

⁷ A virada local consiste em uma vertente composta por um grupo heterogêneo de autores que partem da realidade e das capacidades locais para compreender o conflito e propor ações coerentes com as necessidades daquela população. As primeiras contribuições nesse sentido surgiram na década de 1990 a partir da concepção do *peace from below*, que atribui grande relevância aos recursos locais como os únicos capazes de formular e consolidar a paz a longo prazo, prezando pelo fortalecimento das capacidades e estruturas locais de governança. A segunda virada local segue por uma direção mais crítica e compreende o processo de construção da paz como um caminho para a emancipação dos indivíduos locais da violência cotidiana (LEONARDSSON; RUDD, 2015).

O conflito como um fenômeno relacional

A presença de conflitos na sociedade humana é um dos grandes propulsores dos estudos sociais. Thomas Hobbes, na metade do século XVII, já propusera o estabelecimento de uma sociedade política contratual sobreposta às vontades e necessidades individuais que geram conflitos – a guerra de todos contra todos. Karl Marx e Émile Durkheim, precursores da sociologia, compreendem o fenômeno como desestabilizador da ordem. Para Marx, o conflito resulta do antagonismo entre as relações de produção e as forças produtivas cunhado pelo sistema capitalista. Pela lógica do materialismo histórico e dialético, o conflito entre as classes define a própria história da humanidade.

Durkheim, por sua vez, entende o conflito por uma ótica negativa: é resultado da falta de normas que proporcionam objetivos definidos aos indivíduos – chamada de *anomia* – que surge com o enfraquecimento da interdependência dos indivíduos, isto é, da consciência coletiva (PARDO; NASCIMENTO, 2015). Ainda que os autores adotem perspectivas diferentes em suas teorizações, ambos partem do nível macro, no qual o conflito é visto como parte de uma estrutura social mais ampla que fornece as condições para sua ocorrência (SILVA, 2011).

Neste trabalho, nossa análise se interessa pelas teorias sociológicas que privilegiam as relações e interações dos agentes como pontos de partida. Os chamados *modelos da interação* por Pardo e Nascimento (2015) enfatizam a construção social do conflito e seu caráter situacional. Por essa lente, os conflitos vão além de meras manifestações sistêmicas e consistem em mundos sociais compostos por sujeitos que edificam e são edificados por suas realidades. Sendo assim, são gerados a partir da criação de significados moralmente divergentes entre os atores e não por determinismos sedimentados nas estruturas sociais (PARDO; NASCIMENTO, 2015). Assumindo o conflito como um sistema, compreendê-lo pela perspectiva relacional consiste não apenas em analisar suas partes e seus respectivos efeitos, mas o sistema como um todo e as relações entre as partes (LEDERACH, 1997).

Partimos do entendimento de Max Weber sobre os arranjos sociais. A sociedade, para o sociólogo alemão, não é alheia ou superior ao indivíduo, mas é composta pelo conjunto de ações individuais orientadas pelo comportamento dos outros. A ação social é toda ação individual que gera fenômenos socialmente relevantes dentro de um sentido atribuído pelos próprios agentes. O conflito, nesse sentido, surge das relações cotidianas nas quais os indivíduos agem em benefício dos seus interesses por bens escassos, que podem ser materiais e simbólicos (PARDO; NASCIMENTO, 2015; ANDRADE, 2014). O conceito de *luta* refere-

se ao conjunto de ações sociais em que estas “se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros” (WEBER, 1999, p. 23 apud ANDRADE, 2014, p. 21). A luta não necessariamente implica em violência, mas indica a natureza conflituosa da relação a partir dos significados divergentes das ações (PARDO; NASCIMENTO, 2015).

Georg Simmel avançou nessa temática propondo um estudo fenomenológico do conflito como elemento naturalmente pertencente à sociedade. Simmel também o entende como um fenômeno despatologizado e originado das ações e significados socialmente construídos que se reproduzem em todas as ações relacionais. A sociedade é composta por forças negativas e positivas empiricamente indissociáveis, como os pares harmonia-desarmonia e associação-competição. Tais forças em interação geram dinâmicas capazes de construir, desconstruir e reconstruir estruturas, processos e interações sociais. Assim sendo, podemos concluir que os conflitos e divergências constituem elementos orgânicos da sociedade assim como a ordem e a consonância (ANDRADE, 2014).

A positividade sociológica dos antagonismos, vista por Simmel, levou-o a defender o conflito também como fator de progresso, à medida que leva grupos ou nações a realizações consideráveis, nos embates de interesses conflituosos, que não se realizariam em condições de harmonia coletiva (SILVA, 2011, p. 9).

Fisher (1990) destaca as lentes analíticas fornecidas pela psicologia social para a compreensão dos conflitos, em especial os conflitos intergrupo. O campo parte da experiência subjetiva para compreender como o comportamento e as atitudes dos atores influenciam e são influenciados pelos relacionamentos. O conflito é um fenômeno natural e coletivo, isto é, baseia-se nas percepções compartilhadas pelos grupos e não por anormalidades sociais e é definido pelo autor como “uma situação social que envolve incompatibilidades percebidas em objetivos ou valores entre duas ou mais partes, tentativas das partes de se controlar e sentimentos antagônicos das partes em relação à outra” (FISHER, 1990, p. 6, tradução nossa).

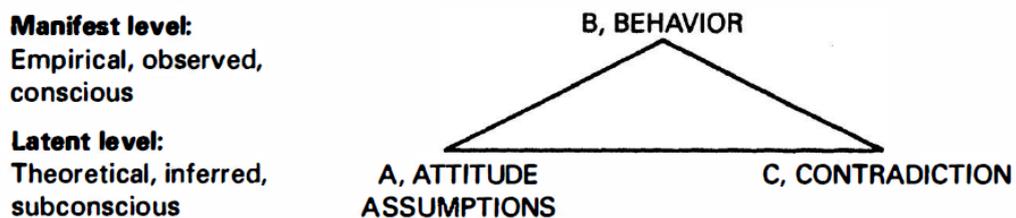
Tajfel e Turner (1979) elaboraram uma das mais importantes contribuições da psicologia social para o estudo do conflito. Os autores definem o grupo como um conjunto de indivíduos que “percebem-se membros de uma mesma categoria social, compartilham algum envolvimento emocional nessa definição comum de si mesmos e atingem algum grau de consenso social sobre seu grupo e sua participação nestes” (TAJFEL; TURNER, 1979, p. 40, tradução nossa). A identidade social refere-se à parcela do *self* que deriva do pertencimento a determinados grupos, uma dinâmica natural da existência humana que é construída por meio

de processos de categorização, identificação e comparação. Na categorização, dividimos o mundo social em categorias, como etnia, gênero, religião e classe social, para então as atribuirmos aos outros e a nós mesmos. Na identificação, adotamos a identidade e atribuímos significado emocional aos grupos que consideramos pertencentes. Por fim, comparamos nossos grupos aos outros e os associamos a valores positivos e negativos com o objetivo de nos distinguir daqueles que não pertencem ao mesmo grupo (MCKEOWN, 2013).

É justamente no processo de comparação que o conflito pode emergir. Os indivíduos se esforçam para alcançar e manter uma identidade social positiva. Em prol dessa autoestima, buscamos promover comparações nas quais o grupo interno é favorecido em relação ao grupo externo. Esse processo pode levar à consolidação de preconceitos e percepções negativas em relação ao grupo externo e pode levar à confrontação quando esta é a única opção para a manutenção da distinção positiva do nosso grupo perante os outros. O conflito, nesse sentido, é atribuído ao relacionamento entre grupos para além dos relacionamentos interpessoais e alimenta, cada vez mais, a coesão no grupo interno e a oposição ao grupo externo (MCKEOWN, 2013; TAJFEL; TURNER, 1979).

Johan Galtung, que deu início às discussões do campo dos Estudos para a Paz⁸, propôs um modelo triangular de compreensão do conflito. O conflito é a soma de atitudes e premissas (*attitude/assumptions*), comportamento (*behavior*) e contradições (*contradiction*), descrita graficamente no triângulo ABC (figura 1).

Figura 1 - Triângulo do conflito



Fonte: Galtung (1996, p. 72).

⁸ Os Estudos para a Paz efetivamente apresentaram-se perante à comunidade científica a partir das contribuições de Johan Galtung. O pesquisador norueguês é considerado como o principal propulsor dos Estudos para a Paz por sistematizar, pela primeira vez, os estudos da paz em seus próprios termos. O autor situa a paz como antítese da violência, tipificando-a em torno dos conceitos de violência direta, estrutural e, posteriormente, cultural. O autor ainda sedimenta a discussão em torno das ideias de paz negativa e paz positiva, oferecendo muitas possibilidades de se tratar do objeto para além da negação do conflito (GALTUNG, 1969; 1990). Ainda que os Estudos para a Paz tenham se desdobrado em inúmeras vertentes analíticas, é inegável que sua contribuição orienta o campo até os dias atuais.

Abordando o conflito como uma parte da vida humana, o autor define que os indivíduos conseguem absorvê-lo pelos comportamentos, que podem ser apreendidos pelos sentidos por estarem no nível observável. Neste caso, o comportamento conflituoso se manifesta em ameaças, coerções e ataques destrutivos. No entanto, no nível latente residem os outros componentes do conflito. As atitudes englobam emoções, crenças e vontades, incluindo as percepções das partes sobre si mesmas e sobre o Outro, enquanto o vértice da contradição refere-se à incompatibilidade de objetivos e ao conflito de interesses entre as partes. Os conflitos são processos dinâmicos nos quais esses três elementos influenciam e são mutuamente influenciados, uma “construção triádica” nos termos do autor (GALTUNG, 1996, p. 71, tradução nossa).

Lederach (1995) incorpora as ideias de Alfred Schutz e Herbert Blumer em seu entendimento do conflito como um fenômeno pertencente à construção intersubjetiva da realidade, ou seja, como um fenômeno que emerge e se desenvolve com base nos significados e interpretações que as pessoas envolvidas atribuem aos objetos, ações e eventos. Nesse sentido, o autor desenvolve algumas suposições relevantes acerca do conflito, que é entendido como um fenômeno natural e presente em todos os relacionamentos, justamente porque estes são guiados pela intersubjetividade. O conflito é inerente à dialética que permeia as experiências humanas e, para além disso, é um elemento necessário na construção e reconstrução de realidades e organizações sociais. Os indivíduos não apenas vivenciam o conflito, mas criam as situações que interpretam como tal.

A interação é a força que cria e sustenta o conflito assim como todos os outros processos sociais, a qual é pautada pela busca e criação de significados compartilhados e é enraizada nas percepções, interpretações, expressões e intenções das pessoas. Os significados são criados a partir do momento que as pessoas interpretam si mesmas, outras pessoas e as coisas com base em seu estoque de conhecimento. Podemos concluir, então, que as experiências acumuladas e o conhecimento influenciam diretamente em como cada indivíduo absorve, cria e responde ao conflito. Lederach ainda salienta a importante relação entre o conhecimento e a cultura, visto que o sistema de crenças das sociedades está intimamente relacionados com o processo subjetivo de atribuição de sentido à realidade (LEDERACH, 1995; BERGER; LUCKMANN, 2008).

Diana Francis, que trabalha sobre a abordagem da transformação de conflitos iniciada por John Paul Lederach, descreve o conflito como a “fricção causada pela diferença, proximidade e movimento” (2002, p. 3, tradução nossa). O conflito é o resultado de rupturas

nos discursos que envolvem os relacionamentos entre indivíduos naturalmente diferentes entre si. Nesse processo, as relações deixam de ser fluidas e a comunicação demanda mais energia, o que desperta sentimentos e percepções distorcidas. De acordo com a autora, essa situação já vivenciada por todos que estão envolvidos em interações sociais revela uma característica importante sobre o conflito: é um fenômeno contínuo e inevitável (FRANCIS, 2002).

Embora os entendimentos apresentados sobre o conflito derivam de momentos sociohistóricos distintos, todos têm os relacionamentos como fatores explicativos centrais. Os indivíduos agregam suas percepções subjetivas na interpretação da realidade e agem em resposta às ações dos outros indivíduos. Em contextos conflitivos, esse ambiente intersubjetivo é carregado de contradições e atritos que se reproduzem e afetam todas as relações sociais. Em suma, as análises situam as interações sociais não apenas como produtos estruturais, mas como produtoras de significados que originam e que perpetuam os conflitos. A próxima seção apresenta contribuições da resolução de conflitos que compartilham, em certa medida, com os fundamentos teóricos e epistemológicos apresentados até aqui. Propusemos uma breve revisão de literatura da resolução interativa de conflitos, que dá um passo à frente e traz, para a área, abordagens que apostam no restabelecimento dos relacionamentos como uma alternativa para interromper a escalada do conflito.

A resolução interativa de conflitos

A década de 1950 presenciou, após duas guerras de escala global, a emergência das hostilidades entre as duas maiores potências da época em um cenário assombrado pelo desenvolvimento cada vez mais acelerado de tecnologias nucleares. O fracasso dos movimentos pacifistas em conter as grandes guerras fez com que surgisse a necessidade de se abordar cientificamente os mecanismos que pudessem evitar a erupção de um terceiro conflito global, que muito provavelmente teria um impacto sem precedentes diante da ameaça nuclear – como sinalizou Kenneth Boulding na edição inaugural do *Journal of Conflict Resolution*, de 1957, “...by far the most important practical problem facing the world today is that of international relations – more specifically the prevention of global war” (BOULDING, 1957 apud MIAL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999, p. 39).

A resolução de conflitos surge nesse contexto propondo pensar pragmaticamente sobre o fenômeno do conflito e as soluções que podem ser empregadas a partir das suas próprias

dinâmicas. Em comparação com o *conflict settlement*⁹, essa abordagem dedica-se mais profundamente ao diagnóstico do conflito, ou seja, à compreensão dos fatores locais e externos que alimentam a escalada do conflito (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999). A colocação de Francis (2002, p. 25, tradução nossa) complementa: “a ‘resolução de conflitos’, como uma abordagem e um conjunto de processos que lideraram o campo e deram o seu nome, está centrada no diálogo mediado que procura responder às necessidades fundamentais de ambas ou de todas as partes num conflito”.

Tradicionalmente, os estudos sobre o conflito consideram que o fenômeno existe para que as partes atinjam objetivos específicos, ou seja, que o conflito possui um propósito. Assim, os atores seriam capazes de ponderar ganhos e custos de se manter um comportamento conflitivo. Em tese, quando os custos superam os ganhos, não haveria motivações para que o conflito continue e a racionalidade guiaria a tomada de decisão dos envolvidos. Com a proposta de desenvolver ferramentas analíticas e aplicá-las na prática, a resolução de conflitos gira em torno de fazer com que as partes visionem outros resultados além da soma zero ou *win-lose*, onde o ganho de uma delas implica necessariamente na perda da outra, por meio de espaços de negociação de interesses. (GROOM, 1988; MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999).

Ainda que amparadas por estratégias com grande rigor metodológico, as técnicas convencionais da resolução de conflitos não se mostraram capazes de lidar com a complexidade dos conflitos contemporâneos. Tais técnicas são baseadas em modelos de negociação da diplomacia oficial, que entende o conflito como solucionado a partir da reestruturação do arcabouço estatal e dos mecanismos formais e não violentos de processamento do conflito. Entretanto, a fragmentação do poder e a fluidez das ações políticas associadas à extrema violência dos conflitos atuais minimiza a figura do Estado e demanda que a resolução de conflitos pense a questão do conflito internacional para além do modelo clausewitziano centrado no interesse nacional (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999; OLIVEIRA, 2017a).

A resolução interativa de conflitos engloba um conjunto de abordagens alternativas que levam em conta os múltiplos atores e demandas na resolução dos conflitos. Essas

⁹ O termo *conflict settlement*, que pode ser entendido como o “armistício”, engloba as estratégias de conflito que visam, em última instância, o fim da violência direta. O conflito é entendido como uma resultante de um sistema político falho que não é capaz de lidar com interesses incompatíveis ou com disputas por recursos escassos e, portanto, o objetivo principal é alcançar um acordo de cessar-fogo entre as partes para que as condições políticas para a negociação sejam criadas. Os instrumentos adotados são majoritariamente pacíficos, principalmente focados na criação de espaços de negociação, mas medidas coercitivas podem ser empregadas no curto prazo (AXT; MILOSOSKI; SCHWARZ, 2006)

iniciativas buscam expandir o diálogo entre as partes por meio da inserção de atores locais e não governamentais em espaços de discussão paralelos. Os encontros entre as partes possibilitam identificar as dinâmicas sociais que alimentam o conflito e extrair delas soluções mais sustentáveis do que os acordos de paz formais que interrompem momentaneamente, mas não são capazes de romper com os ciclos de violência. A resolução interativa de conflitos insere-se nessa vertente e protagoniza os aspectos relacionais da negociação entre os atores antes de John Paul Lederach propor a transformação de conflitos (OLIVEIRA, 2017a).

De acordo com Oliveira (2017a), a resolução interativa de conflitos foi assim denominada primeiramente por Ronald Fisher em 1993, em artigo no qual objetivou agregar as contribuições na área e propor avanços para o debate (FISHER, 1993). No entanto, desde a década de 1960 podemos identificar esforços multidisciplinares envolvendo os campos da Psicologia Social, das Relações Internacionais, da Psiquiatria e da Diplomacia que se dedicaram a conceitualizações, teorizações e, em menor escala, experimentações na área da resolução de conflitos com ênfase na reconstrução dos relacionamentos entre os indivíduos. De modo geral, as contribuições que compartilham dessa visão apostam nas intervenções não oficiais guiadas por uma terceira parte neutra como forma de aproximar os grupos conflitantes. A proposta busca complementar, e não contestar, as negociações formais, explorando questões que adentram o intersubjetivo mas sem perder de vista o objetivo central de alcançar um acordo satisfatório para as partes envolvidas (FISHER, 1990; OLIVEIRA, 2017a; RHODES, 2008).

Fisher (1997, p. 8, tradução nossa) define a resolução interativa de conflitos como “discussões orientadas para a solução de problemas, em pequenos grupos, entre representantes não oficiais de grupos identitários ou de Estados envolvidos em um conflito destrutivo, que são facilitadas por uma terceira parte composta de cientistas sociais-praticantes”. De maneira mais ampla, o termo refere-se a todo o conjunto de produções teóricas e ações práticas que desenvolve métodos e atividades que incidam nas dinâmicas do conflito a partir da interação para promover a reconciliação entre as partes envolvidas e caminhar em direção à construção de uma paz justa e duradoura (ROUHANA, 2000). A definição de Fisher nos aponta as principais características do campo: a ênfase nas sociedades permeadas por conflitos persistentes, o caráter informal e *problem-solving* dos encontros e o emprego de mediadores altamente qualificados no que diz respeito às causas, dinâmicas e efeitos dos conflitos.

O diálogo promovido por essa abordagem, ao invés de buscar acordos e decisões substanciais, privilegia redefinir perspectivas e atitudes. Nas situações em que a violência perdura com tanta intensidade por tanto tempo, os significados que nomeiam e constroem a

realidade são profundamente distorcidos e até mesmo indivíduos que pertencem ao mesmo grupo podem não compartilhar de visões semelhantes a respeito do conflito, o que o torna muito mais complexo de ser abordado. Por esse fator, um dos pilares da visão interativa da resolução de conflitos é a criação de significados compartilhados sobre o fenômeno como um primeiro passo para se pensar em soluções aceitáveis por todas as partes.

A partir do entendimento do conflito como um fenômeno relacional, é fundamental que as ações e projetos levem em conta as percepções e sentimentos negativos que determinam as inimizades e que consolidam padrões conflitivos de interação. Sendo assim, a consolidação da paz no longo prazo passa necessariamente pelo tratamento das desconfianças, frustrações e preconceitos mútuos, o que discutiremos com mais profundidade no terceiro capítulo. Por ora, as observações Oliveira (2017a, p. 239) complementam:

Ao agir diretamente sobre as relações humanas, as intervenções interativas tentam promover atitudes mais positivas, facilitar o entendimento, aumentar a confiança e fomentar a cooperação entre as partes em conflito, definindo-se, deste modo, como uma ferramenta de pré-negociação e de abertura de potenciais caminhos favoráveis à construção de uma paz mais sustentável nas sociedades divididas por conflitos persistentes (OLIVEIRA, 2017a, p. 239).

Em contextos nos quais a comunicação entre os grupos é tão carregada de percepções e atitudes hostis, o diálogo produtivo com foco na solução de problemas se desenvolve com maior facilidade quando há a presença de intermediários qualificados e confiáveis. Os indivíduos que atuam como terceiras-partes devem liderar os debates e, ao mesmo tempo, construir um ambiente que não seja coercitivo ou intimidador. Para tal, habilidades e técnicas de reconstrução dos relacionamentos por meio do diálogo são fundamentais (FISHER, 1993).

Oliveira (2017a) destaca a importância da academia na composição do corpo de mediadores informais. Os acadêmicos possuem conhecimentos sociocientíficos relevantes no que tange não apenas à condução do encontro entre as partes, mas também para identificar as possibilidades de ação que surgem a partir das falas, das expressões e das atitudes. Toda essa dinâmica é amparada por embasamentos teóricos comprovados que amparam a construção de soluções capazes de explorar o potencial de convergência e materializar ganhos mútuos (OLIVEIRA, 2017a; ROUHANA, 2000). Fisher (2016) ainda destaca que esses espaços são mais bem aproveitados quando o conjunto de acadêmicos é composto por especialistas de diversas áreas. A multidisciplinaridade, na prática, permite que as várias facetas do conflito sejam absorvidas e interpretadas sob diferentes perspectivas.

A diplomacia *track two*, ou diplomacia cidadã, agrega o papel das terceiras-partes à nomenclatura das negociações internacionais: são processos guiados por intermediários entre as partes envolvidas, os quais submergem no epicentro das tensões com o objetivo de compreendê-las profundamente e reverter o padrão destrutivo das relações. Nessa modalidade, os mediadores buscam construir um ambiente favorável para que as partes sintam-se confortáveis em compartilhar suas percepções, inseguranças e necessidades sem julgamentos ou confrontos. A partir desse movimento, abre-se o caminho para que os indivíduos explorem respostas construtivas e adaptadas ao contexto do conflito em questão (CHIGAS, 2003; CURLE, 1986).

A contribuição de John Burton inaugurou as reflexões e práticas interativas no campo da resolução de conflitos. Nos anos 1960, influenciado por estudos sociais e comportamentais, o pesquisador desenvolveu a chamada *comunicação controlada*, a qual Yalem (1971, p. 263, tradução nossa) define como um “dispositivo psicossocial para alterar as atitudes e percepções dos representantes dos estados em conflito para que, com base na redução das hostilidades e tensões, eles possam se unir em torno de negociações sérias e produtivas”. O modelo conta com a participação de facilitadores especializados capazes de reestabelecer a comunicação onde o conflito a rompeu e moderar as discussões para que estas não se distanciem da busca por soluções (YALEM, 1971).

Posteriormente, Burton revisita seu conceito e sugere definir como *oficinas de solução de problemas* os ambientes privados, seguros e neutros onde os representantes dos grupos podem se reunir, analisar as fontes do conflito e desenvolver soluções possíveis (OLIVEIRA, 2017a). O modelo foi acrescentado às negociações formais do conflito entre a Malásia e a Indonésia, organizado em torno de uma série de reuniões guiadas por acadêmicos que aproximaram os principais líderes dos países envolvidos no ano de 1966, quatro anos após o início do conflito. Os Acordos de Bangkok foram assinados no mesmo ano, com fortes evidências da importância dos *workshops* nesse resultado (MITCHELL, 2001).

No decorrer das suas experiências em campo, Burton passou a investigar os fatores que impulsionavam os conflitos. O autor desenvolveu a hipótese de que os conflitos surgem quando necessidades fundamentais para o desenvolvimento humano são suprimidas ou não são minimamente atendidas. Visto que são fundamentais, nenhum instrumento de força ou coerção é capaz de suprimir o desejo de preenchê-las e, por consequência, qualquer ameaça a estas pode gerar reações de violência. Para definir as necessidades básicas de desenvolvimento, Burton baseou-se na contribuição do sociólogo Paul Sites (1973), que elencou oito delas: consistência de resposta; estimulação; segurança; reconhecimento; justiça;

significado; racionalidade; e controle. Burton contribui com uma nona a qual denomina *role defense*, que trata da proteção às necessidades já adquiridas. As necessidades não são estágios do desenvolvimento humano, mas existem dentro de um contexto de simultaneidade (AVRUCH, 2013; BURTON, 1990). Por esse raciocínio, a resolução dos conflitos passa, obrigatoriamente, por identificar quais necessidades estão sendo negadas aos grupos e propor caminhos para que sejam conciliados.

Herbert Kelman, influenciado pela contribuição de John Burton, contribuiu ao campo com a ideia da *solução interativa de problemas*, uma abordagem para a negociação que leva em consideração que as partes possuem, na essência, algum problema compartilhado. O autor assume que as partes envolvidas em determinado conflito ou desacordo têm, na essência, problemas comuns que refletem em interesses incompatíveis. A partir do momento em que determinada parte busca garantir seus próprios interesses, coloca em xeque as necessidades e a sobrevivência do outro. A negociação se torna desejada – ou ao menos reconhecida – pelos envolvidos quando estes compreendem que os possíveis ganhos são mais vantajosos que o *status quo*. Então, abre-se caminho para que os negociadores atuem para aproximar os elementos cooperativos em detrimento dos fatores que estimulam a competição e a destruição mútua. Em última instância, a negociação atua na transformação da natureza das relações do conflito (KELMAN, 2015).

Tanto o processo de negociação em si quanto o foco substantivo da negociação são projetados para restaurar o elemento cooperativo na relação entre as partes conflitantes. Em contraste com a negociação baseada em poder, a negociação orientada por problemas leva a relação entre as partes como a unidade central de análise (KELMAN, 1996, p. 100, tradução nossa).

A resolução interativa de problemas consiste em uma abordagem descritiva ao processo negociativo, mas também uma normatividade em relação ao problema comum que deveria ser levado em conta quando se trata de conflitos entre partes. Os conflitos são definidos como fenômenos intersocietários antes de serem interestatais e, portanto, a mediação assume um papel muito mais abrangente e conta com mecanismos conciliatórios informais, como encontros prévios entre os mediadores e cada uma das partes, com o objetivo de criar oportunidades para debater as questões que não são tratadas nas negociações formais (KELMAN, 1996; MIALI; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999). Dentre essas questões, Oliveira (2017a, p. 241) inclui “os medos individuais, os estereótipos interpessoais, as necessidades ao nível dos indivíduos e das comunidades, os mal-entendidos e os sentimentos sobre os oponentes e outros processos e interpretações psicológicas interpessoais”.

Ronald Fisher trabalhou sobre as pautas de mediação e conciliação desde os anos 1970 antes de definir o campo da resolução interativa de conflitos na década de 1990. O autor propôs, inicialmente, o modelo de *third party consultation*, influenciado pela comunicação controlada de Burton. A consultoria de terceira parte enfatiza a presença de um consultor imparcial nas negociações para facilitar o entendimento entre os antagonistas e lidar com os aspectos negativos do conflito de maneira construtiva. Para tal, o espaço de encontro não pode ser coercitivo ou intimidador porque entende-se que a solução de problemas está vinculada aos relacionamentos interpessoais e intergrupais (FISHER, 1972).

Os consultores tentam criar uma atmosfera não ameaçadora e de solução de problemas na qual os participantes possam examinar suas percepções sobre o relacionamento e explorar conjuntamente meios de analisar e resolver o conflito, além de desenvolver interesses comuns mais amplos. [...] Outra função importante dos consultores é aproveitar seu conhecimento especializado sobre processos de conflito e aplicá-lo no contexto das discussões em andamento. Isso eventualmente permite que os participantes se afastem e olhem para o relacionamento sem viés emocional ou compromisso rígido e, assim, vejam o ponto de vista da outra parte (FISHER, 1972, p. 70, tradução nossa).

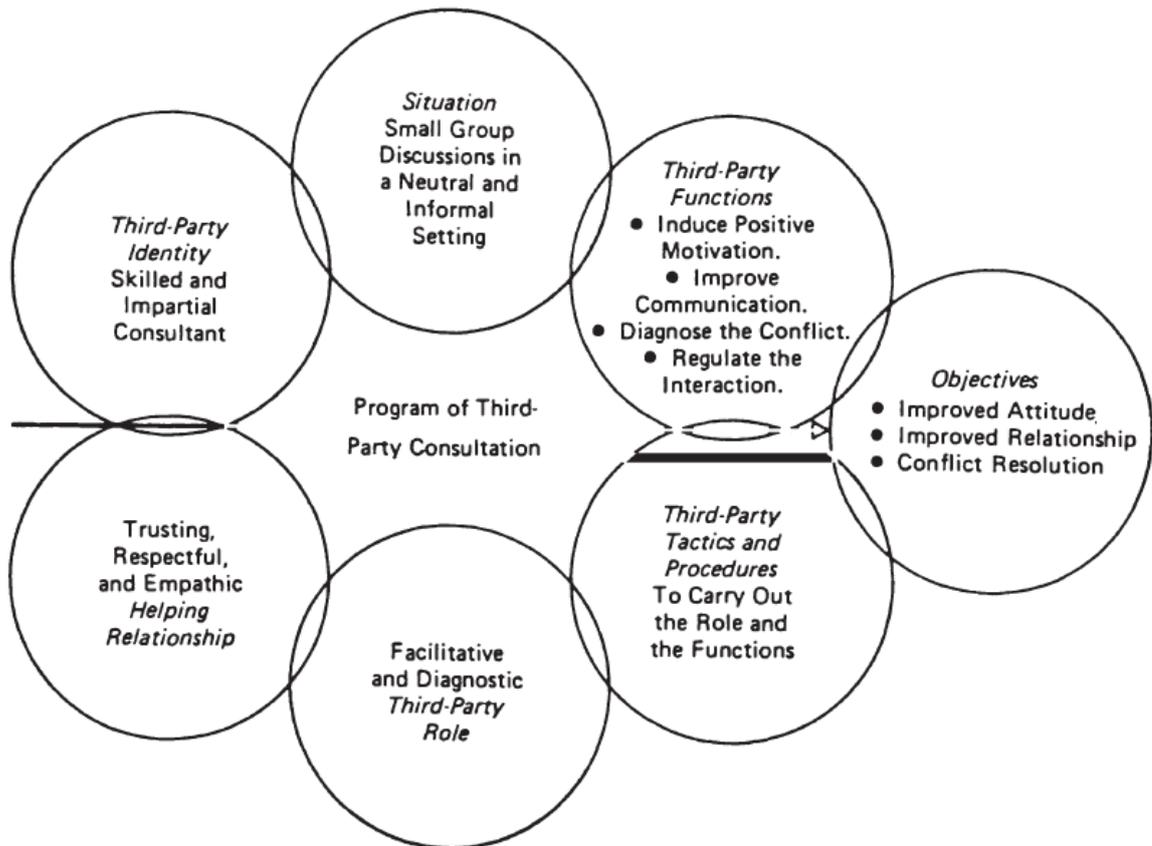
O modelo proposto por Fisher é composto por componentes que são comuns às inúmeras possibilidades de intervenções de solução de problemas interativas lideradas por terceiras-partes, esquematizados na Figura 2. Explicaremos sobre cada componente de maneira linear, como indica a figura gráfica, da esquerda para a direita (FISHER; KEASHLY, 1990).

Na primeira etapa, a *identidade* refere-se à qualificação do mediador, que deve ser um acadêmico ou praticante experiente e habilidoso na facilitação de encontros produtivos, com conhecimento moderado sobre as partes e baixo controle externo sobre os participantes. A identidade adequada permite que se construa um relacionamento pautado pela *ajuda* com cada uma das partes, o que é um pré-requisito importante para o encontro. Na segunda etapa, a situação refere-se aos arranjos e ao espaço necessários para a organização dos grupos pequenos em um ambiente neutro, flexível e informal e o *papel* das terceiras-partes é o de diagnosticar de maneira não avaliativa e facilitar as discussões para que as partes sintam-se confortáveis para tomar decisões livremente (FISHER; KEASHLY, 1990).

A terceira etapa se inicia pelas *funções*, consideradas as forças motrizes do processo, que se referem às estratégias para instituir o processo de solução de problemas. As funções incluem a indução da motivação positiva, a melhora da comunicação em amplitude e precisão, o diagnóstico das questões do conflito e a regulação e intermediação das interações entre os participantes. As *táticas e procedimentos* operacionalizam as funções com ferramentas,

técnicas e atividades de apoio. Por fim, chegamos aos *objetivos*, que resumem os propósitos da resolução interativa já citados até aqui: atitudes mais positivas entre as partes, a mudança de orientação dos relacionamentos do conflito para a colaboração e o estímulo para soluções criativas e inovadoras (FISHER; KEASHLY, 1990).

Figura 2 - O modelo de consulta de terceira-parte



Fonte: Fisher; Keashly (1990, p. 215).

No decorrer da sua obra, o autor dedica grande espaço às teorizações e métodos da psicologia social na resolução de conflitos. Os fatores psicossociais afetam negativamente o conflito ao mobilizarem os sentimentos de medo e hostilidade, que formam imagens e significados malignos em relação ao Outro e, em última instância, o desumanizam. No entanto, esses mesmos elementos psicossociais podem ser abordados para estimular contatos positivos e mudanças de atitudes e comportamentos, visando, no longo prazo, desenvolver objetivos comuns (FISHER, 1990; MIALI; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999). Nesse sentido, as ferramentas sugeridas pela abordagem enfatizam variáveis a nível individual, mas as consideram em contextos marcados por conflitos entre grupos que não são capazes de interagirem entre si.

Na psicologia social, a *hipótese do contato* assume que o preconceito mútuo que existe entre indivíduos de grupos diferentes tende a diminuir quanto maior a aproximação entre eles. A suposição parte do pressuposto que o contato minimiza as distorções de realidade e faz com que as semelhanças sejam percebidas. No entanto, não só o preconceito, mas todos os sentimentos negativos são enraizados em significados historicamente construídos que devem ser abordados com cautela em situações nas quais a relação entre os grupos é norteadada pela violência (OLIVA, 2016). Ainda que bem-intencionadas, a interação entre partes conflitantes pode ter resultados prejudiciais. A contribuição da psicologia social na resolução de conflitos é reconhecer as condições que permitem o relacionamento interdependente entre os grupos, levando em conta suas demandas de autonomia, identidade e segurança (FISHER, 1990).

Edward Azar foi um estudioso dos conflitos nas relações internacionais¹⁰ e se dedicou especialmente sobre os conflitos destrutivos e permanentes entre grupos de identidade¹¹. Como proposta de resolução dessa natureza de conflitos, desenvolveu o modelo de *fórum de solução de problemas* situado no estágio pré-negociação. Para cada situação de conflito, são propostos múltiplos encontros e cada um deles conta com as fases pré e pós-fórum.

Na fase pré-fórum, são organizadas a logística, a programação e as funções dos facilitadores, assim como é feita também um encontro prévio com cada grupo a fim de identificar suas necessidades e evitar que o fórum seja palco de choques e enfrentamentos entre os participantes. A fase pós-fórum tem sua relevância pois é nela que se planeja a transferência dos avanços no relacionamento entre as partes alcançados durante o fórum para as decisões políticas (OLIVEIRA, 2017a). Juntamente com Burton, Azar participou dos esforços de mediação dos conflitos no Líbano, onde os encontros produziram uma série de princípios em torno da união do país que, posteriormente, ajudaram a estabelecer os fundamentos para o Acordo de Taif, assinado em 1989, que pôs fim ao conflito civil (FISHER, 2016).

Jay Rothman (1997) segue pelo caminho de Azar e propõe um *framework* responsivo à natureza identitária dos conflitos contemporâneos com o objetivo de restaurar a harmonia

¹⁰ *Relações Internacionais e relações internacionais* são termos diferentes. *Relações Internacionais*, com iniciais maiúsculas, refere-se ao campo de estudo que, a partir do século XX, traçou seus próprios pressupostos, objetos e métodos para o estudo dos fenômenos internacionais, isto é, aqueles que envolvem os países em questões que ultrapassam suas fronteiras. As *relações internacionais*, com iniciais minúsculas, consistem nas relações entre os países, que são norteadas pela Política Externa e pela diplomacia de cada Estado e que transitam entre a cooperação e o conflito a depender do momento e das circunstâncias históricas (BROWN, 1997).

¹¹ Os grupos de identidade, pela perspectiva adotada por Edward Azar, são definidos por critérios de diferenciação que se baseiam, principalmente, na raça, religião, cultura e etnia. Tais grupos são formados a partir da necessidade do indivíduo de ser mediado por processos de identificação e socialização alinhados com os valores que acredita (RAMSBOTHAM, 2005).

entre grupos conflitantes. A denominação ARIA reúne as iniciais das quatro fases do processo: Antagonismo, Ressonância, Invenção e Ação. A fase do Antagonismo traz à tona as contradições e animosidades entre as partes e, antes de produzir resultados, visa apontar as diferentes visões da realidade que estão em disputa. A fase seguinte, da Ressonância, busca canalizar as demandas e necessidades em torno de possibilidades de ação conjunta. A Invenção mobiliza a criatividade dos participantes e incentiva a criação de soluções conjuntas para tratar das questões que motivam o conflito. Por fim, a fase da Ação define uma agenda de implementação, especificando os atores, os meios e os resultados esperados de cada projeto.

O autor descreve a aplicação do modelo na Iniciativa de Paz de Jerusalém, no qual reuniu estudantes, ativistas, diplomatas e líderes locais para o debate com a missão de debater a dimensão humana do conflito histórico entre Israel e Palestina. Apesar dos interesses materiais que percorrem o conflito, os participantes concordaram que é necessário pensar em maneiras de melhorar a coexistência entre os grupos e saíram dos encontros com propostas práticas voltadas para a vida cotidiana na região (OLIVEIRA, 2017a; ROTHMAN, 1997).

Nadim Rouhana (2000) dedica-se ao estudo da oficina de solução de problemas, a qual define como a principal ferramenta da resolução interativa de conflitos. Para o autor, para que a resolução interativa atinja seu propósito de intervir e mudar as realidades conflitivas, é necessário trabalhar sobre as teorias e metodologias que atribuem robustez científica e, conseqüentemente, credibilidade à abordagem, que ainda é vista por alguns como uma intervenção “ingênua”. Rouhana define três componentes básicos da resolução interativa de conflitos: os métodos e atividades que compõem as oficinas, os micro-objetivos da solução de problemas e os macro-objetivos desta no contexto relacional da sociedade (ROUHANA, 2000).

Dentre os métodos e atividades, Rouhana enfatiza a necessidade de se explicitar as metodologias de seleção dos participantes e de condução das reuniões, bem como o nível de análise em que se pretende desenvolver as atividades, que pode ser intrapsíquico, interpessoal ou intergrupo¹². Em suma, o primeiro componente sintetiza a necessidade de descrever e analisar a oficina da maneira mais detalhada possível, de maneira que possa ser avaliado,

¹² O nível intrapsíquico lida com os sentimentos individuais em relação ao outro e com a cura das feridas psicológicas abertas pelo conflito. Para tal, estimula-se o perdão e o interesse das pessoas pela reconciliação. O nível interpessoal trata das interações entre os indivíduos e as percepções generalizadas, como os preconceitos e estereótipos. Nesse aspecto, o principal a ser trabalhado na oficina são as habilidades de comunicação. No nível intergrupo, o objetivo é integrar as partes para que elas pensem conjuntamente as soluções para o conflito, levando em conta as necessidades e preocupações coletivas de cada grupo. Os três níveis podem ser abordados separadamente na prática, mas é possível desenvolver ações que os trabalhem simultaneamente (ROUHANA, 2000).

estudado ou replicado em contextos semelhantes. O segundo componente trata dos objetivos imediatos das oficinas. Estes variam a depender dos contextos específicos de cada conflito mas, de modo geral, os espaços de diálogo agem em função de alterar o modo que os indivíduos veem seus adversários no momento presente e no futuro. Assim, é uma ação que incide diretamente sobre a dimensão pessoal mas capaz de gerar efeitos psicológicos, interpessoais, políticos e educacionais. Por fim, o terceiro componente consiste nos impactos que a oficina pretende exercer na dinâmica do conflito. Aqui, o autor enfatiza a falta de rigor dos *workshops* em definir os objetivos que serão realmente conduzidos para a sociedade ou para as instâncias formais de resolução (ROUHANA, 2000).

Conforme ressaltamos no decorrer da seção, a resolução interativa de conflitos não se apresenta como uma substituição às negociações formais, mas como uma etapa complementar que introduz os participantes ao processo de paz. A questão da transferência dos efeitos da resolução interativa é importante de ser abordada não apenas para legitimá-la frente aos formuladores de políticas, mas também como uma disciplina acadêmica. Logicamente, a reconstrução dos relacionamentos entre grupos conflitantes tende a promover novos padrões de interação que se afastam do conflito e se aproximam da cooperação. No entanto, poucos estudiosos e praticantes dedicaram-se à sistematização dos resultados da resolução interativa, como a ampliação dos canais de comunicação e a reconstrução das percepções, e à avaliação dos seus impactos na consolidação de acordos formais (OLIVEIRA, 2017a; ROUHANA, 2000).

Fisher (2005 apud OLIVEIRA, 2017a) preocupa-se com a transferência dos efeitos da resolução interativa, defendendo que o ponto crítico desse processo está na difusão dos efeitos obtidos nos grupos informais para a mesa de negociação formal. Sua proposta é conceitualizar, o quanto for possível, os resultados da resolução interativa que podem ser aproveitados nas resoluções oficiais. Para o autor, há duas condições básicas para que a transferência seja efetiva. A primeira delas é agregar participantes que sejam influentes em diversos níveis, ou seja, representantes do alto escalão, dos principais setores da sociedade, da opinião pública e da população de base. A segunda condição é promover uma série de encontros ao invés de um evento único, com o objetivo de sustentar as mudanças nos relacionamentos que serão promovidas. Supõe-se que, com as duas premissas sendo atendidas, os participantes conseguem articular ideias, repassá-las às respectivas esferas de influência e aos acordos formais (FISHER, 2005 apud OLIVEIRA, 2017a).

Rouhana (2000), por sua vez, oferece caminhos para se pensar nos objetivos macro das oficinas, o terceiro componente frequentemente negligenciado. O autor sugere que se

desenvolvam relações e conexões claras entre as variáveis que compõem o segundo e o terceiro componente da resolução interativa, sustentadas por constatações teóricas. Como exemplo, podemos pensar a partir dos efeitos individuais que as atividades geram: no nível interpessoal, a redução dos significados negativos atribuídos ao inimigo, como os estereótipos e preconceitos, reflete-se na humanização do Outro; no nível educacional, os treinamentos desenvolvem habilidades comunicativas nos indivíduos que se convertem em um aumento da possibilidade de acordos e diálogos entre as partes.

O processo de avaliação e mensuração dos resultados da resolução interativa de conflitos não segue os mesmos critérios dos instrumentos formais, o que se deve ao próprio caráter relacional da intervenção. Os objetivos e os meios para concretizá-los geralmente demoram para se manifestar e não são quantitativamente mensuráveis. Em muitas situações, sequer podemos conceituá-los de acordo com as metodologias “duras” das ciências sociais. Rouhana (2000) sugere que mobilizemos novos ferramentais teóricos que respeitem a dinamicidade dos processos e que proporcionem, ao menos, certo controle sobre os resultados. Nesse aspecto, reiteramos a importância que o autor atribui ao desenvolvimento científico do campo em torno dos seus próprios métodos de avaliação de hipóteses.

O conjunto de contribuições agregadas em torno da ideia da resolução interativa de conflitos não é homogêneo, visto que cada autor traz novos elementos ou enfatiza determinados aspectos do processo. Apesar das seis décadas que separam as primeiras contribuições dos dias atuais, a área ainda carece de teorizações e modelos analíticos consistentes que assumam as peculiaridades da prática interativa. Os instrumentos científicos podem contribuir para que iniciativas de reconhecimento e respeito mútuos sejam expandidas e incorporadas nas resoluções de conflitos de maior proporção ou de maior complexidade. Ao fim e ao cabo, os relacionamentos perpassam todos eles.

Considerações parciais

Este capítulo buscou reunir um conjunto de aportes, oriundos de diversas correntes do pensamento, que nos proporcionam alternativas para refletir sobre a experiência social, o fenômeno do conflito e as possibilidades de resolução a partir dos relacionamentos. Apesar de reunirmos contribuições que utilizam ideias e conceitos distintos, elas nos levam a ampliar entendimentos e entender o conflito como um fenômeno que parte das relações cotidianas e dos significados compartilhados. A resolução interativa de conflitos, como um conjunto de abordagens, começa a trazer para o campo da resolução de conflitos propostas teóricas e

práticas que levam em conta a dimensão das interações e as alternativas que delas emergem. A transformação de conflitos parte dessas ideias para ir ainda mais fundo no contexto local e extrair da própria dinâmica dos conflitos a reconstrução das relações sociais.

CAPÍTULO 2 – POR UMA MUDANÇA SOCIAL GENUÍNA: A TEORIA E A PRÁTICA DA TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS

O campo da resolução de conflitos, ainda que centrado nas posições e interesses dos protagonistas do conflito, reconhece que os relacionamentos não podem ser ignorados nas mesas de negociação. Grande parte do corpo acadêmico e prático reconhece o conflito como um fenômeno intrínseco às relações humanas e parte dele inclui atividades direcionadas ao restabelecimento do contato saudável entre as partes como instrumentos preliminares aos acordos de paz. A *transformação de conflitos* surge com a proposta de centralizar as relações humanas no debate sobre conflitos e paz. Ao invés de mero instrumento, o elemento interativo abriga as causas do conflito e os recursos para a reconstrução social. Enquanto alguns sugerem que a transformação representa um passo além da resolução, consideramos que a transformação se propõe a ir mais fundo: é uma jornada inexplorada pela complexidade e pelas possibilidades da intersubjetividade.

A transformação de conflitos foi proposta entre as décadas de 1980 e 1990 a partir da necessidade de se ampliar os entendimentos sobre a resolução de conflitos para além de métodos e técnicas centradas na solução de problemas. No conceito, a chave é a mudança: diferentemente das abordagens que buscam solucionar as contradições que justificam o conflito, a transformação pretende alcançar as raízes sociais e culturais que sedimentam injustiças e relacionamentos conflitivos. Pelas palavras de John Paul Lederach, transformar o conflito é “imaginar e responder ao fluxo e refluxo do conflito social como oportunidades para criar processos construtivos de mudança que reduzam a violência, aumentem a justiça na interação direta e nas estruturas sociais e respondam a problemas reais nas relações humanas” (LEDERACH, 2014, tradução nossa).

À luz dessa definição, este capítulo dedica-se à compreensão da abordagem transformativa para o conflito proposta por Lederach, englobando sua colaboração acadêmica e prática para a construção da paz. Apresentá-lo como mero pesquisador é injusto com sua trajetória profissional. Em suas próprias palavras, John Paul Lederach define-se: “sou um acadêmico incomum porque passo seis meses praticando o que digo” (LEDERACH, 2003 apud CASCIANI, 2003, tradução nossa). Sua carreira como praticante começou em esforços de conciliação promovidos na Espanha após a ditadura franquista, que terminou com a morte do ditador em 1975, com o objetivo de reconstruir as comunidades e prepará-las para o regime constitucional. Desde então, engaja-se em processos de mediação em diversos países que passaram ou passam por conflitos, como a Nicarágua, Guatemala, Colômbia, Filipinas e

diversos países do leste e oeste da África, trabalhando em mais de 25 países em todos os cinco continentes ao longo de sua trajetória. Sua prática envolve desde o controle de situações de crise até intervenções de longo prazo, as quais geralmente são envoltas por questões interétnicas, interculturais e religiosas (LEDERACH, 2019).

O trabalho de Lederach tem uma natureza holística, a qual pode ser relacionada a suas origens religiosas: o autor foi criado sob a influência da igreja menonita, vertente do protestantismo que remonta ao século XVI. Os menonitas são fortemente vinculados aos valores cristãos de perdão e benevolência e rejeitam todas as formas de violência, criticando inclusive as guerras que historicamente se justificaram por defenderem a permanência do cristianismo. As igrejas menonitas atuam fortemente como ativistas para a paz local e internacionalmente em prol da resistência não violenta e da conciliação, e foi no âmbito dessas organizações religiosas que a carreira de Lederach como mediador teve início (THIRD WAY, 2019; WRIGHT, 2004).

As contribuições do autor se distanciam do fazer científico tradicional ao não adotarem o modelo de sugestão de hipóteses falseáveis, optando por um raciocínio indutivo baseado em um processo de aprendizado que é orientado pela (e para) sua experiência em campo. Em decorrência de sua própria vivência, o método autobiográfico pode ser identificado na obra do autor, que usa das suas experiências e percepções pessoais como bases para suas considerações teóricas. Admitindo a intersubjetividade como objeto de investigação, Lederach reinventa modelos interpretativos para acessar a realidade social do conflito e extrair dela as estratégias para a mudança social (BUENO, 2002). Neste capítulo, partiremos do contexto histórico de produção do autor para adentrarmos à ideia da transformação de conflitos na construção da paz, incluindo as metáforas e relações que o autor estabelece com aspectos não racionais da experiência humana. Por fim, apresentaremos a repercussão e releituras da transformação de conflitos na academia dos Estudos para a Paz, bem como algumas críticas e desafios que se apresentam à abordagem.

O contexto de produção de John Paul Lederach

A transformação de conflitos é concebida em meio a um cenário internacional permeado por conflitos que surgem a partir do início da década de 1990, acompanhando o advento da globalização e o final da Guerra Fria. A esses fenômenos, Kaldor (2013) traz a definição de *novas guerras*, enfatizando as diferenças que possuem em relação aos conflitos tradicionais. De acordo com a autora, essas guerras ocorrem em localidades tão enfraquecidas

a ponto de tornarem difíceis as distinções binárias entre o que é Estado e os que são atores não estatais, entre o público e o privado e até mesmo entre a guerra e a paz.

As novas guerras não são mais restritas às Forças Armadas do Estado Nacional e agora incluem outros atores como milícias, organizações paramilitares e grupos particulares de segurança privada. Os objetivos, por sua vez, deixaram de ser centrados nas questões geopolíticas ou ideológicas que nortearam as guerras do século XX e passaram a ser mobilizados em torno da identidade. Esses embates também são marcados por manifestações de violência em massa contra civis – a própria distinção entre civis e combatentes é obscura – e por graves crises humanitárias, que tornam ineficazes os diversos mecanismos do direito internacional relacionados à conduta de guerra (KALDOR, 2013). A definição *war next door*, também adotada para tratar do fenômeno, explicita a proximidade entre o conflito e a população, que o vivencia cotidianamente em suas cidades e vilarejos e são forçadas a lidarem constantemente com a dor e os traumas gerados (FRANCIS, 2002).

De acordo com o relatório *Trends in Armed Conflict, 1946-2017*, do Peace Research Institute Oslo (PRIO), os conflitos intraestatais ainda representam desafios factuais à segurança internacional. O ano de 2017 presenciou 49 conflitos armados, com cerca de 69 mil mortes. Iraque e Afeganistão viveram, nesse ano, um dos seus maiores picos de violência desde o período pós-Guerra Fria. No apanhado histórico que o relatório se propõe a fazer do ano de 1946 até 2017, notamos que nos primeiros anos do período os conflitos eram majoritariamente interestatais ou coloniais. Em contrapartida, a forma predominante atualmente é a de conflitos intraestatais com a eventual participação de atores externos. Além disso, o relatório sinaliza que a quantidade de conflitos manteve-se constante no século XXI mesmo com a pacificação de alguns Estados, o que nos leva a concluir que novos enfrentamentos estão emergindo no momento presente (DUPUY; RUSTAD, 2018).

Estudiosos estabeleceram um amplo panorama acerca dos conflitos armados contemporâneos, destacando suas diferenças em relação aos conflitos tradicionais. Edward Azar traz a definição de *conflitos sociais persistentes*, que são “interações hostis que se estendem por longos períodos de tempo com surtos esporádicos de guerra aberta oscilando em frequência e intensidade” (AZAR; JUREIDINI; MCLAURIN, 1978, p. 50, tradução nossa). São embates que englobam sociedades inteiras em episódios de violência que permanecem no tempo, ou seja, não podemos definir claramente quando o conflito se iniciou, assim como não há como encerrá-lo por meio de uma decisão abrupta. As disputas são justificadas pelas necessidades básicas que cada grupo reivindica e são alimentados pela intensificação da percepção negativa do Outro – o conflito deixa de ser um meio para solucionar impasses e se

torna uma arena para redefinir questões históricas. São fenômenos tão complexos que são também denominados como conflitos intratáveis porque não respondem aos mecanismos formais de negociação, visto que as hostilidades são enraizadas nas interações (AZAR; JUREIDINI; MCLAURIN, 1978).

Lederach (1997) os define como *conflitos de identidade*, visto que as partes se diferenciam entre si muito mais por questões identitárias do que por questões ideológicas e de classe. Isso significa que os indivíduos civis acabam engajando-se com maior afinco nas questões do conflito por aproximarem-se da religião, do clã ou do grupo étnico com o qual sentem-se pertencentes e seguros e, portanto, o paradigma ideológico tão evocado na Guerra Fria não é mais tão explicativo quanto antes (LEDERACH, 1997).

Nesses contextos, a identidade e a percepção do local são constantemente desconstruídas, reconstruídas e renomeadas. Os indivíduos transitam entre papéis de vítimas e agressores, entre contextos de violência e comunidade e entre sentimentos de separação e pertencimento. Em muitas situações, esse processo é feito de maneira literal: indivíduos são separados dos seus vínculos locais e são enviados para destruir a própria comunidade e membros da família como um ato de romper com o passado e reconstruir sua nova identidade atrelada ao grupo atual (LEDERACH; LEDERACH, 2010). Tal estreitamento da identidade enfraquece as possibilidades de se pensar os conflitos intraestatais contemporâneos em escala nacional porque as dinâmicas de aproximação e de hostilidade operam em uma escala mais restrita e independente de configurações territoriais artificiais.

Assim, a noção espacial do conflito deixa de ser vinculada aos limites do Estado. Pelo contrário, sua amplitude é orgânica e ocorre em vilarejos, regiões e domínios que podem inclusive transpor as fronteiras estatais. O envolvimento de países vizinhos, o engajamento de movimentos de oposição externos e a manutenção do fluxo de armamentos e pessoas faz com que os efeitos dos conflitos domésticos sejam expandidos para o âmbito regional e internacional, motivo pelo qual Lederach (1997) os denomina como *conflitos internos e internacionalizados*. O resultado de tal configuração são instabilidades que comprometem a segurança regional em uma abrangência bem maior que a do epicentro do conflito. Uma reflexão importante que pode ser extraída dessa característica dos conflitos contemporâneos refere-se às intenções implícitas nas intervenções humanitárias, que podem estar muito mais atreladas à necessidade de se conter os enfrentamentos e garantir a estabilidade da segurança internacional do que preocupadas com as vidas humanas severamente afetadas.

Uma das consequências da descentralização do conflito é a difusão do poder e a multiplicidade de grupos envolvidos. Nos conflitos contemporâneos, lidar com o fenômeno

sob modelos dicotômicos não faz sentido diante da pluralidade de atores, alianças e hierarquias (ou ausência delas) que estão engajados nas disputas de poder e influência local. Essa configuração gera dois grandes problemas nos processos de construção da paz, que são a dificuldade para se acessar líderes individuais e mobilizá-los em torno de ambientes de conciliação e diálogo e a complexidade na organização de estruturas políticas e instituições que representem e atendam aos interesses dos grupos (LEDERACH, 1997).

A geopolítica e os interesses econômicos globais também influenciam pontualmente nas dinâmicas conflitivas locais: a perpetuidade dos conflitos civis é permitida pelo fluxo de comércio de armas mantido pelo Ocidente para as regiões em conflito. Essa crítica, que se fundamenta em inúmeras abordagens políticas e econômicas que tratam da superioridade dos países centrais frente aos periféricos, considera que esses conflitos são fomentados porque sustentam um comércio constante de armas extremamente lucrativo para as indústrias bélicas situadas ao Norte. Ainda que as armas utilizadas sejam leves e de baixa tecnologia agregada, o lucro está associado à quantidade fornecida aos países em guerras. A facilidade em se obter suprimentos bélicos não pode ser definida como a causa dos conflitos, mas pode ser vista como um requisito para o prolongamento destes (LEDERACH, 1997).

Lederach (1997) complementa que os conflitos internos são imediatos. O caráter de imediatismo é atribuído à proximidade geográfica e à história comum compartilhada entre os grupos conflitantes. Por conta desses fatores, estereótipos acerca da imagem que se tem em relação ao outro são muito enraizados nas mentes dos homens e mulheres imersos naquele contexto. O inimigo não é mais uma ameaça distante e temporalmente situada como nas guerras tradicionais; nos conflitos contemporâneos, o inimigo pode ser de convivência diária ou até mesmo alguém que compartilha o mesmo núcleo familiar. Simultaneamente, os indivíduos conhecem bem aqueles que categorizam como seus antagonistas por conta da construção social conjunta, mas suas percepções são extremamente influenciadas pelas emoções. Essa nova perspectiva de alteridade em contextos de guerra exige que o conflito e a construção da paz sejam tratados para além de abordagens puramente técnicas ou estruturais (LEDERACH, 1997).

Em 2005, Lederach identificara que mais de 80 acordos de paz parciais ou completos foram escritos desde 1990. Nestes instrumentos, deposita-se a confiança de que o conflito termine. No entanto, a distância dos processos tradicionais de gestão de conflitos em relação às sociedades gera um *gap* de autenticidade, visto que há muita suspeita por parte da comunidade local, que não vivencia de fato a paz que foi selada sob o compromisso de alguns governantes. Os mecanismos tradicionais empregados até hoje distanciam completamente a

retórica e a vivência da paz e apenas dão espaço para que a violência, eventualmente, se manifeste por outros meios (LEDERACH, 2005).

A proposta transformativa de construção da paz

Levando em conta a natureza dos conflitos pelos quais a abordagem da transformação de conflitos se interessa, nesta seção exploraremos as propostas da teoria para a construção da paz. Lederach (1997) entende o *peacebuilding* como um “conceito abrangente que circunda, gera e sustenta toda uma matriz de processos, abordagens e estágios necessários para transformar a situação de conflito em relacionamentos mais sustentáveis e pacíficos” (LEDERACH, 1997, p. 21, tradução nossa). A própria definição, em sua amplitude, supera a ideia de que os esforços de paz devam responder a problemas imediatos e mobiliza criatividade e dinamismo em prol da transformação dos padrões de relacionamento e das estruturas sociais para além da contenção da violência.

Northrup (1989) aponta que a transformação de conflitos surgiu a partir de fraquezas identificadas nos pressupostos da resolução de conflitos. A primeira delas é a crença da resolução de que as partes são racionais – algo que os teóricos da transformação contestam porque a ideia de racionalidade varia de acordo com o contexto cultural. A segunda fraqueza identificada é depositar nas percepções equivocadas a causa central do conflito, enquanto a transformação de conflitos entende *misperception* como um conceito muito raso para agregar os diversos sentimentos e visões de mundo que, associados, fundamentam as razões para o conflito.

A terceira delas é o fato de a resolução de conflitos acreditar que seus princípios sejam aplicáveis em qualquer contexto social, enquanto a transformação, por sua vez, opta por definir estratégias a partir das próprias dinâmicas do conflito. Por fim, a resolução acredita que as partes tendem a privilegiar soluções pacíficas ao dilema, o que a transformação contesta a partir da observação de que nem sempre as partes querem a paz como um resultado final e preferem se engajar na guerra (NORTHROP, 1989). Ainda que esses pontos não sejam um consenso entre os teóricos da resolução de conflitos, é fato que a transformação é uma importante contribuição crítica ao campo.

John Paul Lederach não busca necessariamente romper com o ferramental teórico e prático da resolução de conflitos, mas sim reorientá-lo. A resolução de conflitos busca findar situações não desejadas e tem como propósito alcançar acordos e soluções para o problema que gera a crise. Dessa maneira, a ação é voltada diretamente para o fenômeno destrutivo e

busca tratá-lo no menor prazo possível, de modo a acabar com a escalada da violência na sociedade em questão. Em contrapartida, a transformação de conflitos adiciona um elemento edificante em sua questão central: como podemos findar situações não desejadas e construir uma realidade desejada? Tal questão justifica a predileção por uma mudança construtiva, que inclua, mas que não se restrinja, à interrupção da violência explícita. Os métodos de resolução de conflitos não são dispensáveis, no entanto, não bastam diante da variedade de papéis e processos que são empregados para que os objetivos sejam alcançados (LEDERACH, 2014). Em resumo, a transformação inclui, mas não está vinculada a contribuições e abordagens propostas pela linguagem da resolução. Vai além de um processo focado em determinado episódio para buscar o epicentro do conflito¹³.

A visão transcendente que o autor elabora sobre o conflito evoca elementos que não são comuns ao que normalmente é apresentado pela academia da resolução tradicional dos conflitos. A compreensão da violência envolve análises baseadas em metodologias e *frameworks* específicos, mas também demanda que o sujeito cognoscente mobilize seus sentidos e percepções. Por consequência, as possibilidades de ação para a paz se expandem para além da inércia daquilo que já é esperado e rompe com as polaridades históricas e descrições artificiais da realidade social que sustenta a violência (LEDERACH, 2005).

Dessa maneira, para se transformar o conflito, é necessário que se tenha uma orientação positiva acerca deste. Por orientação positiva, nos referimos à habilidade de visionar um potencial de mudança construtiva nos conflitos mesmo diante dos ciclos de destruição que, na maioria das situações, são permanentemente incorporados nas comunidades. O objetivo da transformação, portanto, é transformar a energia do conflito em ciclos construtivos que trabalhem em prol da restauração dos padrões saudáveis de relacionamentos e das estruturas sociais, a fim de reduzir a violência e perpetuar a justiça (LEDERACH, 2014).

Lederach (2014) propõe três lentes analíticas que considera ferramentas importantes para entendermos o conflito social. Essas lentes permitem que o foco seja direcionado especificamente para as questões que são mais relevantes para que o conflito não seja apenas compreendido, mas transformado. A primeira lente é aquela que focaliza na situação imediata, ou seja, nas manifestações diretas e visíveis do conflito. A segunda lente, por sua vez, propõe

¹³ O episódio do conflito é a sua exteriorização, ou seja, os eventos que são visíveis e que podem ser temporalmente delimitados. Este gira em torno de um conjunto específico de problemas que, via de regra, demandam ação imediata. O epicentro, por sua vez, consiste em toda a rede de recorrências históricas e padrões relacionais que sustenta a eclosão de episódios. Em síntese, o episódio libera toda a energia conflitiva sobre o contexto, mas é no epicentro que essa energia é produzida (LEDERACH, 2014).

um aprofundamento e busca enxergar os padrões de relacionamentos que estruturam o conflito. A terceira lente busca visionar uma plataforma de contato entre as partes para que elas criem, a partir da própria dinâmica relacional que foi identificada, respostas e soluções criativas. Esse esquema de lentes é um recurso importante utilizado na proposição teórica porque entende-se que é impossível, para o analista, compreender toda a realidade de uma só vez, ainda que a transformação de conflitos abrace as múltiplas camadas de complexidade. A estratégia é focalizar as análises e, posteriormente, enquadrá-las e criar uma imagem do todo.

O conflito é um fenômeno dinâmico. Essa característica indica que este interfere constante e diretamente no ambiente no qual está inserido, assim como é alterado pelo curso dos acontecimentos e das interações humanas. Lederach (1997) utiliza da contribuição de Curle (1971) para tratar o conflito como uma progressão, na qual parte-se de relações hostis em direção a relações pacíficas. Nesse esquema, a escalada do conflito se dá em quatro grandes etapas, que são o conflito latente, a confrontação, a negociação e a paz sustentável.

No conflito latente, a violência é implícita e as pessoas ainda não estão conscientes das injustiças e da fragilidade da sociedade nas quais estão inseridas. A etapa da confrontação externaliza o conflito e a violência, que são vivenciados diretamente pelos indivíduos. A negociação consiste no aumento da consciência e do reconhecimento mútuo por parte dos grupos em relação à interdependência que possuem entre si e, por fim, a paz sustentável é resultado das negociações bem-sucedidas e inaugura um período de fluidez nas relações sociais (LEDERACH, 1997).

Os conflitos mais conhecidos da atualidade estão, em sua grande maioria, entre os estágios de confrontação e negociação. Contudo, é importante levarmos em conta as inúmeras tensões sociais latentes que não são enquadradas como conflitos e só recebem atenção por parte da mídia e da academia quando a violência é externada. Compreender os conflitos como uma progressão reconhece o imperativo de se pensar também no longo prazo e ressalta a necessidade de se refletir em respostas específicas para cada fase. Lederach (1997, p. 74) demonstra a importância dessa relativização do tempo na construção da paz: um desastre humanitário situado na fase de confrontamento requer ações imediatas porque trata-se da preservação da vida e da integridade da comunidade, mas os esforços de negociação e os projetos de reconstrução e desenvolvimento devem ser projetados para o longo prazo por se tratarem de respostas a questões enraizadas nas estruturas e nos relacionamentos locais.

Os conflitos impactam a existência humana coletiva e podem ser abordados em quatro grandes frentes, as quais Lederach (2014) denomina como *dimensões*: pessoal, relacional, estrutural e cultural. O primeiro aspecto, o pessoal, trata dos impactos do conflito sobre a

experiência dos indivíduos envolvidos e leva em conta fatores espirituais, emocionais e comportamentais. O segundo aspecto é o relacional e trata das relações de poder, comunicação, expressão e interação intra e intergrupais entre os indivíduos afetadas pelo conflito – os relacionamentos são a grande chave para o restabelecimento da paz para a transformação de conflitos, posto que são a partir deles que todas as dinâmicas sociais são criadas. A dimensão estrutural refere-se aos efeitos do conflito nas estruturas e instituições políticas, econômicas e sociais e, por fim, a dimensão cultural aborda os padrões mais amplos que perpassam a comunidade e que caracterizam-se por pautas identitárias e de reconhecimento coletivo. Para cada uma dessas dimensões, o autor propõe objetivos de mudança que a transformação de conflitos persegue (LEDERACH, 2014).

A lógica tradicional de se pensar a consolidação da paz parte de toda a complexidade que envolve o contexto do conflito e busca traduzi-la em técnicas e resultados simples, optando por uma escolha reducionista. O caminho escolhido pela transformação de conflitos, por sua vez, sugere um sentido oposto. A ideia aqui é partir da análise da simplicidade dos relacionamentos e das percepções cotidianas em direção a uma abordagem que atinja a complexidade dos fatores que sustentam a violência (LEDERACH, 2005).

Em termos práticos, consiste em compreender os comportamentos, as narrativas e os sentimentos das pessoas em uma abordagem etnográfica sensível aos mínimos detalhes da experiência individual e coletiva para que a realidade social seja entendida para além das categorias dualistas. A partir desse processo, é possível pensar em como forças sociais aparentemente contraditórias podem ser exploradas e coordenadas em torno do objetivo macro. Abraçar a complexidade do conflito implica justamente tratar dessas contradições e estar disposto ao risco que se têm ao lidar com questões extremamente enraizadas (LEDERACH, 2005).

Em *Building peace: sustainable reconciliation in divided societies*, de 1997, John Paul Lederach propõe um *framework* conceitual para a construção da paz. Nesta, o autor desenvolve um modelo integrado que parte da reconciliação como ponto de partida e busca fornecer uma infraestrutura que suporte a geração contínua de processos dinâmicos e responsivos. O modelo segue a ideia de processo-estrutura, ou seja, é adaptativo às transformações, porém, mantém forma e funções delimitadas, preservando certa lógica e propósito em contextos que não são estáticos (LEDERACH, 1997; 2014).

O conceito de reconciliação resume os esforços empregados para engajar todas as partes do conflito em relações humanas. A reconciliação, para Hutchison e Bleiker (2013, p. 82, tradução nossa), “lida com os resíduos do conflito e do trauma: eventos que trouxeram dor

e sofrimento para um grande número de pessoas”. O ato de reconciliar visa proporcionar um espaço para que os grupos reconheçam sua interdependência mútua e passem a interagir, dialogar sobre sua história e seu futuro e compartilhar seus medos, traumas e erros. O objetivo desse processo é romper com as barreiras emocionais que o conflito impõe à reconstrução da coesão social. Das dimensões do conflito que Lederach (2014) aponta, esta busca atingir com mais ênfase as questões relacionais, e essa opção justifica-se pela necessidade da construção de relacionamentos sólidos para sustentar quaisquer mudanças estruturais (LEDERACH, 1997). O terceiro capítulo tratará dos aspectos emocionais nos conflitos e da reconciliação com mais profundidade.

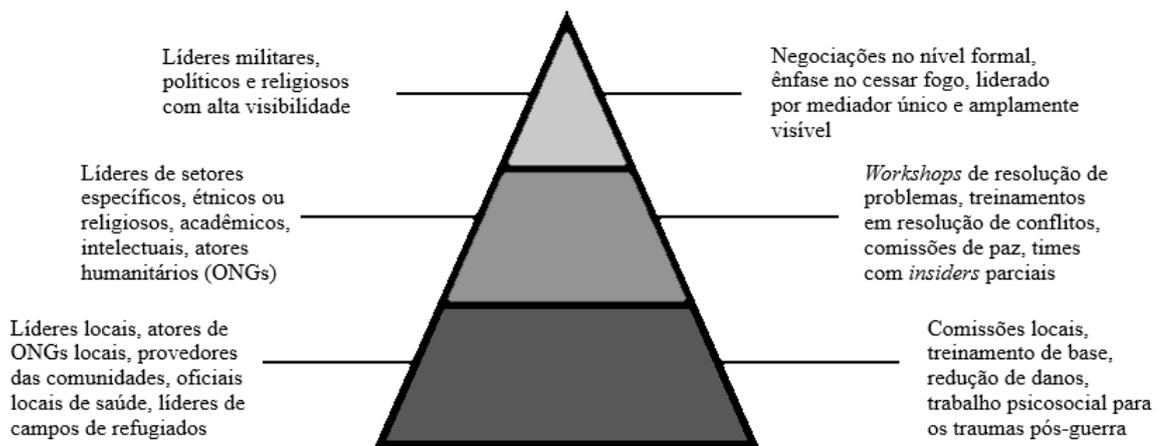
Após o processo de reconciliação, o modelo aponta a importância de questões estruturais do *peacebuilding*. Ao considerar que a violência deve ser tratada utilizando-se da própria energia extraída do conflito, é plausível que a população local seja a agente do seu próprio processo. Essas pessoas são reconhecidas como recursos, e não destinatárias, da construção da paz (LEONARDSSON; RUDD, 2015). Por esse ângulo, Lederach (1997) segmenta os níveis de liderança locais em três eixos: o primeiro deles é o nível *top-level*, que reúne os mais altos escalões em termos políticos, militares e religiosos. Esses líderes são possuem grande visibilidade, poder e influência e representam o posicionamento oficial dos seus respectivos grupos.

O nível *middle-range* consiste em um estrato intermediário que detém certo grau de liderança, mas que não é atrelado diretamente às estruturas formais de representação. Via de regra, são pessoas que ocupam posições de destaque em setores específicos ou mais localizados e seu poder relaciona-se com sua participação nos relacionamentos correntes, como acadêmicos, agentes humanitários e lideranças de grupos étnicos. Por fim, o nível dos *grassroots*, ou população de base, compreende aqueles que estão na escala mais baixa e que envolvem-se na sobrevivência da comunidade frente à violência – os líderes das comunidades e associações locais são os principais representantes desta classe (LEDERACH, 1997).

A partir da categorização das lideranças, são propostas abordagens correspondentes para a construção da paz. A abordagem *top-down* tem por objetivo cessar as hostilidades por meio de negociações políticas entre aqueles que compreendem o *top-level* de cada grupo conflitante. Assim, os acordos firmados “descem” para o restante da população. A abordagem *middle-out* engloba os líderes da *middle-range*, capazes de articular as demandas dos níveis superior e inferior. Essas lideranças podem atuar na criação de projetos e instituições relacionadas à conciliação e mediação de enfrentamentos, como *workshops*, treinamentos e comissões de paz. A abordagem *bottom-up*, por sua vez, parte da atuação dos líderes locais

em torno de igrejas ou associações e buscam promover a paz entre clãs e grupos menores, bem como zelar pela população afetada. O movimento da paz, aqui, é ascendente e um possível acordo de paz formal seria a consequência última destes processos focalizados (LEDERACH, 1997). A Figura 3 representa os atores e as abordagens em um esquema de pirâmide baseado na proposta teórica de Lederach (1997).

Figura 3 - Atores e abordagens para o *peacebuilding*



Fonte: elaboração própria, com base em Lederach (1997).

Para Lederach (1997), as atividades desempenhadas no âmbito da camada intermediária, encabeçada pelos atores que são capazes de coordenar a relação entre todos os níveis, são aquelas que mais têm potencial para sustentar a construção da paz à longo prazo. Essa atribuição se deve pela capacidade que a *middle-range* possui em diagnosticar e assimilar a realidade vivenciada pela camada inferior e, ao mesmo tempo, dialogar e intermediar as demandas da sociedade com os líderes superiores. A abordagem *middle-out* produz a autenticidade que é ausente na resolução tradicional dos conflitos.

O outro polo do modelo integrado proposto é o processo. Ainda que o autor proponha uma ampla conceituação acerca da estrutura social, deve-se ter em mente que o conflito é um fenômeno dinâmico e dialético. Isso indica que, além de pensarmos na variedade de atribuições que a construção da paz demanda, o elemento temporal é de grande importância na análise. A multiplicidade de papéis contrapõe-se à visão tradicional do *peacebuilding* enquanto uma atividade desempenhada por terceiras-partes com funções rígidas. Na transformação de conflitos, consiste em projetos realizados por pessoas diferentes em

momentos diferentes, nos quais as estratégias de ação estão articuladas entre si e atreladas à fase na qual o conflito se encontra. Dessa forma, os diferentes âmbitos da sociedade em todas as fases do conflito são trabalhados em direção ao objetivo de se sustentar a mudança construtiva a longo prazo (LEDERACH, 1997).

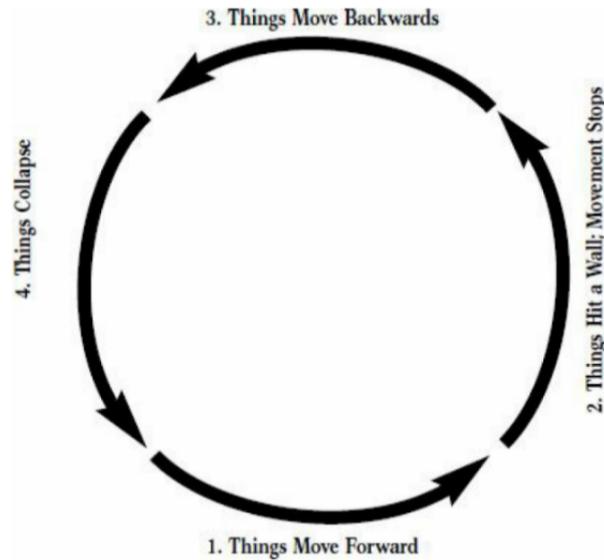
Aqui, podemos nos questionar: se a construção da paz é pautada pela mudança e pela transformação, o que se pretende, de fato, mudar? Para responder tal questão, retomamos às dimensões do conflito apresentadas na seção anterior. Na dimensão pessoal, a construção da paz tem por missão minimizar os efeitos destrutivos do conflito nos aspectos psicológicos e proporcionar condições para o desenvolvimento físico, emocional e espiritual dos indivíduos. No âmbito relacional, o objetivo é minimizar as barreiras de comunicação e expressão e promover os pontos de contato que fomentem a reconstrução dos relacionamentos. Na estrutura, o objetivo é minimizar os enfrentamentos, lidar com as questões imediatas – como as disputas e injustiças que legitimam a continuidade da violência – e criar instituições que atendam às necessidades humanas e permitam a participação popular. Finalmente, na dimensão cultural, o objetivo é identificar e instrumentalizar os padrões e recursos culturais que sejam úteis à construção de novos padrões na sociedade (LEDERACH, 2014).

É importante, para aqueles que se envolvem nos processos de construção da paz, ter consciência de que a mudança almejada não ocorre de maneira contínua. Pela própria característica da transformação de conflitos de se engajar nas questões sutis da intersubjetividade, a mudança pode parecer, por vezes, uma estagnação, um retorno aos ciclos destrutivos ou até mesmo um rompimento no processo de paz. Compreendê-la de maneira cíclica nos permite ver as diferentes direções que o processo da paz pode tomar, inclusive aquelas que aparentam ser negativas em um primeiro olhar (LEDERACH, 2014). A Figura 4 esquematiza esse entendimento.

Apresentados seus componentes estruturais e processuais, o modelo integrado pode ser desenhado. Com base no nível de ação e no tempo que as atividades demandarão, este busca sustentar a dinâmica do processo de transformação do conflito e do tecido social como um todo, que passa a ser orientado para a paz ao invés de servir à guerra. O esquema processo-estrutura engloba as mudanças cíclicas em um movimento linear e contínuo. Esse modelo analítico, que à primeira vista pode parecer contraditório, distancia-se da lógica racional, que lida com as questões puramente em termos de causa e efeito. Não obstante, pensar em uma direção para esse movimento é importante para delimitar onde e como a mudança acontece e para onde ela caminha. O autor afirma que a linearidade “nos força a expressar e testar nossas teorias de mudança que muitas vezes estão inexploradas e dormentes sob camadas de retórica

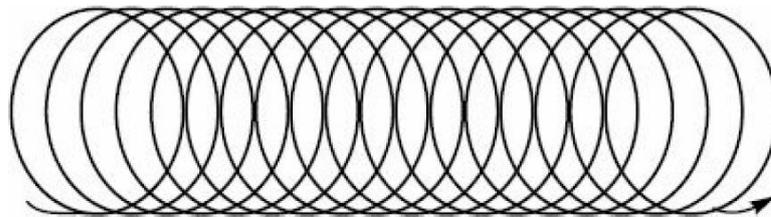
e respostas e ações automáticas (LEDERACH, 2014, tradução nossa)”. A Figura 5 demonstra o processo-estrutura graficamente.

Figura 4 - A mudança enquanto um ciclo



Fonte: Lederach (2014).

Figura 5 - Ilustração gráfica do modelo processo-estrutura

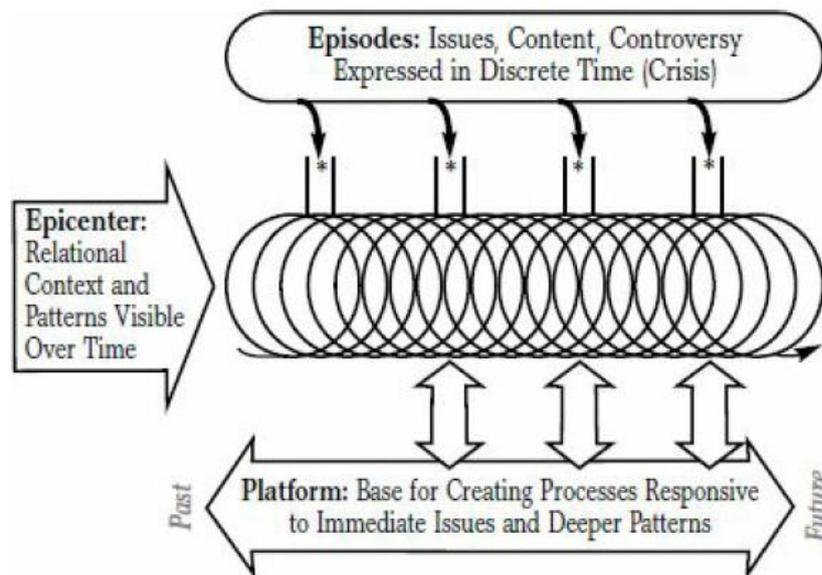


Fonte: Lederach (2014).

Na estrutura integrada da transformação de conflitos, o processo-estrutura do *peacebuilding* é inserido em uma plataforma que esclareça os vários níveis do conflito, os processos de contenção de problemas imediatos e os planos de mudança para o futuro, servindo como uma espécie de fundamento. Além disso, o modelo insere as questões imediatas do conflito – os episódios – nos quais se manifestam os problemas, controvérsias e hostilidades explícitas e o epicentro do conflito, o qual a Transformação de Conflitos busca

abordar diretamente por meio dos padrões de relacionamento. A finalidade dessa construção analítica é conter a repetição futura dos episódios violentos e envolver o nível relacional em um trabalho de reorganização profunda das relações sociais que sustentam os ciclos destrutivos do conflito. A Figura 6 apresenta tal construção.

Figura 6 - A plataforma transformativa



Fonte: Lederach (2014).

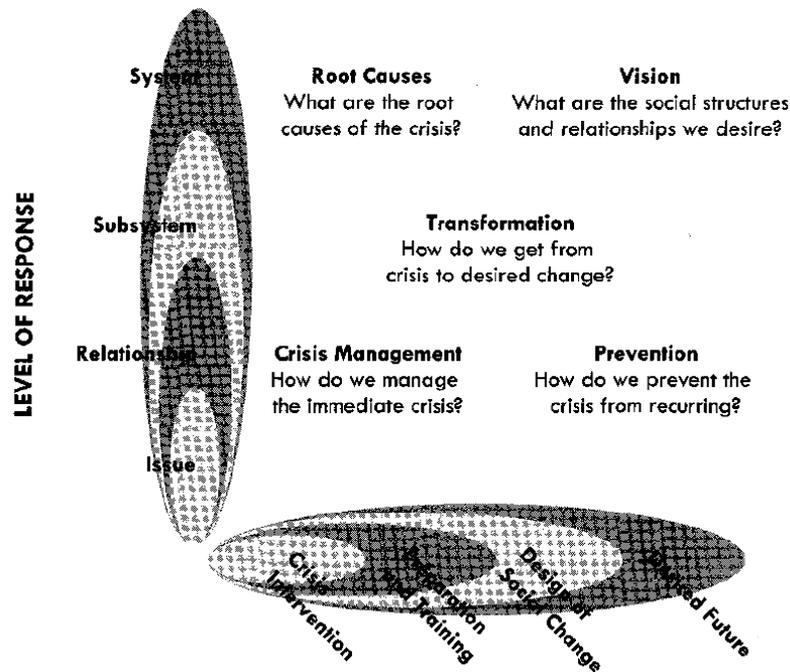
A organização do *framework* analítico proposta pelo autor é importante para que a transformação de conflitos seja reconhecida para além da sua capacidade prática de adequar-se ao contexto. O desenvolvimento de uma plataforma que seja eficaz para conter os problemas imediatos e estratégica para os desafios do longo prazo aproxima a abordagem da academia, que tende a considerar seus pressupostos demasiadamente idealistas frente ao cenário da segurança internacional nos dias atuais. Na prática, a lente estrutural sugere que pensemos “compreensivamente sobre a população afetada e sistematicamente sobre as questões pontuais” enquanto a lente processual reafirma a necessidade de se “pensar criativamente sobre a progressão do conflito e sobre a sustentabilidade da transformação por meio de papéis, funções e atividades integradas” (LEDERACH, 1997, p. 79, tradução nossa). O autor sugere, então, cinco eixos de atividades que devem ser abordados nos processos transformativos de construção da paz.

No curto prazo, é necessário dedicar-se à *gestão da crise* e à *raiz dos problemas*. A gestão da crise busca atacar os problemas visíveis e pontuais do conflito, como os enfrentamentos diretos e as pautas humanitárias mais urgentes. Os praticantes envolvidos nessa categoria não têm tempo para dedicarem-se com profundidade sobre as causas do conflito e realizam suas ações pragmaticamente com a finalidade única de conter seus efeitos da maneira mais rápida possível. A identificação da raiz do problema, por sua vez, concentra-se no nível sistêmico e procura estabelecer análises estruturais das causas mais profundas do conflito, utilizando de métodos que levem em conta a história local e a vivência cotidiana da população. Portanto, os indivíduos encarregados dessa tarefa devem ser incutidos de grande capacidade de observação dos fenômenos sociais e interpretação do diagnóstico.

Por outro lado, olhando para o futuro e para o longo prazo, temos as atividades de *prevenção* e *visão*. A prevenção trabalha no nível das questões imediatas para evitar a recorrência da crise. Esse trabalho lida diretamente com os fatores que impulsionam a violência direta e auxilia a sociedade a lidar com esses episódios, podendo atuar por meio de treinamentos e diálogos com os grupos em conflito. A visão trabalha especialmente com as expectativas mais amplas de futuro e busca desenvolver perspectivas de estruturas políticas e sociais para a convivência mútua. Podemos perceber uma relação clara entre as atividades no que se refere ao nível de resposta: a prevenção depende diretamente da gestão das crises no nível das questões imediatas, enquanto a elaboração da visão depende diretamente do diagnóstico da raiz do problema no nível sistêmico (LEDERACH, 1997; 2014).

A transformação do conflito está no meio dessas atividades. Localizada em um nível médio, entre o nível focal e o sistêmico e entre o curto e o longo prazo, questiona quais são as formas de sair da crise e caminhar em direção à mudança desejada. Essa posição mediana indica que essas formas serão planejadas em termos de alguns anos ou décadas e será encabeçada pelos grupos que ocupam a *middle-range*, visto que estes têm maior potencial integrativo entre as raízes sistêmicas e as crises imediatas por ter mais flexibilidade de ação que a classe mais alta e são menos vulneráveis em termos de sobrevivência que a população de base (LEDERACH, 1997; 2014).

Figura 7 - A estrutura integrada do *peacebuilding*



Fonte: Lederach (1997, p. 80).

A sustentabilidade do processo de *peacebuilding* está diretamente relacionada ao local. A transformação de conflitos protagoniza os indivíduos locais e os coloca como os principais recursos das atividades de longo prazo. Esse posicionamento rompe com o imaginário criado pela comunidade internacional que os enquadra como frágeis, desamparados e necessariamente carentes do auxílio dos países ocidentais – toda essa construção é sustentada pela própria representação do conflito como algo devastador e doloroso. Lederach (1997) define as pessoas e a cultura local como *recursos socioculturais* que devem ser associados à formação da paz de maneira integral e não apenas periférica.

Considerar conhecimentos e culturas locais como centrais no *peacebuilding* faz com que o processo seja reconhecido e legitimado pelas pessoas que irão vivenciá-lo porque estas serão também suas criadoras e executoras, agentes da própria mudança em seus próprios termos. O local traz consigo inúmeras particularidades, nos mais diversos níveis, que podem interferir drasticamente no resultado final do projeto. Essas particularidades remetem a questões estruturais e de organização social que afetam nitidamente a reconstrução estatal, como também em questões mais sutis como a linguagem e os simbolismos, que são igualmente importantes por afetarem essencialmente a constituição dos relacionamentos (LEDERACH, 1997).

A construção da paz localmente fundamentada tem algumas características específicas. A primeira delas é a adoção de mediadores locais, que são profundos conhecedores do contexto e da configuração social com que lidam. A mediação, nesse caso, afasta-se da noção de imparcialidade; aqui, o mediador é um *insider* que sente e é inspirado pela dinâmica do conflito de maneira orgânica. A segunda característica, relacionada à primeira, é a permanência desses indivíduos no contexto local. Por serem pertencentes à comunidade e não apenas estarem desenvolvendo programas temporalmente delimitados, a população sente-se mais segura e aberta às mudanças, construindo a legitimidade que é tão necessária. Além disso, os indivíduos locais que assumem o papel de construtores da paz assim o fazem muito mais pelo papel que representam frente às redes do que pela *expertise* que possuem, o que é válido ao pensarmos na mediação enquanto facilitadora da reconciliação (LEDERACH, 1997).

Os treinamentos são os instrumentos que preparam os indivíduos para a construção da paz e possuem um espaço importante na obra de Lederach. A resolução de conflitos trata dos treinamentos de maneira homogênea e adota critérios que seriam aplicáveis para quaisquer conflitos sem adentrar em debates sobre seu conteúdo, abordagem e até mesmo metodologia mais profundos. Lederach (1995) atribui grande ênfase ao conhecimento cultural como parte formadora do conflito e, portanto, acredita que este deve também pautar não apenas a execução, como também a elaboração dos modelos que serão postos em prática – em uma crítica mais incisiva, o autor afirma que “o treinamento em resolução de conflitos na cultura dominante da América do Norte representa, entre outras coisas, a embalagem, a apresentação e a venda de um conhecimento social (LEDERACH, 1995, p. 6, tradução nossa)”. Na transformação de conflitos, os treinamentos são elaborados a partir do conhecimento socialmente construído no local, incorporando os componentes culturais os significados compartilhados pelos indivíduos (LEDERACH, 1995).

A estruturação dos treinamentos pela abordagem transformativa baseia-se em três correntes teóricas que não estão diretamente relacionadas com as questões sobre conflito e paz. A primeira delas é a contribuição de Paulo Freire, educador e pedagogo brasileiro que trata a educação como um fenômeno político. Para Freire, o processo educacional que busca caminhar em direção à conscientização dos indivíduos transmite conhecimentos em uma via de mão dupla, reconhecendo a mutualidade das relações entre o professor e o aluno. Sendo assim, o fluxo do conhecimento é fluido, visto que todas as contribuições são possíveis de se gerar aprendizados na coletividade. A segunda corrente teórica que embasa a teorização dos treinamentos é a da Tecnologia Apropriada, que surge em meio aos debates sobre a solução

de problemas por um viés sustentável. Esta critica a transferência de modelos e técnicas de desenvolvimento do Ocidente para os outros países e defende que o conhecimento local deve ser perseguido e encorajado para que se torne um recurso ferramental na concretização dos objetivos pretendidos. Por fim, a última influência vem da antropologia e do método etnográfico. A etnografia parte do princípio que as sociedades devem ser profundamente estudadas para que se conheça mais sobre os fenômenos e contextos particulares para que, então, a ação seja norteadada com base no entendimento daqueles que as vivenciam (LEDERACH, 1995).

Alicerçado nessas contribuições, Lederach (1995) deriva as premissas que conduzem a instrumentalização dos treinamentos: as pessoas no contexto são recursos-chave, e não recipientes; o conhecimento local é o canal para a descoberta, significado e ação apropriada; a participação da população local é central no processo; a construção da paz a partir dos recursos locais disponíveis alimenta a autossuficiência e a sustentabilidade e por fim, o empoderamento parte de um processo que promove a autoconsciência e valida a descoberta, nomeação e criação de respostas por meio da reflexão e da ação. O projeto pedagógico da transformação de conflitos, para além da transmissão de conhecimentos, propõe contribuir para o fortalecimento das capacidades individuais por meio do empoderamento para que, então, essas pessoas possam criar, fortalecer e implementar os modelos apropriados para lidar com o conflito em suas próprias localidades (LEDERACH, 1995).

As capacidades individuais que o treinamento visa desenvolver vão além das técnicas comumente atribuídas à contenção dos conflitos. Lederach (2014) discorre sobre cinco delas, bem como as habilidades que são estimuladas nos participantes. A primeira delas consiste no desenvolvimento da habilidade de ver as questões imediatas como a manifestação explícita de um fenômeno que possui uma origem muito mais enraizada. A condição de vida dos indivíduos deve ser analisada com empatia e cuidado, mas o analista não deve se abster de dedicar-se às causas que geram as fragilidades materiais e emocionais. O objetivo dessa capacidade é fazer com que as vias de solução para o problema sejam desenhadas sem o senso de urgência imposto pelo imediatismo da violência direta.

A segunda capacidade individual citada pelo autor é integrar múltiplos prazos, complementando a primeira capacidade citada. Nesta, o objetivo é estimular os *peacebuilders* a não serem restringidos pela visão de curto prazo que normalmente orienta os programas de paz, de modo que adotem diferentes condutas para as diferentes linhas do tempo que o conflito assume. Ao adotar ações estratégicas para o curto prazo e ações responsivas para o

longo prazo, os diferentes tipos de mudança necessários podem ser alcançados (LEDERACH, 2014).

A terceira capacidade individual é a de apontar as energias do conflito como dilemas. Nesse ponto, Lederach (2014) trata das aparentes contradições e paradoxos que permeiam o conflito como forças interdependentes ao invés de forças opostas. Em muitas situações, as escolhas que são tomadas no contexto do conflito podem parecer improdutivas por estarem em um padrão mutuamente exclusivo, ou seja, “se determinada decisão for tomada, um determinado efeito negativo acontecerá”. Nesse modelo, a ideia é não tratá-las como energias rigidamente incompatíveis, mas como fenômenos complexos e conectados entre si. O raciocínio se assemelha a “como determinada decisão pode ser tomada para que efeitos construtivos sejam gerados?”.

A quarta capacidade individual relaciona-se com a anterior e remete à necessidade de enxergar a complexidade do conflito como uma característica positiva. Assumir a complexidade exige que o indivíduo seja capaz de lidar com a incerteza e com a ambiguidade que os múltiplos caminhos de ação oferecem. Para que esse processo não seja caótico, o autor sugere alguns passos: não se apegar em uma única ideia, confiar na capacidade dos sistemas em oferecer soluções viáveis e identificar e apostar naqueles que apresentarem propostas melhores em direção à mudança construtiva (LEDERACH, 2014).

Finalmente, a última capacidade individual descrita pelo autor é a de ouvir e engajar as vozes da identidade. A identidade é um conceito que pode assumir diversos significados a depender da corrente teórica e aqui, adotaremos a concepção sociológica que a vê como a formação da autoconsciência com base em um conjunto de interações sociais que agregam a noção de pertencimento a determinado grupo; em síntese, um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2008). Por esse viés, a identidade é, por natureza, um fenômeno relacional. Em sua vivência como *peacebuilder*, Lederach identificou que a raiz dos conflitos contemporâneos estão vinculadas às questões de identidade e que compreendê-las é essencial para que o epicentro do conflito seja atingido. Para os indivíduos que estão envolvidos nas atividades da construção da paz, é necessário que se pense na criação de espaços que encorajem as pessoas a verbalizarem suas perspectivas e que, além disso, estimulem nelas uma visão positiva em relação a identidade do outro (LEDERACH, 2014).

Por fim, cabe desenvolvermos algumas considerações a respeito da metodologia dos treinamentos. Lederach (1995) defende que o treinamento da transformação de conflitos deve ser guiado por aspectos prescritivos e elicitivos. O modelo prescritivo é aquele que rege os

treinamentos tradicionais da resolução de conflitos e gira em torno da transmissão de conhecimentos unilaterais de um treinador capacitado para os alunos. O treinador é escolhido por sua *expertise* e define uma agenda prévia para o treinamento, que objetiva ensinar aos alunos determinadas estratégias e suas respectivas técnicas sob a égide de um modelo pronto. Dessa maneira, o foco do evento é na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Nesse modelo, os fundamentos culturais e relacionais do conflito não são aprofundados visto que as relações sociais são tratadas por um viés universalizante, ou seja, sem levar em conta as particularidades locais.

O modelo elicitivo de treinamento, por sua vez, concebe o evento como uma oportunidade para a descoberta, criação e solidificação de projetos específicos para responder aos problemas de cada contexto. A figura do treinador é substituída por um facilitador porque os próprios participantes são a fonte primária de informação, em um ambiente no qual não há hierarquias em relação ao que cada indivíduo pode contribuir; cada um deles tem um *background* de conhecimentos e vivências que pode estimular a criação de novas ideias mesmo naqueles que pertencem a outro contexto. O treinamento flui de maneira circular e tem por objetivo central o empoderamento individual, a consciência em relação ao local e a criação de modelos adequados (LEDERACH, 1995).

Os dois modelos apresentados são formas puras de se organizar estruturalmente os treinamentos e raramente são adotados em sua totalidade. Ambos os treinamentos contribuem para o empoderamento dos indivíduos, ainda que por premissas diferentes – o modelo prescritivo os capacita técnica e estrategicamente e o modelo elicitivo proporciona novas lentes para os recursos locais. A transformação de conflitos também incorpora as características dos dois modelos em seus treinamentos, no entanto, tende a ser mais receptiva à prática elicitiva do que os demais formatos. O grande mérito da abordagem elicitiva é considerar a cultura como um artifício que deve ser amplamente utilizado nas atividades de construção da paz, adentrando em questões mais singulares como a construção da linguagem e dos significados (LEDERACH, 1995).

A transformação de conflitos não é uma fórmula universal. Nem todos os conflitos demandam que os aspectos estruturais e relacionais mais profundos sejam trabalhados – conflitos específicos sobre uma questão material e bem pontuada, nos quais os atores não terão nenhuma perspectiva de coexistência conjunta, não demandam tamanha sensibilidade por parte daqueles que atuarão como mediadores ou facilitadores das negociações. No entanto, nos conflitos internacionais contemporâneos, extremamente complexos e assentados em fundamentos históricos e subjetivos, a resolução de conflitos não se mostra apta para

romper com o ciclo destrutivo da violência, ainda que possa ser útil no fornecimento de arcabouço teórico para a solução de problemas pontuais. O *peacebuilding* transformativo opta pela construção não apenas da paz, mas de todo um sistema que conduza os indivíduos em direção à humanidade que nos define.

A arte de transformar conflitos

A criação de algo é essencial no projeto de construção da paz proposto pela abordagem transformativa. O processo criativo é a fonte que alimenta toda a materialização da transformação de conflitos e agrega em si a necessidade de se estimular a imaginação e o senso para novas descobertas nos *peacebuilders*. Em toda a poética que embasa sua escrita, Lederach aproxima a arte da sua contribuição teórica e relaciona a capacidade do artista em navegar por territórios desconhecidos e extrair novos olhares para a jornada em direção à paz. Apesar de ser uma vertente da sua obra que se afasta do rigor científico que espera-se de uma contribuição acadêmica, julgamos importante pontuar algumas das principais reflexões do autor que caminham para um sentido mais abstrato, principalmente porque estas são extraídas de uma vasta experiência em campo e nos faz enxergar o fenômeno por uma lente, no mínimo, alternativa.

A arte é toda e qualquer manifestação criativa humana que, embasada por uma perspectiva estética, usa de alguma linguagem para expressar emoções, sentimentos e ideias. Não há um significado único para esse fenômeno, até porque o conceito artístico varia de cultura para cultura. Entretanto, a arte transcende a racionalidade e o distanciamento entre o sujeito e o objeto defendidos pela ciência e explicita a subjetividade do seu criador, que está intimamente atrelado à sua obra porque nela representa sua visão de mundo. A arte é capaz de nos colocar em face ao que é novo, desconhecido e negligenciado ao apresentar realidades e verdades sem restringir ao racional. Appreciar um trabalho artístico requer paciência, intuição e sensibilidade, atributos igualmente necessários àqueles que pretendem transformar conflitos (BLEIKER, 2009; LEDERACH, 2005).

O conceito de *imaginação moral* apresentado pelo autor refere-se à capacidade de se enxergar além da materialidade do real, romper com as estruturas pré-determinadas e adentrar na natureza do fenômeno do conflito. É a arte e a alma da construção da paz porque consegue iluminar aquilo que não pode ser facilmente identificado e proporciona novos caminhos para a mudança. A mobilização da imaginação enfatiza o pensar criativo no contexto do inesperado, ou seja, propõe navegar junto com a inconstância das relações sociais – que são ainda mais

voláteis quando a sociedade encontra-se sob uma situação de conflito – ao invés de lutar contra as imprevisibilidades. O conceito de serendipidade, que consiste na descoberta de algo ao acaso, sintetiza essa ideia (LEDERACH, 2005).

Em *The Moral Imagination: the art and soul of building peace*, de 2005, Lederach traz alguns exemplos nos quais a imaginação moral foi mobilizada. Um deles se passou em Gana, em meio a um conflito étnico e às tensões entre muçulmanos e cristãos. Toda a região ocidental do continente africano estava imersa em conflitos dessa natureza, o que nos mostra que não se trata de um episódio isolado de violência. Nessa ocasião, o conflito se deu entre os Konkombas e Dagombas, grupos com bases étnicas e religiosas diferentes entre si que estavam envolvidos no processo eleitoral. Tal disputa colocou em xeque a estabilidade da região norte do país e demandou ações de mediação para que o conflito regional não se transformasse em uma guerra de proporções maiores.

Durante a sessão, na qual os representantes de cada grupo estavam presentes, o líder dos Dagombas referiu-se ao grupo rival com agressividade e desacato, e teve como resposta uma postura de humildade e respeito por parte do líder Konkomba. Essa atitude simples fez com que o líder Dagomba aceitasse dialogar com os Konkumbas e afastou a possibilidade de um conflito de maiores proporções entre ambos. Outro exemplo é o das mulheres de Wajir, na região nordeste do Quênia. Nessa região, o fluxo de refugiados oriundos da Etiópia e da Somália promoveu conflitos entre clãs. Um grupo de mulheres preocupadas com o futuro da sua comunidade e de seus filhos abordaram os principais líderes e os questionaram a continuidade daqueles conflitos, que geravam tanta destruição e perdas. A partir dessa iniciativa, os conflitos locais foram controlados e a comunidade passou a ser mais consciente e ativa frente às questões que tornavam a sociedade instável. Para o autor, essas histórias revelam o poder da imaginação moral em promover o contato inicial entre as partes em conflito, em situações nas quais as técnicas de resolução de conflitos não seriam tão eficazes para promover a mudança. A imaginação moral revigora o sentimento de humanidade perdido em meio à dor e ao caos trazidos pelo conflito (LEDERACH, 2005).

Um dos elementos artísticos mobilizados por John Paul Lederach e sua filha Angela Gill Lederach (2010) é o som e a musicalidade. O som é criado enquanto há contato entre moléculas, produzindo as vibrações. Essas vibrações criam um espaço de frequência natural que, quando associados a outros espaços, criam o fenômeno da ressonância. Nas relações sociais, a interação entre os indivíduos é capaz de ecoar por toda a sociedade. Assim como o som, se as interações e atritos não forem continuados, as vibrações da voz coletiva também desaparecem. O som, para os autores, facilita a experiência do não linear e evoca o potencial

criativo e acessa os elementos da vida cotidiana que não são distinguíveis pela observação, como a espiritualidade e o senso de pertencimento. Não por acaso, as práticas espirituais e religiosas são permeadas por instrumentos, cânticos e mantras – a música constrói os significados que não são expressos pela linguagem (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

A academia, de modo geral, tem uma predileção por processos cognitivos, que fragmentem a realidade em porções mais tangíveis e passíveis de serem categorizadas. No entanto, essa postura não permite um aprofundamento naquilo que é mais profundo e que guarda a chave para a mudança genuína, que são os padrões relacionais. O autor faz referência a *taxi surveys* (LEDERACH, 2005) ou *corridor conversations* (LEDERACH, 1997), que denominam as conversas e diálogos informais que manteve com as pessoas inseridas no conflito em sua rotina cotidiana no campo.

Esse método, questionável em termos científicos por não ter nenhum tipo de rigor metodológico, é a forma pela qual o autor obteve os ensinamentos mais autênticos em sua experiência prática, visto que as pessoas estavam em posição confortável para conversarem com sinceridade sobre suas impressões e emoções. Um dos fatos constatados é o de que, comumente, a população não acredita na paz criada por meio de promessas, soluções rápidas e assinatura de papéis, o que nos leva a questionar a própria razão de ser da resolução de conflitos *mainstream*. Ouvir as pessoas com cautela, empatia e sensibilidade, assim como contemplamos uma obra de arte, nos oferece reflexões substanciais para se pensar em novos modelos de construção de paz. É a captura da complexidade do real por meio das simples manifestações das vivências interpessoais (LEDERACH, 2005).

Artista é aquele que opta pelo caminhar na inconsistência do que não é lógico. É aquele que pronuncia o que não é dito. É aquele que experimenta do que nossa racionalidade acoberta. A mudança social busca curar os indivíduos de experiências coletivas de violência que não são passíveis de serem traduzidas em meras definições. A intransigência que rege um local cercado por traumas deve ser abordada com sutileza e profundidade, trabalhada com imaginação e intuição para, então, ser transformada em algo belo e sensível à existência humana.

Alternativas e críticas à transformação de conflitos

A visão transformativa do conflito orienta um leque de contribuições que, a partir dos anos 2000, passaram a ocupar mais espaço nas discussões acadêmicas e práticas que privilegiam resoluções alternativas para os conflitos. O debate da transformação de conflitos

que se fortaleceu após as primeiras obras de Lederach assume a complexidade da dinâmica social nos conflitos contemporâneos, a necessidade de estar em contato direto e constante com a população local e a mobilização da criatividade como elementos fundamentais para se pensar na transformação orgânica de um fenômeno que é socialmente construído a partir das interações entre as pessoas (OLIVEIRA, 2017b). Justamente por ser uma proposta tão inovadora no campo da resolução de conflitos, importantes avanços, alternativas e críticas podem ser feitos. Nessa seção, exploraremos duas das abordagens subsequentes, trazidas por Johan Galtung e Diana Francis, que tateiam a transformação de conflitos e sugerem novos modelos e aplicações práticas a partir dela e, em seguida, apresentaremos algumas das críticas que podem ser feitas às ideias de Lederach.

Johan Galtung assume a transformação de conflitos como um processo complexo que abraça o dinamismo das contradições, as quais são um componente do conflito de acordo com o modelo ABC descrito no primeiro capítulo (GALTUNG, 1996). Associado o triângulo da violência¹⁴ ao triângulo do conflito, o modelo TRANSCEND descrito pelo autor parte da ação criativa para a transcendência, a qual consiste em criar uma nova realidade que seja vivenciada pelas pessoas. A transcendência da realidade leva à transformação a partir do momento em que as partes estabelecem novos objetivos que são compartilhados ao invés de conflitantes. Processos simplificados como a eliminação de uma das partes ou a intervenção de agendas externas não são capazes de levar à transformação das contradições porque o próprio conflito é a fonte de criação da paz sustentável (GALTUNG, 2000; OLIVEIRA, 2017b).

O modelo TRANSCEND é direcionado aos praticantes e segue a vertente da transformação de conflitos no que se refere à conduta destes. Enquanto as abordagens da resolução de conflitos, e até mesmo da resolução interativa de conflitos, estabelecem critérios de conduta para aqueles que estarão em uma posição intermediária, Galtung (2000) torna o contato mais fluido, no qual o denominado *conflict worker* se permite expressar seus

¹⁴ As violências direta, estrutural e cultural compõem o triângulo da violência na abordagem de Galtung. A violência direta trata-se de um evento ou acontecimento proferido por um indivíduo contra outro no qual é possível identificar e traçar a relação entre o produtor e o receptor da ação violenta. A violência estrutural consiste em um processo no qual o sujeito praticante da ação violenta é inexistente ou não é passível de ser identificado. Isso se deve porque a violência, nesse caso, é embutida na própria estrutura social e manifesta-se em distribuições assimétricas de poder e recursos, o que, conseqüentemente, gera injustiças que afetam os padrões de relacionamentos. A violência cultural legitima culturalmente as violências direta e estrutural por meio de valores culturalmente sedimentados. A inclusão da cultura da nessa tipologia atribui significância ao ato, retomando aos símbolos e crenças que permitem que a violência enquanto fenômeno humano ocorra. Assim, enquanto a violência direta caracteriza-se por ser um evento e a estrutural, um processo, a violência cultural consiste em uma permanência, mantendo-se praticamente invariável ao longo do tempo (GALTUNG, 1969; 1990).

sentimentos em relação ao processo, ser desafiado e questionado e, mais importante, pode ir além e explorar os caminhos do impossível. Sua ação deve ser transparente e confiável para que as partes sintam-se confortáveis para expor suas visões do conflito. É com base no diálogo aberto que se tem conhecimento das expressões da violência direta, estrutural e cultural, além dos pontos de interdependência sobre os quais a transformação pode fluir (GALTUNG, 2000).

Diana Francis (2002), com base nas configurações culturais locais que determinam como a população lida com as diferenças, propõe instrumentos de transformação de conflitos para atores não-militares e não-governamentais atuarem como *peacebuilders* em suas comunidades nas quais a violência, desconfianças e antagonismos se tornaram o padrão. Nestas, a comunicação e os relacionamentos entre os indivíduos e grupos estão completamente ruídos e os processos institucionais já não atuam de fato. O que Francis sugere, em suma, é enfatizar a agência e dar espaço para o poder popular, o qual a autora relaciona com as ideias de conscientização e empoderamento extraídas de Paulo Freire¹⁵.

A prática da transformação repousa nas oficinas de treinamento e de diálogo. Os *workshops* de treinamento são de caráter pedagógico e buscam conscientizar e fornecer instrumentos para que os participantes possam compreender diferentes eventos e contextos, além de capacitá-los para a ação construtiva em diferentes situações. Os *workshops* de diálogo, por sua vez, são compostos por representantes das partes conflitantes focados em identificar as questões que regem o conflito e desafiar percepções e sentimentos enraizados. Nesses espaços, os participantes se distanciam do envolvimento direto no conflito, o que os permitem enxergá-lo por uma perspectiva diferente (FRANCIS, 2002). As oficinas não são substancialmente diferentes de modelos já consolidados antes da contribuição da autora, mas seu conteúdo tende a ser mais crítico por criticar as nuances da dominação e do controle do poder instrumentalizadas pela violência. É importante que os sujeitos descubram e desenvolvam formas orgânicas e justas de poder e participação política que sejam sustentáveis e que garantam a continuidade da coletividade.

Ainda que existam muitas outras teorizações alternativas à proposta da transformação de conflitos de Lederach, adentraremos na análise crítica da sua obra, apesar da reconhecida importância das suas análises para a resolução de conflitos e para os Estudos para a Paz. A primeira, e talvez a mais visível ao estudarmos a abordagem sob uma visão analítica, é o não

¹⁵ Para Freire (1967; 1987), a conscientização consiste na tomada de consciência do indivíduo oprimido acerca da opressão que sofre. O empoderamento consiste em um processo de conscientização no qual o oprimido se percebe parte de uma realidade social que pode transformar. A partir de então, se torna capaz de pensar caminhos e soluções que os levam para além das fronteiras da opressão.

alinhamento dos seus métodos à precisão científica. A obra do autor não é baseada em evidências empíricas concretas, como estudos de caso; sequer desenvolve algum modelo que possa ser plenamente incorporado em qualquer contexto. Essa postura é conscientemente adotada por Lederach, que explicita em suas obras que não pretende assumir nenhum compromisso formal com as definições acadêmicas e nem mesmo pretende apresentar uma teoria inovadora que substitua todas as outras maneiras de se enxergar os conflitos.

Sobre sua escolha pela fluidez da sua escrita, o autor justifica: “desejo me manter próximo da desordem real das ideias, dos processos e da mudança e, a partir deste lugar, especular sobre a natureza do nosso trabalho e as lições aprendidas” (LEDERACH, 2005, p. x, tradução nossa). Ainda que sua proposta faça sentido diante da intenção e do alcance pretendidos pelo autor ao propor a transformação de conflitos, estamos imersos em um sistema de regras que norteia a produção e que diferencia aquilo que é ciência daquilo que é mera especulação e que, portanto, não deve ser puramente desconsiderado.

Outra crítica comumente atribuída à transformação de conflitos é o excesso de idealismo e a crença na capacidade humana em superar o ciclo da violência a partir da reconstrução dos relacionamentos. Essa crítica assenta-se em um debate clássico acerca da natureza humana e a performance do indivíduo frente à sociedade. Para estes críticos, o comportamento agressivo é espontâneo no ser humano e está associado do seu instinto de sobrevivência, que supera a racionalidade e se manifesta ao menor sinal de ameaça.

Por outro lado, questiona-se também a falta de atenção dada aos fatores estruturais e ao pragmatismo que rege as interações em cenários de guerra: em muitas situações, o confronto gira em torno de configurações materiais de poder, que regem toda a dinâmica social em torno de polarizações baseadas em disputas políticas, territoriais ou de recursos. Nessas situações, ainda que a população esteja imersa no conflito e tenha suas percepções e sentimentos afetados por este, a ênfase da ação deve ser direcionada às injustiças e assimetrias e distanciar-se do teor conciliatório. Essa crítica, por sua vez, não menciona a questão da natureza humana por não considerar que exista, no nível individual, alguma condição que faça sentido fora da estrutura política (CAMPREGHER; LONGONI, 2017).

A noção de poder nos estudos políticos e sociais, apesar de ser um dos seus principais referenciais, é extremamente ampla e pode assumir diferentes significados a depender da abordagem. Pela perspectiva assumida por Lederach, tratar do poder não se resume aos recursos ou meios que classes e grupos dominantes, como a burocracia estatal ou as elites econômicas, detêm para conduzir a sociedade de acordo com suas vontades. A ênfase adotada pelo autor é a construção de realidades por meio da interação social entre atores subjetivos em

um espaço objetivo e para que esse pressuposto seja mantido, há uma série de contribuições contemporâneas da sociologia avançam no debate e são capazes de dialogar com as questões do poder sem que se perca seu caráter relacional. Para tal, optamos pela obra de Pierre Bourdieu e ao seu conceito de *poder simbólico* como uma alternativa crítica que parte de princípios que já nos são conhecidos (BOURDIEU, 1989).

A ideia do simbólico, já tratada neste trabalho, refere-se à construção de significados que são socialmente compartilhados. O poder simbólico de Bourdieu diz respeito à capacidade que cada ator social possui de construir a realidade, o que implica em compreender os sistemas simbólicos não apenas como produtos das interações sociais, mas também como instrumentos de dominação. Dessa forma, as classes que detêm o exercício do poder simbólico são capazes de impor a definição do mundo social que vão mais de acordo aos seus interesses. Os símbolos, que na perspectiva interacionista são vinculados à comunicação e ao conhecimento, exercem antes uma função política de legitimação da dominação para Bourdieu (BOURDIEU, 1989).

Apesar de Bourdieu ser relativamente reticente em relação à possibilidade de grandes mudanças, o que é essencialmente contrário à transformação de conflitos, um dos caminhos possíveis para se abordar teoricamente o poder é considerar as dicotomias e hierarquizações que são sedimentadas e organizadas nos processos de socialização pelos grupos que exercem maior poder, naturalizando arbitrariedades que podem passar despercebidas até mesmo pelo próprio indivíduo que se posiciona como conciliador – até mesmo aqueles pertencentes ao local podem não se dar conta de determinadas manifestações de violência a depender de sua posição no espaço social (FETHERSTON, 2000). Em suma, é importante acrescentar olhares mais críticos em relação às nuances que a distribuição de poder (ou dos poderes) pode assumir na realidade local.

No âmbito da materialização das propostas da transformação de conflitos em projetos e programas de construção de paz, algumas ponderações também podem ser feitas em relação a sua viabilidade prática. Transformar o conflito implica em um engajamento de longo prazo, incorporando atividades que podem até transpor gerações. Essa opção pelo longo prazo está no cerne da abordagem e faz sentido aos considerarmos os objetivos de mudança social genuína, no entanto, mobilizar os recursos que sustentarão tal proposta é uma tarefa desafiadora. As pessoas que se engajam nesse projeto devem assumir um comprometimento de quase uma vida toda dedicada à reconstrução social, assim como o fluxo contínuo de recursos para manter toda a estrutura necessária.

Quando tratamos da ação internacional para a manutenção e construção da paz, algumas arestas devem ser aparadas para que a ideia da transformação de conflitos se torne aplicável. Ainda que sonhemos com uma comunidade global integrada e comprometida com a paz e a segurança de todos os indivíduos sem nenhum tipo de restrição, sabemos que a prática é guiada por um pragmatismo que toma decisões com base em projetos delimitados e resultados concretos. A ação guiada pela mudança é capaz de alterar os rumos de uma sociedade por várias gerações por fomentar a criação de ciclos relacionais construtivos, mas esse empreendimento envolve riscos que as instituições internacionais, pelo menos nos moldes atuais, não estão dispostas a correr. A dificuldade de se reportar fontes como relatos e confissões pessoais, mensurar e avaliar processos dinâmicos e fenômenos subjetivos minam as possibilidades de financiamento e amparo institucional. Ainda não podemos deixar de citar as questões de transparência e prestação de contas que surgem após o projeto, e que no modelo transformativo também são vagas. Todos esses fatores colocam em prova a aceitação e a exequibilidade da transformação de conflitos como um guia para a conduta internacional de *peacebuilding*.

Considerações parciais

Este capítulo buscou sintetizar e enquadrar analiticamente as principais ideias da transformação de conflitos enquanto uma proposição teórica para a reconstrução de sociedades que passam por conflitos. John Paul Lederach, em toda a singularidade do seu discurso, nos convidou a percorrer as nuances mais profundas dos relacionamentos humanos para que a mudança social possa se sustentar ao longo de gerações. A construção de estruturas, instituições e dos mecanismos de justiça são decorrentes e dependentes da restauração de questões relacionais e socioculturais profundamente enraizadas nas sociedades. O próximo capítulo concentra-se nas dimensões pessoal e relacional da transformação de conflitos e trará à tona os componentes psicossociais do conflito e as perspectivas de ação proporcionadas pela abordagem a partir do conceito de reconciliação.

CAPÍTULO 3 – POR UMA PAZ VERDADEIRAMENTE SENTIDA: A RECONCILIAÇÃO E A CURA SOCIAL DAS EMOÇÕES

O conflito violento de longo prazo é um dos eventos do mundo social que mais afetam as relações intersubjetivas. Em última instância, a violência tem o poder de desumanizar os indivíduos. Ao pé da letra, compreendemos a desumanização como o ato que situa o indivíduo como inferior a um ser humano - como um animal ou como um ser autômato (HASLAM, 2006). A história e a política contemporânea nos oferecem inúmeros exemplos dessa expressão de desprezo em relação ao Outro: os nazistas referiam-se aos judeus como “ratos e vermes” no período do Holocausto, Hutus tratavam os Tutsis como “baratas e cobras” na época do genocídio ruandês e, mais recentemente, o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarou que imigrantes são animais (LUFT, 2019).

No entanto, o conceito vai além. Desumanizar é perder as condições que nos define como seres humanos. As pessoas situadas em contextos de conflitos prolongados transitam entre papéis de vítimas e perpetradores, entre o pertencimento e a separação do seu mundo social e entre sentimentos de ódio e compaixão. Nessa situação, os indivíduos confrontam-se constantemente com suas identidades e as realidades sobrepostas são, ao mesmo tempo, fluidas e explosivas. Para além de um processo que nega atributos humanos aos inimigos, a desumanização é um afastamento individual da condição de ser (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Nesses casos em que os indivíduos perdem seus referenciais, emoções como o ódio e a humilhação, que na maioria das situações das nossas vidas são moralmente condenáveis, são constantemente manifestadas e experimentadas em alta intensidade. O inimigo é representado como a principal ameaça à existência individual e à continuidade do grupo determinante da identidade social, levando a uma espiral ascendente de aversão e ódio na qual os grupos são incapazes de reconhecer seus medos e vulnerabilidades compartilhados. A consequência desse movimento é a alimentação da violência e a criação de barreiras psicológicas à conciliação, uma vez que a população se mostra cada vez mais sensível a quaisquer ações que produzam quaisquer efeitos emocionais. Por mais que a situação vigente seja psicologicamente agonizante, os indivíduos estão acostumados com o conflito, especialmente quando este atravessa gerações. Ainda que pareça contraditório, o medo da mudança é ainda maior que a permanência do trauma (HALPERIN, 2014).

A transformação de conflitos, no entanto, é fundamentalmente sobre a mudança. Transformar a escalada da violência em padrões construtivos demanda que as raízes mais

profundas do conflito sejam abordadas e delas extraídas as oportunidades de ação positiva. A construção e a sustentabilidade da paz estão diretamente relacionadas à capacidade de se remodelar estruturas, dinâmicas, interesses e, principalmente, relacionamentos. O conceito de reconciliação, no campo da construção da paz, representa o perdão e a superação dos resquícios emocionais deixados pelo conflito. É um processo que visa reconhecer sentimentos e trazê-los para a esfera compartilhada: a conversão do medo e da raiva em sentimentos de compaixão e empatia culmina na re-humanização. No entanto, enfrentar os próprios medos e visionar possibilidades de recomeço em um futuro compartilhado não é uma tarefa simples nem para os indivíduos mais conscientes da necessidade de se reinterpretar o conflito para além de um evento necessariamente doloroso (LEDERACH, 1997; 1999).

John Paul Lederach, com base em suas origens cristãs, revisita a ideia da reconciliação. É uma jornada em direção ao que mais assusta qualquer indivíduo: a face do inimigo que causou dores, sofrimentos e, em última instância, a perda do próprio sentido de humanidade. O caminho em direção ao perdão é sinuoso e cheio de obstáculos, mas é nele que os indivíduos encontram o Outro e encontram si mesmos (LEDERACH, 1999). Neste último capítulo, amparados por uma discussão sobre o papel dos elementos subjetivos nas interações e nas dinâmicas sociais, discutiremos sobre o conceito e a prática da reconciliação como o grande recurso da transformação de conflitos para a reconstrução dos relacionamentos.

As emoções como forças sociais

Insegurança, ameaça, medo, ódio: a segurança internacional sempre esteve repleta de termos que fazem menção às emoções e percepções, ainda que não sejam assumidos como objetos interessantes pela grande maioria das pesquisas da área. As perspectivas mais ortodoxas enxergam os sentimentos como forças opostas à razão que deveriam ser eliminadas dos processos de tomada de decisões e desenvolvimento de políticas para os conflitos e também para a paz. No limite, as emoções são vistas como causadoras de enfrentamentos porque distorcem os julgamentos e, portanto, impeliriam os indivíduos à ação violenta. Entretanto, as emoções são partes inevitáveis da vida humana que, diante do caráter intersubjetivo que adotamos para a construção social, influenciam as ações e interações entre os indivíduos e, por consequência, são constituintes da realidade social (JERVIS, 2017; HUTCHISON, 2018).

Catherine Lutz, ao tratar da formação sociocultural das emoções a partir da etnografia, introduz que “à primeira vista, nada parece mais natural e, portanto, menos cultural do que emoções; nada mais privado e, portanto, menos passível de escrutínio público; nada mais incipiente e menos compatível com os logotipos da ciência social” (LUTZ, 1998, p. 3, tradução nossa). É natural concebermos os sentimentos e percepções como elementos pertencentes à psique individual, isto é, privados, incontroláveis e inacessíveis a outros atores além do *self*. Por essa lente, a cultura e as dinâmicas sociais exercem papel secundário e, no máximo, destacam ou suprimem aspectos específicos das emoções, como, por exemplo, nos casos em que indivíduos são obrigados a expressarem posturas e comportamentos agressivos em função de um posto de trabalho.

No entanto, as recentes teorizações a respeito da subjetividade nas relações interpessoais e intergrupais agregam novos olhares ao papel desta em outros níveis que não apenas o individual. A princípio, emoções, sentimentos, percepções e impressões são aspectos fundamentais na composição do sujeito enquanto um ser diferente de todos os outros seres, mesmo daqueles com quem compartilha espaços sociais. A própria noção de racionalidade não pode ser entendida sem que se leve em conta as emoções que ordenam a lógica dos pensamentos na mente de cada indivíduo.

Quando se trata da construção da vida social e política, estamos cada vez mais convencidos de que a dimensão emocional de cada pessoa está intrinsecamente relacionada aos padrões relacionais, estruturais e culturais do local onde está inserida, assim como a própria comunidade e as relações que ali se desenvolvem também são constituídas por registros emocionais. Temos um cenário no qual os indivíduos e comunidades, em constante mudança, influenciam e são influenciados por processos de socialização que regulam o que, quem e como sentir (HUTCHISON, 2018). Ainda recorrendo às reflexões de Lutz (1998, p. 5), adotamos a visão da autora sobre a emoção:

Uma vez desessencializada, a emoção pode ser vista como um processo cultural e interpessoal de nomear, justificar e persuadir as pessoas em relação umas com as outras. O significado emocional é, então, uma conquista social e não individual - um produto emergente da vida social (LUTZ, 1998, p. 5, tradução nossa).

Utilizando das contribuições teóricas que compreendem o mundo social a partir das relações intersubjetivas, apresentadas no primeiro capítulo, podemos concluir que as emoções e percepções são respostas a processos de interpretação oriundos da interação entre indivíduos e o ambiente social, amparados por um sistema de conhecimento que agrega significados com base nas construções históricas e culturais de cada contexto. Ainda que englobem as reações

individuais, os sentimentos são expressões da natureza dos relacionamentos que vivemos. Dessa forma, experiências emocionais, que mobilizam intensamente o subjetivo, podem ser compreendidas em termos coletivos. Para além de pensar e agir, os seres humanos sentem seus semelhantes e seu ambiente e, assim, o sentir também consiste em um dos motores das dinâmicas sociais (HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

Ainda que a política continue sendo majoritariamente vista de maneira pragmática, instrumental e precisa, os sentimentos e emoções nunca deixaram de pertencer ao domínio coletivo, o qual abriga desde os traquejos do cotidiano até as grandes decisões do alto escalão. Na Ciência Política, as *paixões* referem-se a condutas, como a impulsividade e a raiva, que devem ser excluídas da prática política por pertencerem ao domínio do pensamento e da ação humana que se opõe à prudência e à moderação. No conflito entre razão e paixão tão presente na tradição filosófica, os sentimentos, emoções e desejos foram predominantemente relegados ao lugar daquilo que deve ser controlado em prol da verdade e do bem universal (CARVALHO, 2012). A partir do século XX, os novos olhares críticos voltados ao estudo da sociedade e da política passaram a enfatizar como as emoções influenciam as ações e determinam eventos em escala macro. Dentre as teorizações que surgiram nesse período, ressaltamos aqui as de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman, que trouxeram aspectos subjetivos na interpretação dos fenômenos de seu tempo.

Hannah Arendt, ao observar o desenvolvimento dos regimes totalitários na Europa pós-Primeira Guerra Mundial, situa o medo e o terror como elementos fundamentais na estratégia de dominação da antipolítica. A antipolítica é, para a autora, a privação do exercício da liberdade de ser e agir na esfera pública, o que leva ao isolamento e à atomização dos indivíduos uma vez que qualquer espécie de participação social, nesse contexto, se dá sob o símbolo da força e da violência (ARENDRT, 2011; BRANCO; ROCHA, 2016).

O medo [...] está fundamentalmente ligado àquela ansiedade que sentimos em situações de completo isolamento. Essa ansiedade revela o outro lado da igualdade, e corresponde à alegria de dividir o mundo com nossos iguais. [...] O medo é o desespero pela impotência individual daqueles que, por qualquer razão, se recusam a “agir em conjunto”. Não há virtude, não há amor à igualdade de poder, que não tenha de superar essa ansiedade do desamparo, pois não existe vida humana que não seja vulnerável ao profundo desamparo, à incapacidade de agir, quando menos diante da morte (ARENDRT, 2011, p. 355-356).

A partir da explicação da autora sobre o medo, compreendemos como uma emoção pode ser interpretada dentro de um contexto histórico específico. Em uma situação na qual o medo rege a forma de governo adotada, o indivíduo privado do convívio com os outros deixa de reconhecer a parcela do *self* que se reconhece na intersubjetividade. A consequência última

é a perda de uma parte fundamental da condição humana, que isola homens e mulheres e os distanciam de suas interpretações e ações sobre o mundo (BRANCO; ROCHA, 2016).

Zygmunt Bauman, por sua vez, também trata do medo sob a luz do conceito de *liquidez*, que é central em sua obra para descrever o caráter fluido, efêmero e imediato das relações humanas na contemporaneidade. O medo líquido refere-se às manifestações desse sentimento para além de reações naturais às ameaças visíveis, o que é atribuído ao próprio instinto de sobrevivência. Na modernidade, a incerteza que permeia o cotidiano instala medos secundários nos sujeitos, que agora temem a perda da ordem social, dos seus papéis nesta e até mesmo da própria identidade. Para os indivíduos que nascem e crescem em cenários de medos constantes, há muito mais uma sensação de insegurança do que riscos concretos, insegurança a qual é difícil de ser contida porque sua origem e localização é desconhecida para todos os atores, inclusive para o Estado (BAUMAN, 2008).

Bauman atribui a razão essencial do medo líquido à separação entre o poder e a política na era dos fluxos – de comércio, informação e pessoas – inaugurada pela globalização, na qual os valores e costumes e vontades locais são suprimidas pelo alto grau de penetração dos eventos e processos globais. Quando a política, que é a capacidade de decidir quais coisas devem ser feitas, não caminha lado a lado com o poder, que é a capacidade de realizar as coisas, conter a sensação de insegurança dos indivíduos é uma empreitada muito mais árdua visto que a origem e a localização de tais inseguranças não são mais controláveis pelos governos. Os medos individuais da violência, de empobrecer ou de não se perder parte da sua identidade social agora são interpostos por questões referentes ao narcotráfico internacional, ao terrorismo, às oscilações dos mercados financeiros, aos movimentos migratórios, dentre muitos outros (BAUMAN, 2017).

As ideias trazidas por estes e outros pensadores sobre o medo nos abre caminhos para inserir as emoções em leituras históricas que, em última instância, nos informa a respeito da interação humana nas esferas social e política. Há de se apreciar os significados de longo prazo que as emoções agregam ao conhecimento que é construído em cada sociedade. Em lugares que passaram por conflitos e outros eventos traumáticos, inevitavelmente se abrem feridas emocionais que afetam toda a coletividade e que devem ser curadas para que quaisquer programas de reconstrução social e política possam ser desenhados. Garantir a segurança, construir instituições e promover a democracia tendem a ser vistos com maior urgência no *peacebuilding* e, de fato, são importantes para a manutenção da segurança e da ordem. No entanto, se a sociedade estiver marcada pelas dores e traumas em sua dimensão

emocional, os indivíduos distanciam-se do senso de comunidade e abre-se espaço para que a violência desponte em suas inúmeras expressões (HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

Os conflitos e guerras trazem muita dor e sofrimento para aqueles que os vivenciam. A área médica reconhece e categoriza os efeitos de eventos traumáticos em torno dos Transtornos de Estresse Pós-Traumático, que afetam inúmeros indivíduos que passaram por uma experiência de guerra – de acordo com Silva et al (2018), a patologia acometeu entre 12% e 20% de todos os veteranos das guerras do Iraque e do Afeganistão. Ainda que cada conflito tenha suas próprias dinâmicas e características, todos eles geram algum tipo de trauma que extrapola os limites emocionais e altera a percepção dos sujeitos sobre si mesmos, sobre o Outro e sobre as interações sociais em que estão envolvidos (HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

Para Rosenberg (2006), a raiz de grande parte, se não de todas, as manifestações violentas está em um tipo de pensamento que atribui a culpa ao inimigo sem que se questione como ele vive, pensa ou sente. O Outro é visto como a imagem de tudo aquilo que possui um sentido negativo, como o *mal* ou o *cruel*, e jamais é visto como um sujeito que também está em posição vulnerável (ROSENBERG, 2006). Aprofundando ainda mais nos efeitos psicossociais do conflito, para além das marcas físicas e dos sentimentos que prevalecem em relação aos inimigos durante o conflito, esses eventos desafiam a capacidade de absorver a própria realidade por limitarem os processos subjetivos de interpretação cotidianos que definem o mundo social. Hutchison e Bleiker (2013, p. 82) sintetizam: “um evento traumático é simplesmente poderoso demais para ser compreendido pelo tipo de raciocínio que adquirimos durante o curso normal de nossas vidas”.

Em sociedades que vivenciam ou vivenciaram conflitos internos, os traumas são ainda mais sensíveis à população e processar as percepções que emergem do conflito é um processo ainda mais delicado. Os paradigmas que definem os antagonismos não são baseados na cidadania ou na nacionalidade, mas em critérios identitários que segregam indivíduos que pertencem ao mesmo espaço social. Lederach (1997) define esses contextos como *sociedades profundamente divididas*, nos quais toda a população encontra-se de alguma forma envolvida no conflito, inclusive pegando em armas, para defender a posição que condiz com sua identidade social. As hostilidades são despertadas por estereotipagens, desconfianças e ameaças mútuas e são cada vez mais alimentadas pelo curso do conflito, em dinâmicas movidas por experiências reais, mas com respostas subjetivas.

Grupos conflitantes, nessas sociedades, vivem em estreita proximidade geográfica e experienciam as dores com grande intensidade e frequência. Paradoxalmente, os indivíduos

habitam o mesmo solo, mas estão presos em ciclos de interações agressivas de longo prazo. Pela corrente da fenomenologia social abordada anteriormente, o pertencimento a determinado grupo é dado a partir dos processos de tipificação e da relevância que cada papel social, posição e *status* adquire. Dentro de cada grupo, existem códigos de conhecimento que são admitidos como concepções naturais de mundo e que guiam as ações e respostas dos indivíduos frente aos eventos do mundo social. Via de regra, os participantes do grupo interno questionam e são questionados por participantes de um grupo externo e, em situações regulares, esses conflitos são elementos orgânicos das dinâmicas sociais. Nos casos em que há uma grande clivagem social, esse processo estimula preconceitos e antipatias, uma vez que os grupos têm maior rejeição sobre os padrões culturais do grupo externo e acabam por se prender cada vez mais às suas verdades. Estabelece-se, então, um ciclo vicioso a partir das reações e interpretações baseadas em percepções negativas (SCHUTZ, 1979).

Por essa perspectiva, compreendemos os mecanismos pelos quais os indivíduos experimentam emoções em resposta àquilo que afeta seu próprio grupo, mesmo que não os afetem pessoalmente. Nos conflitos contemporâneos, esse processo é ainda mais sentido pelas pessoas que veem suas comunidades transformadas em palcos de batalhas e seus conterrâneos transformados em inimigos. Com o passar do tempo, a escalada do conflito muda a comunicação entre as partes, que adotam a linguagem da violência e distanciam-se cada vez mais do diálogo construtivo. O resultado é a consolidação de padrões de relacionamentos violentos que se estendem para toda a comunidade, reiterando identidades em torno de contradições e inimizades que se acumularam ao longo de gerações (HALPERIN; SCHWARTZ, 2010; HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

Rapoport (1974 apud AZAR; JUREIDINI; MCLAURIN, 1978) propõe uma distinção entre conflitos exógenos, que envolvem dois sistemas sociais independentes, e conflitos endógenos, que se desenvolve sobre um mesmo sistema social. Ao categorizá-los, o autor conclui que as emoções, especialmente as negativas, desempenham um papel muito mais significativo nos conflitos endógenos. Nas sociedades e comunidades que abrigam populações fragmentadas pelo conflito, o ódio e o medo são visíveis não apenas na externalização da violência, mas também nas relações cotidianas. Isso se deve à extrema distinção entre “nós” e “eles” gerada pela identificação dos indivíduos com grupos sociais conflitantes em um cenário que o simples fato de pertencer já é uma justificativa para a violência. Em muitas situações, o sujeito que atenta contra o corpo do seu inimigo não é ciente da origem e das causas do conflito, no entanto age por um sentimento orgânico em si, que não é por mera

obediência aos seus líderes. Por esse fator, Rapoport considera que esses conflitos são autoperpetuados.

A reestruturação política nas sociedades que tiveram suas instituições arruinadas pelo conflito também é interposta por aspectos emocionais. As emoções influenciam nas ações políticas e podem desencadear ambientes políticos voláteis. O medo e a raiva não reconhecidos transcendem esferas sociais e alteram percepções acerca do mundo e dos outros indivíduos, afetando todas as interações e, conseqüentemente, todos os processos sociais. Tais sentimentos desencadeiam um estado quase permanente de ameaça porque existem fenômenos e grupos que ainda são temidos, gerando sentimentos de temor e ansiedade na população que podem ser facilmente manipulados por aqueles que almejam o poder. A decorrência desse processo é um canal aberto para a ascensão de lideranças que se baseiam em discursos de ódio e de vingança, que mantêm a segregação mesmo após o conflito e que desmantelam quaisquer possibilidades de se construir um ambiente livre e democrático. O ciclo de violência, nessas situações, acaba por ser alimentado mesmo em face de um processo de reconstrução estatal (HALPERIN; SCHWARTZ, 2010).

É de grande valor que estudiosos, políticos e *peacebuilders* estejam conscientes das nuances das emoções em espaços nos quais o conflito esteja sendo trabalhado em prol da construção de relações mais pacíficas. No que se refere à transformação de conflitos, abordar as dimensões pessoais e relacionais a partir dos recursos e da população local exige que os especialistas envolvidos na empreitada de se transformar o conflito estejam realmente imersos no contexto e sejam sensíveis aos aspectos intersubjetivos do cotidiano dos quais a mudança pode partir (BLEIKER; HUTCHISON, 2013).

Lederach (1997) exemplifica a importância do aprofundamento no local. Em uma missão de conciliação de base religiosa que participara na Nicarágua, nos anos 1980, com o objetivo de promover diálogos entre o governo sandinista e o movimento indígena de resistência Yatama, percebeu que os conciliadores nicaraguenses evocavam no início de cada reunião o trecho do Salmo 85 que proclama: “Verdade e misericórdia se encontraram; paz e justiça se beijaram”. A partir dos símbolos que são mobilizados nessa fala, o autor passou a guiar os esforços para a reconciliação em torno das ideias de verdade, misericórdia, paz e justiça e como estes poderiam ser lidos à luz do conflito – a verdade como o desejo de reconhecer as emoções negativas e experiências dolorosas, a misericórdia como a necessidade de perdoar e aceitar, a justiça como o anseio de construir coletivamente um espaço que garanta direitos e que promova a paz, baseada na interdependência, no bem-estar e na segurança.

Tal exemplo é importante para entendermos como elementos da cultura local, neste caso fortemente influenciada pela religião católica, estimula reflexões sobre os sentimentos que devem ser trabalhados para que se alcance o ambiente pretendido no pós-conflito. O argumento central de Lutz (1998) é o de que os significados emocionais das coletividades são fundamentados em seus sistemas culturais. Partindo disso, a autora defende que os valores, os padrões relacionais e a conjuntura devem ser minuciosamente analisados para que as emoções de um povo possam ser interpretadas: além de ser necessário compreender as fontes dos traumas, medos e ressentimentos, é substancial assimilar o que as pessoas envolvidas entendem por trauma, medo e ressentimento e como tais sentimentos são processados no código de conhecimento compartilhado (LUTZ, 1998).

Ainda que situados em um país considerado como terceiro mundo, nós, pesquisadores brasileiros, estamos sob grande influência dos padrões e condutas ocidentais e raramente nos damos conta de que nossa maneira de sentir, apesar de ser condicionada por valores que se posicionam como dominantes, não é a mesma maneira de sentir de outras sociedades. Os aspectos emocionais são bastante ricos e se exteriorizam nos discursos, nas relações do dia-a-dia, nas atitudes, nos gestos e nas expressões faciais. Ao entendermos os sentimentos como partes de um tecido complexo de relacionamentos e interações culturalmente norteadas, o que importa aqui não são apenas as manifestações subjetivas, mas a tradução dos seus significados levando em conta seu contexto, linguagem e entendimento sociohistórico (LUTZ, 1998).

Sendo a dimensão emocional assentada nas interações e no conhecimento que dá sentido à realidade como ela é vivida, entendê-la implica em imaginar-se em uma rede de atores, eventos, fenômenos e relacionamentos. Implica em discernir os padrões e também em abraçar a fluidez daquilo que repousa na consciência e nos inconscientes da experiência humana. Entender o papel que as emoções e percepções desempenham em contextos conflitivos nos dá ferramentas para pensar em maneiras eficazes de se reconciliar grupos em conflito, curar as feridas deixadas pela violência e reconstruir relações humanas menos violentas e mais pacíficas.

A reconciliação como uma categoria analítica

Como já abordado, as abordagens tradicionais da construção da paz enfatizam a reconstrução das estruturas institucionais e securitárias em suas propostas práticas, definindo processos, papéis e atividades que se integram de maneira sequencial. Se essas fossem as únicas demandas da paz, quaisquer operações e programas de manutenção e construção da

paz seriam bem-sucedidos caso seguissem tal lógica e implementassem o plano correto, com recursos e pessoas devidamente capacitadas.

É fato que em sociedades profundamente divididas, transformar um fenômeno tão enraizado quanto o conflito reivindica ações muito mais complexas do que fórmulas padronizadas e, quando se trata de levar em conta a dimensão subjetiva, as soluções devem responder à realidade intersubjetiva que molda e é moldada pelas perspectivas individuais e coletivas. A reconciliação surge, nesse sentido, como uma proposta que busca adicionar recursos aos instrumentos da diplomacia e da resolução de conflitos em prol da criação de uma paz que possa ser verdadeiramente vivida pelas pessoas (HUTCHISON; BLEIKER, 2013; LEDERACH, 1997).

Não há uma única definição que sintetize os significados da reconciliação. No dia-a-dia, não é raro ouvirmos referências acadêmicas ou midiáticas sobre a necessidade de reconciliação entre grupos políticos ou religiosos, mas poucos dedicam-se a discutir seus limites e possibilidades. O termo é oriundo da tradição cristã e refere-se à restauração do relacionamento do homem pecador com Deus a partir do reconhecimento da culpa e do perdão. Pela visão política e sociológica na qual nos concentramos, a reconciliação busca abordar a intersubjetividade para processar os resquícios emocionais de eventos traumáticos que segregam populações e legitimar a compaixão e a empatia que permitam um futuro comum. A prática do reconciliar engloba desde a formação de comissões estruturadas em torno da reparação de vítimas e na promoção dos direitos humanos até a promoção de espaços informais de compartilhamento mútuo das emoções individuais (FERREIRA, 2005; HUTCHISON; BLEIKER, 2013; LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Um dos modelos mais aplicados para promover esse espaço de encontro e cura dos traumas emocionais são as Comissões da Verdade e Reconciliação. Essas comissões geralmente são implementadas em países que passaram por períodos ditatoriais, guerras civis ou quaisquer outros processos políticos conturbados e são formadas por comitês compostos por cidadãos locais que buscam apontar injustiças e atrocidades passadas, mas não com o objetivo central de julgar e punir os responsáveis. A ideia é estabelecer um ambiente em que os momentos presente e futuro não sejam comprometidos pelos ressentimentos gerados por essas ações. Para tal, as ações são direcionadas às vítimas e suas famílias, incentivando nelas o perdão e a superação das dores passadas. As comissões possuem uma importante função de resgate da memória, que conscientizam a população sobre a magnitude das violações de direitos humanos ocorridas e evitam o apagamento do passado (BARASH; WEBEL, 2014).

No geral, a reconciliação busca abordar os resíduos emocionais do conflito que permanecem na comunidade que, quando não são devidamente tratados, são capazes de arruinar até mesmo as tentativas consideradas exitosas de reestabelecimento da ordem e da estabilidade. Apesar de operar de múltiplas maneiras a depender do contexto, o objetivo central da reconciliação é reformular tais legados emocionais do conflito transpondo-os da esfera privada para a esfera pública. A proposta não é guiada pelo objetivo ambicioso de desaparecer com toda a raiva que permeia as relações humanas, sequer busca fazer com que os indivíduos esqueçam suas dores. A ideia é a de que, a partir do momento em que sentimentos potentes como o medo e a vingança são reconhecidos mutuamente, abre-se o caminho para que estes possam ser convertidos em sentimentos de perdão e compaixão (LEDERACH, 1997).

Dar ênfase às emoções geradas pelo conflito é central nesse processo de cura emocional porque são as percepções e sentimentos que norteiam as interações, intersubjetivas por natureza. No caso dos conflitos contemporâneos, tão marcados por emaranhados de relacionamentos frágeis e complexos, curar traumas e mágoas é ainda mais importante porque os grupos em conflito, por pertencerem à mesma localidade, devem pensar em como participarão da reconstrução social conjuntamente. O indivíduo que outrora era considerado como um inimigo, agora é aquele com o qual se divide o espaço do cotidiano e se estabelece relações das mais diversas naturezas: econômicas, políticas, comunitárias e, porventura, afetivas. Restaurar padrões de relacionamentos saudáveis não se trata apenas de cuidar dos efeitos do conflito na dimensão pessoal, mas de construir novos significados para o mundo social (HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

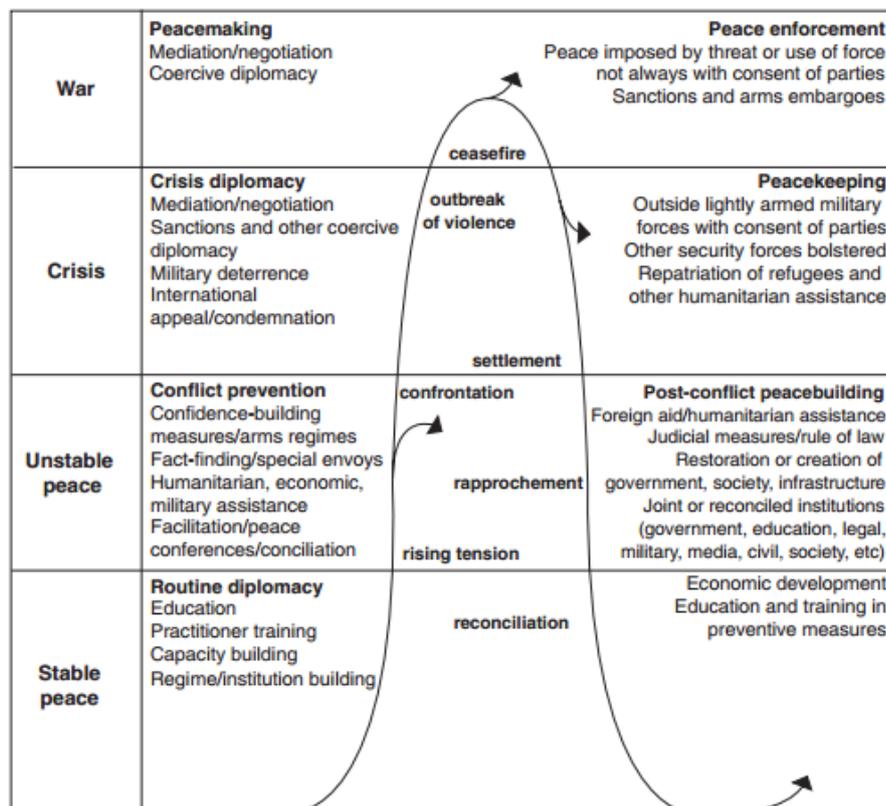
John Paul Lederach situa a reconciliação como uma parte vital da transformação dos ciclos destrutivos de violência em processos construtivos de mudança social – assim como os relacionamentos são a base do conflito, também são a base da solução de longo prazo almejada (LEDERACH, 1997). Como já é característico de sua obra, o autor não pretende teorizar ou propor um guia rígido para a reconciliação. Sua escrita a respeito desse tema gira em torno das histórias que ouviu e vivenciou em campo enquanto um praticante da paz, fortemente influenciada por seus valores espirituais e religiosos. A jornada da reconciliação se inicia a partir do momento em que se vai em direção àquilo que mais é temido. Encarar o inimigo retoma as memórias do conflito e, para o autor, nos faz também ver a face do nosso próprio ser (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Inspirado pelas abordagens sociológicas apresentadas na primeira seção, o autor parte da empiria para desenvolver suas ideias sobre a reconciliação. O foco em como a realidade é

construída pela experiência vivida nos permite refletir sobre como a violência e a resposta à violência criam necessidades que fazem as pessoas se localizarem em determinadas posições e nomearem as novas realidades que as cercam. A fenomenologia social e o interacionismo simbólico também oferecem instrumentos para compreender os processos de significação na experiência intersubjetiva compartilhada pelos indivíduos. Nesse caso, o interesse para a reconciliação é compreender como as comunidades constroem e negociam os significados da realidade em contextos de violência (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Em grande parte da literatura, a reconciliação é desenhada sobre quadros de referências estáticos que avançam em fases ou estágios. Nos estudos sobre conflito e paz, a reconciliação é geralmente situada no pós-conflito, ou seja, depois dos processos de acordo de paz e dos programas de *peacekeeping*, conforme a Figura 8 nos mostra. No esquema, podemos notar que a violência é representada como uma curva que necessariamente ascende, chega a um ponto máximo e descende, enquanto a reconciliação é situada após a pacificação e reconstrução das instituições. Nesse modelo, o conflito é linear e a paz é sequencial (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Figura 8 - O ciclo de vida do conflito



Fonte: Lederach; Lederach (2010, p. 47).

Ainda que Lederach reconheça a finalidade analítica e política de situar a reconciliação no processo de paz, a realidade cotidiana das sociedades profundamente divididas é complexa demais para se ater a lógicas direcionais que entendem como progresso apenas aquilo que avança em frente. O autor opta por mobilizar metáforas que remetem ao movimento como símbolos positivos de mudança e dinamicidade em oposição à linearidade que caracteriza as abordagens tradicionais. Elementos como a circularidade e a repetitividade, que à primeira vista podem soar como estagnação ou retrocesso, são naturais em processos de mudança social nos quais os relacionamentos estão tão sensibilizados pelos ciclos constantes de violência direta e estrutural. Lederach propõe construir narrativas para a reconciliação que levem em conta a experiência daqueles que, via de regra, são tratados apenas como recipientes dos programas de paz (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

A violência coletiva por períodos prolongados cria fenômenos que até então não eram nomeados e altera profundamente as percepções subjetivas de mundo. Ao mesmo tempo em que os indivíduos são conscientes das graves violações que toda a sociedade vivencia, a linguagem raramente é capaz de transmitir a profundidade emocional das experiências vividas. Como afirma Harrison (2008, tradução nossa), “as pessoas que cruzam o limiar entre o mundo conhecido e aquele lugar onde o impossível acontece descobrem o problema de como transmitir sua experiência”.

Schafer (2001) pesquisou sobre as motivações e atitudes dos ex-guerrilheiros na guerra civil de Moçambique, sociedade na qual a violência é historicamente consolidada nas relações do dia-a-dia diante do histórico de invasões e disputas políticas locais. Uma das suas conclusões é a de que os jovens compartilham a crença de que os detalhes da violência devem permanecer não ditos, o que se converte no que a autora entende como um sofrimento cotidiano e mundano (SCHAFER, 2001, p. 237, tradução nossa). A reconciliação abre caminhos para a exploração do indizível, dando espaço para que os indivíduos silenciados pela violência falem sobre as questões que residem no subjetivo. Quando os indivíduos permanecem sem voz, perdem significantes que os aproximam dos seus semelhantes e, no limite, perdem o senso de humanidade (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Aproximar os grupos conflitantes oferece oportunidades para que as pessoas expressem a tristeza por suas perdas, a raiva por injustiças experimentadas e o medo de recomeçar e confiar. Em algum grau, todos os envolvidos sabem que aqueles que estão do outro lado do conflito também experienciaram traumas, no entanto, ouvir as histórias e reconhecer as dores do outro é um primeiro passo para que os indivíduos se percebam para

além das percepções acumuladas. A reconciliação representa um *locus*, um espaço seguro onde as angústias passadas encontram as perspectivas para o futuro. Esse encontro é fundamental para que o presente possa ser reformulado e para que se pense em um futuro que é necessariamente interdependente. A principal tarefa da reconciliação é preencher as lacunas entre os indivíduos a partir do campo subjetivo, mobilizando as sensibilidades associadas ao contar e ao ouvir, ao pedir perdão e perdoar (HUTCHISON; BLEIKER, 2013; LEDERACH, 1997).

A centralidade das dimensões emotivas e perceptivas atribui muito mais importância à ação do conciliador, que deve reconstruir pontes não apenas entre vítimas e perpetradores, mas também entre colegas, vizinhos ou membros de uma mesma família que passaram a estabelecer interações receosas e violentas entre si. Ainda que as diferenças e animosidades entre esses atores já fossem arraigadas em relações culturais e identitárias antepassadas, o imediatismo dos preconceitos e do ódio em um cenário de conflito torna a convivência pacífica muito improvável sem que se pense na restauração das interações (LEDERACH, 1997).

Na reconciliação, a interação deve ser continuamente estimulada porque são nesses momentos que a cura social emerge, mesmo que os diálogos pareçam não chegar a resultados concretos. Retomamos novamente à metáfora da circularidade: abdicamos da noção tradicional de se organizar os encontros em roteiros programados para nos concentrarmos apenas no falar, quantas vezes forem necessárias, sobre as percepções, medos e raivas. O início da mudança social está na participação real dos indivíduos e das pequenas coletividades não apenas na política em si, mas na construção dos novos significados para a sociedade. O *focus* da reconciliação é justamente esse: transformar o conflito, por meio do diálogo, até que as partes não estejam preocupadas em despender energia naquilo que alimenta a violência (LEDERACH, 1997; LEDERACH; LEDERACH, 2010).

O processo de se reconciliar não deve ser resumido a manifestações vigorosas e imediatas de perdão e esperança por parte dos grupos conflitantes, principalmente porque os indivíduos estão acostumados com toda uma história baseada em tensões e discordâncias mútuas. A natureza da reconciliação e da cura social é permanentemente dinâmica porque as interações estão sempre respondendo aos eventos de uma realidade que não é sequencialmente ordenada. Nas comunidades em que a violência é sistemática nas vidas das pessoas, a reconciliação deveria ser induzida como um aspecto constante do cotidiano que demanda vigilância antes, durante e após os picos de violência (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Um dos melhores exemplos para compreendermos a necessidade de permanência da reconciliação é a situação das mulheres locais no pós-conflito. Para elas, a violência não some e sequer diminui no pós-conflito porque, além de lidarem os traumas emocionais dos abusos contra seus corpos, vivenciam a violência todos os dias na rejeição em seus círculos sociais, nas doenças sexualmente transmissíveis que contraíram, no preconceito contra seus filhos gerados de estupros – os chamados *rebel babies* – e, claro, no temor de novas agressões. Qualquer processo de paz pode simbolizar ainda mais violência quando não é inclusivo e contínuo, visto que força os indivíduos a reconhecerem imediatamente um estado de normalidade que não é vivido (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Diante da profundidade e da permanência dos aspectos emocionais nas sociedades que vivem em situações de conflito historicamente enraizadas, o que torna a reconciliação possível de ser sustentada? Lederach e Lederach (2010) afirmam que é a capacidade de resiliência das pessoas e comunidades que, mesmo diante de episódios incessantes de violência aberta, buscam um caminho para seguirem com suas vidas. Os autores definem que a resiliência “descreve a qualidade necessária para sobreviver a condições extremas, mas mantém a capacidade de *encontrar um caminho de volta* para expressar a qualidade definidora do *ser* e a essência do *propósito*” (LEDERACH; LEDERACH, 2010, p. 68, tradução nossa, grifo dos autores).

Apenas o ato de sobreviver em meio ao conflito aberto é uma demonstração da capacidade de adaptação humana, visto que os indivíduos ainda procuram maneiras de restaurar aspectos do seu cotidiano, como reuniões familiares ou manifestações religiosas, ainda que haja a presença do inimigo e a iminência da violência. Entretanto, o conceito da resiliência vai além e abrange a capacidade de alimentar a esperança, expressar solidariedade e negociar criativamente os desafios impostos à vivência conjunta. A partir da crença no potencial humano de iniciar e sustentar processos de cura até em situações nas quais a segurança não é completamente garantida, a restauração dos relacionamentos parte da própria dinâmica social e representa um impulso em direção ao futuro (HALPERIN; SCHWARTZ, 2010; LEDERACH; LEDERACH, 2010).

As ações no âmbito emocional podem assumir várias formas, incluindo aquelas que podem se mostrar destrutivas no longo prazo. O sentimento de raiva, por exemplo, é um potente combustível para a ação individual. No entanto, é importante que os sentimentos sejam processados e canalizados em direção à reconstrução das múltiplas realidades sociais em um ambiente no qual as dores e traumas dificilmente serão esquecidos. A reconciliação não se trata de um movimento de perdoar e esquecer, mas de lembrar e mudar (HALPERIN;

SCHWARTZ, 2010; LEDERACH, 2005). A próxima seção apresenta as possibilidades de ação prática que a transformação de conflitos oferece para a reconciliação.

A reconciliação como uma prática transformativa

Hugh Miall, importante acadêmico da área, afirmara que o trabalho de John Paul Lederach consistia em uma das contribuições mais abrangentes sobre a ideia da transformação de conflitos para praticantes (MIALL, 2004). Lederach assume que sua escrita é orientada muito mais para a prática apesar das suas credenciais acadêmicas. No entanto, tratamos aqui de outra espécie de prática. O objetivo de alcançar transformações construtivas requer que novas formas de intervenção sejam exploradas com o objetivo de promover mudanças sociais que transcendam as questões culturais que sustentam o conflito por gerações. Nesta última seção, abordaremos as alternativas de ação que podemos extrair da proposta da transformação de conflitos de John Paul Lederach para a reconciliação de comunidades em que a violência já está sedimentada na realidade local. O autor não nos oferece um *framework* único de ação, optando por apresentar reflexões baseadas em suas próprias vivências com o objetivo de aproximar o leitor da experiência do conflito prolongado e das inúmeras formas de se reconciliar (LEDERACH; LEDERACH, 2010; RHODES, 2008).

Para essa ideia de reconciliação, é fundamental retomarmos pressupostos importantes da transformação de conflitos para a prática da paz, como o foco nos elementos subjetivos que influenciam as interações e o embasamento no conhecimento, linguagem e cultura locais. A prática da reconciliação, ao ser centrada na vivência do dia-a-dia, deve partir das realidades das próprias comunidades afetadas pela violência. A comunidade local coloca o conciliador frente a dinâmicas sociais, incluindo as emocionais, mas de uma maneira mais acessível do que se considerássemos processos de reconciliação a nível nacional. Além de ser o espaço no qual o contato face à face acontece, é no conhecimento local que os significados são sedimentados em categorizações e tipificações. Em contextos de violência prolongada, onde as pessoas devem lidar simultaneamente com elementos do conflito e da paz, surgem novas estruturas organizadoras de processos de significação que não pertencem ao cotidiano de comunidades pacíficas, como as percepções de paz, segurança, pertencimento e sobrevivência. Estas, por sua vez, interferem nas relações intersubjetivas e que, portanto, são pontos de partida para se construir novos padrões de relacionamentos (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Ainda que cada contexto tenha suas especificidades, as atividades giram em torno do empoderamento dos recursos locais para que estes alcancem e mantenham a sustentabilidade do processo. Sendo assim, indivíduos locais assumem o papel de conciliadores das suas próprias comunidades, afastando a noção de que é necessária a figura de um mediador isento de interferências emocionais do conflito para que a reconciliação ocorra. A população local é a única que detém um conhecimento implícito do contexto, o qual é adquirido apenas com a vivência cotidiana. Podemos exemplificar tal ponto com mais uma das histórias do autor: em diálogo com indivíduos que viviam imersas no conflito no México, um dos sinônimos para o conflito era a palavra *desmadre*, que em espanhol literalmente significa a ausência de mãe. Para aquelas pessoas, o conflito não significava apenas desordem social, mas um profundo afastamento das raízes e do acolhimento representados pela imagem materna (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Destes significados emocionais, o conciliador pode colher importantes direcionamentos para a reconciliação. O vínculo com o local dificulta o enquadramento analítico da proposta de Lederach em um modelo único, visto que cada local pode apontar necessidades substancialmente diferentes em relação às questões emocionais que devem ser curadas. No entanto, um projeto localmente fundamentado de reconciliação é uma proposta deveras importante nos dias atuais para não ser melhor explorada (LEDERACH, 1997).

Apesar de reiterar as diferenças substanciais que sua proposta de transformação de conflitos possui em relação à resolução de conflitos tradicional, Lederach adota a ideia das oficinas como espaços de encontro entre indivíduos de diferentes grupos. No entanto, o modelo de *workshop* baseado em reuniões formais centradas na busca por soluções exequíveis não cabe em uma proposta que busca atingir mudanças profundas no tecido social. A transformação do conflito adota instrumentos, técnicas e atividades extraídas da cultura e dos relacionamentos locais para que os participantes se sintam em um espaço de cura social antes de um espaço de tomada de decisões. A ideia de oficina, aqui, se ramifica em inúmeras possibilidades, podendo ser um evento ao ar livre, um evento cultural, um evento com grande participação pública ou um evento liderado por anciãos. O que definirá a forma de aproximação da população são os canais de comunicação e de resolução de conflitos que residem no conhecimento social (LEDERACH, 1995).

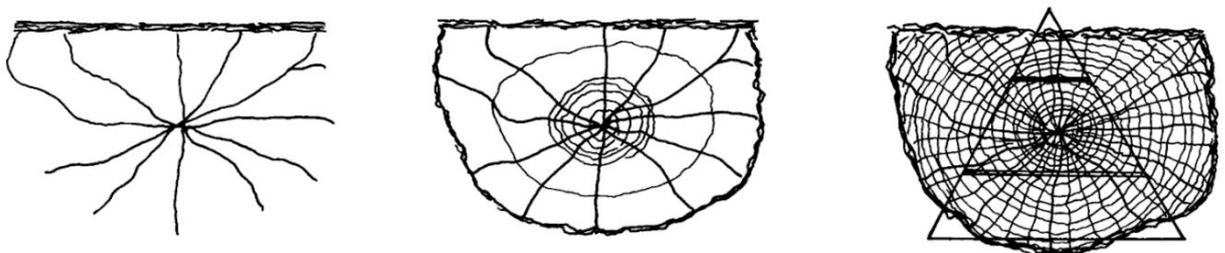
As atividades aproximam-se da abordagem *people to people* (P2P), que reúne indivíduos de diversos grupos e classes, especialmente representantes da população de base, para cultivar relações que minimizem as percepções estereotipadas, que levem em conta as necessidades de cada um e que, por fim, leve à construção de uma cultura de paz

fundamentada por narrativas de justiça social que dialoguem com o perdão (STEINBERG, 2013). A reconciliação pela perspectiva da transformação faz sentido quando múltiplos atores são envolvidos nas estratégias e atividades, uma vez que são as pessoas que não apenas vivenciaram o conflito cotidianamente, mas que são produtos e produtoras do conhecimento e da cultura que nomeiam e significam as emoções.

Em uma das suas histórias sobre suas experiências pessoais, Lederach (2005) afirma que quando em face de um mediador, as pessoas no cotidiano questionam *quem pode solucionar?* antes da clássica questão *qual é a solução?* que norteia toda a prática de resolução de conflitos. Suas experiências o levaram a deduzir que os recursos relacionais são centrais para a paz, uma vez que até mesmo soluções ideais não se sustentam sem as pessoas certas relacionando-se da maneira certa, mas essas mesmas pessoas em relacionamentos construtivos são capazes de gerar seus próprios processos e soluções (LEDERACH, 2005). Assim, um dos aspectos centrais da prática reconciliatória é a criação de pontos de contato que maximizem as relações interpessoais que, conseqüentemente, serão expandidas por toda a comunidade.

Oito anos após a elaboração do modelo piramidal em que descreve os níveis dos atores e abordagens para o *peacebuilding*, descrito no segundo capítulo, Lederach (2005) o revisita e propõe um diagrama em rede para exemplificar a reconstrução dos relacionamentos. A partir da criação de um eixo que conecta fios que saem de pontos distintos do espaço, novos fios vão sendo incorporados ao tecido social, diminuindo os espaços vazios e formando uma rede densa e resistente. A rede remete a metáforas de elasticidade e flexibilidade, que sintetizam a característica da resiliência de suportar até mesmo abalos estruturais e depois retornar às condições originais. A Figura 9 apresenta o esquema gráfico do modelo de rede.

Figura 9 - O processo de formação de redes



Fonte: Lederach (2005, p. 82).

Na rede, os fios entrelaçam-se entre si e simbolizam a interdependência que permeia as relações entre os atores. A criação de canais mais claros de comunicação representa esses pontos de contato, que fazem com que os indivíduos envolvidos tomem consciência da necessidade de construir um futuro interdependente. Um exemplo de mecanismo para aprimorar o contato entre as partes é a constituição de espaços, como comitês, que reúnam líderes de diferentes grupos e níveis permanentemente e com uma constância determinada (LEDERACH, 2005).

Esse modelo é particularmente interessante porque explora tanto a criação dos pontos de contato entre atores que pertencem a níveis sociais diferentes, como também entre aqueles que pertencem ao mesmo nível de influência na sociedade, mas diferem em relação às questões identitárias, como etnia e religião. Podemos identificar, então, o caráter multidirecional que os espaços de encontro devem assumir. Neles, os indivíduos compartilham suas expressões cotidianas do conflito e podem capturar e construir significados comuns que não sejam guiados pela linguagem da violência. Tais significados podem ser difundidos nos círculos de influência de cada líder e, em última instância, podem contribuir para que as ações e decisões tomadas em direção à paz se mantenham e sejam aceitas perante a comunidade (LEDERACH, 1997; 2005).

Para introduzir as partes à reconciliação, é necessário que se estabeleça formas de se comunicar nas quais a linguagem da violência seja substituída por uma linguagem de compaixão e empatia. A abordagem da *comunicação não violenta* proposta por Marshall Rosenberg, amplamente difundida para fora da comunidade acadêmica, preza pelo estabelecimento de padrões e instrumentos de comunicação que fortaleçam “a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas” (ROSENBERG, 2006, p. 21). Apesar de ser um conjunto de técnicas único para os mais diversos tipos de conflito, estas enfatizam alguns aspectos importantes da comunicação, como a necessidade de observar e ouvir cuidadosamente o interlocutor sem proferir julgamentos, identificar nossos próprios sentimentos e necessidades derivados da sua fala e, então, expressar com clareza a mensagem que se pretende transmitir.

Um dos pontos mais importantes para a reconciliação é o desenvolvimento de habilidades para expressar os próprios sentimentos sem atribuir responsabilidade ao Outro – por exemplo: a ideia transmitida por “o grupo rival me faz sentir ameaçado” pode ser substituída por “sinto-me apreensivo/preocupado com determinado comportamento/ação executada pelo grupo rival”. Na segunda sentença, o indivíduo assume a responsabilidade pelo que sente e se permite estar em relativa posição de vulnerabilidade ao expressar suas

emoções claramente, o que abre espaço para que os indivíduos compartilhem e reconheçam suas necessidades e caminhem em direção ao diálogo construtivo (ROSENBERG, 2006). A partir da abertura dos canais de comunicação entre as pessoas, o facilitador pode se dedicar a alguns questionamentos que guiarão suas atividades, para os quais Lederach e Lederach (2010) sugerem algumas ideias:

Como é o desafio da violência para as pessoas que vivem nessas comunidades? Como suas respostas aos eventos que se desenrolam, sua linguagem e metáforas organizadoras para lidar com a violência [...] são instrutivas para a compreensão dos tópicos de cura e reconciliação social? Quais são os pontos de referência que ajudam a moldar sua experiência e a maneira como eles entendem seus desafios? (LEDERACH; LEDERACH, 2010, p. 44, tradução nossa).

O conteúdo dos encontros entre os participantes é um dos grandes diferenciais da transformação de conflitos frente a abordagens mais ortodoxas. “E se a reconciliação fosse mais um processo artístico criativo do que uma fórmula linear de atividades cumulativas destinadas a produzir um resultado?” (LEDERACH, 2005, p. 159, tradução nossa). A questão lançada pelo autor revela a natureza do contato entre as partes conflitantes. A reconciliação é sobre a restauração dos padrões saudáveis de relacionamento em uma sociedade que sequer conseguia se comunicar. Visto que tais relacionamentos são elementos intersubjetivos, restaurá-los envolve processos subjetivos que não podem ser abreviados dentro de um cronograma. O perdão, a cura emocional e a consolidação de uma cultura de paz compartilhada por todos são processos que devem ser guiados pelo tempo particular das pessoas e das comunidades para que sejam sustentáveis (LEDERACH, 2005; LEDERACH; LEDERACH, 2010).

No segundo capítulo, dedicamos uma breve seção aos componentes artísticos mobilizados por Lederach em sua obra. A arte, assim como a reconciliação, não é cronológica e perde sua essência quando pressionada para se enquadrar em contornos rígidos. Tanto a arte como a reconciliação buscam ir além da apreensão racional da realidade. A racionalidade intelectual é apenas um dos elementos da experiência humana, mas é aquele que determina a métrica para todas as atividades e processos da sociedade. A arte vai além daquilo que pode ser racionalmente entendido e retorna a um espaço de entendimento que apresenta novas interpretações e constrói novos significados para a realidade. Inserir manifestações artísticas nos encontros desperta nos participantes as emoções que a reconciliação se propõe a curar (BLEIKER, 2009; LEDERACH, 2005).

A reconciliação se torna complicada e agravada quando tentamos tratá-la puramente no nível intelectual. Em algum lugar ao longo do caminho, pensamos na dor como

alojada na memória cognitiva. Danos e sofrimentos são encontrados principalmente na memória emocional. A razão de eu gostar das artes - música, teatro, dança, seja qual for a forma - é justamente porque ela tem a capacidade de construir uma ponte entre o coração e a mente (WAEVER, 2003 apud LEDERACH, 2005, p. 160, tradução nossa).

Trazer a arte para dentro do processo de reconciliação não exige que o praticante seja extremamente talentoso ou tenha dons artísticos, mas que ele seja atento e criativo para captar os sentidos e conexões que podem ser estimulados por meio de atividades que mobilizam a beleza e a profundidade de diferentes representações da realidade, como a música, a poesia e as artes visuais. Lederach (2005) contribui com o exemplo de um encontro para a reconciliação da Irlanda do Norte em 1996, no qual os organizadores decidiram incluir uma apresentação de um grupo de dança formado por bailarinas católicas e protestantes, os mesmos grupos que estiveram em conflito até o cessar-fogo em 1994. A exibição da dança, carregada de expressividade e acompanhada de imagens do conflito e de uma canção profunda sobre a violência, fez com que representantes dos dois lados do conflito se emocionassem apesar das suas posturas rígidas e introvertidas. Daquele dia, provavelmente poucos se lembram do conteúdo dos discursos ou acordos alcançados, mas com certeza se lembram do que sentiram naqueles minutos em que expressaram, em consonância, as dores do conflito que a arte despertou (LEDERACH, 2005).

A encenação teatral é um dos recursos artísticos que melhor pode ser aplicado em oficinas. Os participantes podem, por meio da representação de experiências cotidianas, praticar habilidades de resolução de conflitos e vivenciar situações que mesmo que sejam recorrentes na realidade social, podem ainda não terem sido vividas pelos indivíduos. A ideia é que os próprios participantes representem conflitos cotidianos, como familiares ou comerciais, e que emoções sejam produzidas dessa dinâmica. A apresentação revela os dilemas das partes envolvidas e aproxima os indivíduos das dores do Outro, com a grande vantagem de ser ancorada no imaginário local. O facilitador da oficina pode guiar uma discussão posterior ressaltando a necessidade da empatia e do perdão (LEDERACH, 1995).

A obra *The Journey Towards Reconciliation*, lançada em 1999, é a primeira das contribuições do autor centradas especialmente na reconciliação. Nela, enfatiza outro elemento da experiência humana que é geralmente desagregado da esfera da racionalidade: a religião. Assim como a arte, a religião apresenta realidades aos indivíduos a partir de símbolos que residem no subjetivo. Lederach abraça suas raízes religiosas e apresenta a reconciliação como um chamado de Deus, cuja missão era unir todas as pessoas e curá-las – no contexto das sociedades profundamente divididas, a reconciliação representa justamente

aproximar os indivíduos conflitantes e promover uma cura social. A obra é uma das contribuições do autor que mais se aproximam dos aspectos espirituais dos relacionamentos, adotando imagens frequentemente evocadas pela linguagem cristã, como o encontro com Deus e a restauração da fé e de valores sagrados (LEDERACH, 1999).

A relação entre a religião e o campo da construção da paz não é uma inovação trazida por Lederach. O *religious peacebuilding* é uma vertente dos Estudos para a Paz que parte da influência da identidade religiosa em dinâmicas de conflito prolongado. Quando engajadas em prol da paz, as religiões resgatam valores da não violência, da humanização do Outro e da justiça social e conseguem incorporá-los nas comunidades com um grau de legitimidade que dificilmente é acessado por ações políticas – no entendimento de Carl Gustav Jung, importante nome da psicologia analítica, o fenômeno religioso é fortemente ancorado no inconsciente coletivo e consiste em uma expressão do aspecto numinoso, o que significa que é capaz de gerar efeitos dinâmicos sem recorrer à arbitrariedade (ABU-NIMER, 2013; PORTELA, 2013).

Utilizar dos símbolos e das práticas espirituais é uma ferramenta útil não apenas em contextos onde os conflitos são justificados pela religião, como também naqueles em que o local já deixou de acreditar que acreditar que a reconciliação é possível. A religião Menonita, a qual Lederach pertence, desenvolve, há cerca de quinhentos anos, um importante trabalho em campo engajando-se em atividades de *peacebuilding* direcionadas à reconstrução dos relacionamentos entre grupos conflitantes com base nos ensinamentos cristãos de justiça e amor ao próximo (SCHIRCH, 2017).

Em pesquisa sobre a importância de cerimônias e rituais nas sociedades que vivem conflitos prolongados, Schirch (2004) reconhece que essas celebrações espirituais e/ou religiosas são capazes de criar experiências as quais os indivíduos atribuem grande valor e relevância. Apesar das diferenças culturais, uma das características comuns dos rituais é a repetição de manifestações verbais e físicas, sejam elas orações, mantras ou danças circulares. Nesses espaços, os indivíduos expressam suas vozes que ecoam na mesma frequência, estão profundamente conectados com seus semelhantes e com o momento presente e nutrem um forte senso de coletividade.

Reconhecemos que a reconciliação e a construção da paz são substancialmente diferentes de manifestações dessa natureza, no entanto, os atos simbólicos penetram em um nível de profundidade que não é alcançado nas negociações tradicionais. Os elementos ritualísticos alteram a percepção de mundo das pessoas porque simbolizam sentimentos coletivos que permaneciam silenciados. Essa mobilização das emoções e sentidos não

necessariamente indica soluções pontuais para o conflito, mas proporciona olhares antes não vistos (SCHIRCH, 2004).

Baseado em uma passagem bíblica do Evangelho de Mateus, Lederach (1999) apresenta quatro passos para se abordar os relacionamentos em conflito. O primeiro deles é dirigir-se diretamente ao inimigo e engajar-se em discussões sobre o problema, buscando construir um diálogo que o aproxime ao invés de o afastar. Apesar de ser uma ideia lógica, os fatores emocionais envolvidos tornam esta uma das tarefas mais difíceis da reconciliação porque implica em um movimento duplo: promover uma autorreflexão em relação aos próprios sentimentos e percepções e, ao mesmo tempo, ser atento aos sentimentos e percepções da pessoa a qual se dirige. O *engajamento interativo* consiste justamente na transparência do *self* e no reconhecimento do Outro (LEDERACH, 1999).

O segundo passo consiste em agregar outras pessoas e desenvolver nelas habilidades e capacidades para construir um espaço seguro e transparente para a interação. A presença dessas pessoas ajuda a criar um ambiente onde a escuta, a compreensão e a reflexão prevalecem em detrimento de atos de julgamento e condenação. Nesse sentido, a noção de justiça punitiva é substituída por um senso de responsabilidade coletivo, culminando não apenas na solução de um problema específico como também em uma mudança profunda da percepção dos indivíduos perante a sociedade (LEDERACH, 1999).

Quando os dois primeiros passos não levam a resultados satisfatórios, o terceiro passo sugere buscar o apoio de algum fórum ou instituição que seja respeitada no nível comunitário para que a confiança e a dedicação da população no processo seja ainda maior. Como seria esperado diante da natureza da obra, a sugestão nesse ponto é trazer as associações religiosas para os esforços de reconciliação, uma vez que a restauração individual e coletiva é parte dos seus propósitos espirituais. Por fim, o quarto passo afirma a necessidade de manter a conexão entre as partes mesmo quando a conjuntura local não permitir que as pessoas verdadeiramente se reconciliem (LEDERACH, 1999).

A manutenção dos relacionamentos implica em estar atento às interações cotidianas com o diferente, buscando se aproximar e dialogar ao invés de reagir ou confrontar. Ainda que as orientações apresentem a reconciliação como uma jornada guiada por aspectos espirituais, nos termos da transformação de conflitos elas reforçam a criação de pontos de contato entre os indivíduos como um dos fundamentos essenciais para que relacionamentos dilacerados possam ser renovados (LEDERACH, 1999).

Por fim, cabe explicitarmos a contribuição dos treinamentos propostos por John Paul Lederach para a reconciliação. No capítulo anterior, ressaltamos o papel destes como

instrumentos elaborados a partir do conhecimento local para preparar os indivíduos locais que se engajarão na construção da paz em suas comunidades. Tal conhecimento compartilhado abriga a cultura, o senso comum e as construções simbólicas que são compartilhadas pelos indivíduos e que definem como o mundo social é percebido, interpretado e sentido. As pessoas imersas no contexto possuem tamanha noção da realidade que as permite sugerir ideias valiosas e também julgar, com base nas relações cotidianas, quais dessas ideias é passível de ser implementada. Dado que o conhecimento social é fruto das interações, a proposta pedagógica da transformação de conflitos necessariamente abrange as questões que tangem à reconciliação como uma etapa primordial da construção da paz (LEDERACH, 1995).

Os treinamentos são ferramentas práticas que, em primeiro lugar, procuram desenvolver capacidades individuais nos indivíduos que se comprometem com o *peacebuilding* em suas comunidades. Aqui, discutiremos com mais profundidade uma dessas capacidades que os treinamentos buscam aprimorar, que é a de ouvir e engajar as vozes da identidade. É necessário ouvir com atenção as narrativas dos grupos identitários para entender de onde as pessoas vêm e como elas se definem para assimilar suas percepções acerca do medo, da ameaça e da sobrevivência enquanto uma coletividade (LEDERACH, 1995).

Uma das grandes tarefas da reconciliação é transcender o indizível e proporcionar ambientes seguros onde as pessoas, apesar das diferenças em relação ao grupo ao qual pertencem, sintam-se próximas o suficiente para ouvirem e serem ouvidas de maneira significativa. A partir das narrativas compartilhadas, os facilitadores locais devem estimular novas perspectivas nos indivíduos e, para isso, os treinamentos devem capacitá-los para identificar os padrões de expressão, percepção e interpretação gerados pelo conflito (LEDERACH; LEDERACH, 2010).

Uma das grandes novidades dos treinamentos propostos pelo autor é a inclusão do modelo elicitivo em seus programas. A abordagem explora o que é natural e está disponível no sistema cultural ao invés de reproduzir conceitos técnicos de resolução de conflitos que, muitas vezes, sequer são compreendidos pelo local. Os recursos locais que podem ser manuseados vão desde a arte e a religião, já citados, até aqueles que habitam quase que exclusivamente a esfera cotidiana, como os provérbios, fábulas e outras narrativas populares. A reconciliação é favorecida por atividades orientadas pelo modelo elicitivo porque o vínculo com imagens já conhecidas entre os participantes facilita o acesso do indivíduo à subjetividade do Outro. Por exemplo, quando as emoções são compartilhadas por meio de

recursos de *storytelling*¹⁶ oferecidos pelas histórias locais, a tendência é que o narrador sintasse mais confortável para expressá-las, inclusive porque pode utilizar da impessoalidade, e que os ouvintes demonstrem maior empatia (LEDERACH, 1995).

Outro componente importante da reconciliação que pode ser trabalhado por meio de atividades elicitivas é a confiança. A mudança social depende de indivíduos que confiem uns nos outros e que consigam articular suas ações em torno da interdependência que o futuro comum demanda. Para que os participantes trabalhem essa capacidade, o facilitador pode propor algumas questões: *em uma situação na qual enfrenta-se um grande problema, para quem você pediria ajuda? Por que? Quais características essa pessoa tem e o que você esperaria dela?* Em grupos pequenos, os participantes compartilham suas histórias e os pontos convergentes entre elas para, em seguida, apresentar ao grupo maior quais são os principais atributos de uma pessoa que se considera confiável (LEDERACH, 1995).

Nesse momento, os participantes são convidados a ouvir e sentem-se confortáveis para falar sobre suas percepções. Ao facilitador, cabe identificar os elementos que unem todos os participantes e definir algumas palavras-chave que sintetizem a discussão. Em uma aplicação dessa atividade na América Central, Lederach (1995) aponta que as principais características de pessoas confiáveis estavam relacionadas à capacidade de ouvir, de compartilhar e de dar bons conselhos. Um dos principais ganhos que essa atividade agrega, além de mostrá-los que a confiança tem bases semelhantes para os diferentes grupos, é reiterar a importância de pedir e aceitar ajuda quando em face de um problema. A rede que representa a reconstrução dos relacionamentos não se sustenta sem que haja apoio mútuo.

A reconciliação é um processo que se desenvolve nas dimensões pessoais e relacionais do conflito mas que, em termos de transformação, está presente em todas elas. Os efeitos psicológicos da reconciliação passam pela autopercepção e têm potencial até mesmo para moldar identidades, o que, em última instância, restaura relacionamentos interpessoais e intergrupais que foram destruídos pela violência. No entanto, as dimensões estrutural e cultural também são beneficiadas a partir do momento em que os discursos políticos são orientados em torno de valores positivos de empatia e tolerância, as instituições são socialmente justas ou ainda quando se sedimenta novas abordagens culturais de se resolver conflitos. Ao transformarem tudo aquilo que concerne à esfera intersubjetiva, a cura das

¹⁶ *Storytelling*, ou narração de histórias, é um recurso comunicativo utilizado para se transmitir ideias em formato de histórias, utilizando de componentes como enredo, personagens e cenários para tal. A composição rica em elementos descritivos associada aos símbolos que cada cultura agrega às suas histórias – como as fábulas ou lendas, por exemplo – aproxima o receptor da mensagem que se pretende transmitir e, na transformação de conflitos, é uma importante ferramenta para que as partes compreendam e nutram empatia pela realidade do Outro (HARTER; BOCHNER, 2009; LEDERACH; LEDERACH, 2010).

emoções e a restauração dos relacionamentos possibilitam a construção de novos mundos sociais.

Considerações parciais

Este último capítulo buscou trazer contribuições que nos permitem compreender as emoções e sentimentos como componentes de realidades que são criadas a partir de processos relacionais para, em seguida, tratar do conceito e da prática da reconciliação. O conflito é um fenômeno que deforma percepções, dilacera relacionamentos e afasta os indivíduos de qualquer perspectiva de construção coletiva das suas comunidades. A reconciliação proposta por John Paul Lederach é uma jornada pelas fragilidades emocionais geradas pela violência que, acompanhada de grande espiritualidade, pretende chegar a um lugar onde a mudança social é possível. O caminho da cura emocional não tem mapas: é uma missão que exige resiliência, sensibilidade e é construída por cada comunidade à sua maneira. Lederach não se propõe a dar mapas, mas a transmitir toda a sabedoria que adquiriu ao percorrer tal caminho inúmeras vezes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais, pretendemos estabelecer conclusões aos três capítulos apresentados neste trabalho, que objetivou explorar os elementos intersubjetivos da transformação de conflitos de John Paul Lederach. Tendo em mente a importante contribuição do autor, optamos por dar ênfase aos componentes intersubjetivos que perpassam o entendimento do conflito e que oferecem um caminho alternativo para a prática da paz. As emoções, percepções, interpretações e expressões que germinam dos relacionamentos pouco são consideradas como recursos pertinentes para as intervenções internacionais. A empreitada de reunir teorias e perspectivas de diferentes áreas do conhecimento, neste trabalho, serve àqueles que são capazes de visionar novas possibilidades de se visionar e construir sociedades pacíficas até onde o conflito perdura há gerações.

O primeiro capítulo buscou oferecer ao leitor um conjunto de termos e pontos de partida que guiaram a leitura de todo o trabalho. As contribuições sociológicas da fenomenologia social e do interacionismo simbólico trazem a importância das interações na definição dos significados e das interpretações que são consolidados em um arcabouço de conhecimento socialmente compartilhado e que são subjetivamente interpretados. As perspectivas relacionais do conflito agregam perspectivas que atribuem a origem do fenômeno aos processos de ação e interação social. Por fim, destacamos a resolução interativa de conflitos como uma proposta que agrega ferramentas informais de aproximação entre as partes com o objetivo de mudar atitudes e se chegar com mais facilidade e legitimidade à solução visionada. Uma das reflexões mais importantes que este capítulo nos desperta é a proximidade dos atores sociais às dinâmicas do conflito e da paz. A partir do momento que deixamos de atribuí-los a fatores assentados nas estruturas sociais e os vinculamos às interações cotidianas, cada indivíduo ou grupo se torna partícipe da circunstância presente, seja incitando padrões relacionais negativos ou promovendo atitudes e comportamentos harmônicos e cooperativos.

A transformação de conflitos consiste na pauta central do segundo capítulo, que buscou tratá-la pela perspectiva de John Paul Lederach, autor que forneceu as bases para que a transformação deixasse de ser um conceito genérico e se tornasse uma importante vertente que parte da resolução de conflitos e dos Estudos para a Paz, mas que dialoga com inúmeras perspectivas do conhecimento. Lederach assume pressupostos que vão além da racionalidade e da linearidade do fazer científico e insere ao arcabouço da construção da paz uma proposta que assume a dinamicidade e as vicissitudes da experiência humana. A transformação não se

dá apenas no âmbito da sociedade e vai além, extrapolando seu objeto e trazendo à tona *frameworks*, análises e métodos que condizem com a natureza intersubjetiva dos conflitos contemporâneos.

O terceiro capítulo, por fim, foi dedicado aos elementos intersubjetivos que se manifestam no conflito e que podem ser explorados na construção da paz. Mais do que gerar uma abundância de sentimentos, a violência transforma até mesmo aquilo que, em condições naturais, são praticamente certezas em nossas vidas, como a identificação com os valores dos grupos aos quais pertencemos e certo grau de confiança que nos permite interagir socialmente até nas situações em que o contato entre os indivíduos é mínimo. A reconciliação de John Paul Lederach não projeta uma cura social repentina que livraria todos os indivíduos dos ressentimentos históricos que acompanha suas sociedades desde os primórdios. Em uma proposta muito menos ambiciosa, o que se pretende é reconciliar relacionamentos cotidianos. É fornecer instrumentos para que as pessoas possam aceitar o passado, construir o presente e acreditar no futuro.

Para o desenvolvimento deste trabalho, diversas contribuições teóricas de outros campos acadêmicos foram utilizadas. De acordo com Ferreira (2015), os Estudos para a Paz são caracterizados por sua *transdisciplinaridade*, que busca pensar “através, entre e além das disciplinas” (FERREIRA, 2015). Isso implica em transcender relações simplistas e pensar novos arranjos científicos que permitam compreender a complexidade dos problemas que se apresentam à realidade contemporânea. As referências das ciências sociais e da psicologia social ocuparam espaço considerável nesta dissertação com o objetivo de aproximar o leitor de perspectivas que não são usualmente abordadas no que tange aos estudos sobre o conflito e a paz. Ainda mais importante, a imersão em outros sistemas de conhecimento nos apresenta novas ideias e prerrogativas que rompem com as concepções pré-estabelecidas dos nossos próprios campos e reiteram nossa posição de aprendizes na constante evolução que é a ciência (FERREIRA, 2015).

O campo de estudo de Relações Internacionais, apesar de ter sido originado da necessidade de manter pacífico o continente europeu após a Primeira Guerra Mundial, dedica-se mais à análise dos conflitos do que às nuances que percorrem a ideia de paz. A academia, os grandes noticiários e as organizações internacionais quase sempre tratam a paz como uma condição que remete à ordem, ao poder e à capacidade de influência dos grandes *players* mundiais. Neste trabalho, assim como na contribuição de Lederach de modo geral, poucas vezes mencionamos essas questões.

Privilegiamos uma perspectiva que acessa os conflitos contemporâneos por meio de caminhos que não levam em conta os pressupostos tão enraizados da disciplina. A transformação de conflitos nos distancia da noção de que o conflito segue uma racionalidade que pode ser revertida com uma fórmula padrão – ou seja, refuta todo o modelo das intervenções internacionais. Para aqueles mais apegados à lógica corriqueira de se pensar a política internacional, a transformação de conflitos sequer poderia ser considerada como uma proposta teórica passível de ser abordada no âmbito das Relações Internacionais por não compartilhar de importantes suposições da disciplina.

Ainda assim, acreditamos que a transformação de conflitos tem muito a acrescentar nas análises internacionais. Em consonância com o movimento que vem aproximando o local da área, a transformação tem muito a agregar à área. Para além de uma preocupação com os aspectos morais e espirituais que naturalmente florescem das crenças do autor, sua contribuição contribui para ampliar e descentralizar as possibilidades de agência para a paz. Muito antes de ser um lugar ideal ou um conjunto de objetivos comensuráveis, a paz é algo que, muitas vezes, não se conhece, mas que é profundamente desejado por milhões de pessoas cujas vidas são consumidas pela violência. É fundamental que a política internacional assuma a paz como um conceito que se refere a indivíduos e comunidades em busca de novas representações, papéis e padrões para conceber o mundo. Quaisquer projetos em que tal organicidade não é respeitada tendem a falhar justamente porque grandes mudanças são engendradas sem estarem sedimentadas no conhecimento social.

Há de se questionar alguns aspectos que, na prática, se mostram dificuldades maiores do que a transformação de conflitos retrata. Em alguns contextos, a participação popular é dificultada por grandes assimetrias de poder entre os atores sociais envolvidos. Em outros, por mais que alguns indivíduos participem dos esforços de paz, a transmissão dos efeitos para todo o tecido social é obstruída pelos eventos ou pelas dinâmicas locais. São questões cujos custos são reduzidos, de certa forma, por Lederach. O autor atribui à transformação de conflitos um alto grau de permeabilidade na realidade social, enquanto a violência dos dias contemporâneos nos mostra que o conjunto de fatores que a sustentam nem sempre são tão claros ou acessíveis. É fundamental também reconhecermos que o local, muitas vezes, não é capaz de sustentar um processo de paz que seja tão duradouro a ponto de transformar percepções e sentimentos culturalmente enraizados. Ampliar a viabilidade da transformação é, talvez, o maior desafio para os próximos desenvolvimentos da área.

Apesar dessas questões, insistimos na transformação. Dedicar-se sobre a obra de John Paul Lederach é um convite para conhecer os entretens da paz para além das fronteiras.

Mergulhamos em uma visão pouco explorada do conflito contemporâneo, onde as pessoas não são tratadas apenas como transgressoras ou como vítimas, mas como seres humanos que constroem relacionamentos afetuosos entre si, que pensam em seus futuros e que sentem profundamente pela violência que os fere e que condena as próximas gerações. Nós, brasileiros e brasileiras, conhecemos essa situação. Planejamos e construímos nossas vidas sobre padrões violentos que se expressam em nossos relacionamentos e que se perpetuam por gerações. A transformação de conflitos nos mostra a possibilidade de transformar não apenas estes eventos de grande magnitude, mas a realidade habitual dos nossos microcosmos. Diante da preponderância de discursos agressivos e combativos, agir em prol da paz não é somente assumir uma postura condescendente, é reverter os ciclos destrutivos do cotidiano.

É nessa imensidão de encontros intersubjetivos onde residem as respostas que procuramos, seja nos conflitos abertos que exterminam populações inteiras em poucas horas ou na violência taciturna e constante que mata um pouco por dia. Muito provavelmente a transformação de conflitos jamais substituirá completamente os mecanismos que acompanham as grandes intervenções, mas apostamos em sua capacidade de humanizar as abordagens para o conflito e para a paz que, no presente, urgem por olhares mais atentos e sensíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-NIMER, Mohammed. Religion and Peacebuilding. In: MAC GINTY, Roger (org.). **Routledge Handbook of Peacebuilding**. New York: Routledge, 2013. p. 69-80.

ANDRADE, Adriana Maria Amado da Costa de. **A perspectiva sociológica da resolução de conflitos no estudo do comportamento frente às instituições**. 2014. 169 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

AVRUCH, Kevin. Basic Human Needs and the dilemma of power in conflict resolution. In: AVRUCH, Kevin; MITCHELL, Christopher. **Conflict Resolution and Human Needs: Linking theory and practice**. New York: Routledge, 2013. p. 40-58.
<https://doi.org/10.4324/9780203098219>

AXT, Heinz-Jürgen; MILOSOSKI, Antonio; SCHWARZ, Oliver. **Conflict – a literature review**. Jean Monnet Group, University of Duisburg-Essen, Department of Social Sciences, 2006. 25p.

AZAR, Edward; JUREIDINI, Paul; MCLAURIN, Ronald. Protracted Social Conflict: Theory and Practice in the Middle East. **Journal of Palestine Studies**, v. 8, n. 1, p. 41-60, 1978.
<https://doi.org/10.1525/jps.1978.8.1.00p00935>

BARASH, David P.; WEBEL, Charles P. **Peace and Conflict Studies**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014. 561p.

BARBER, Michael. **Alfred Schutz**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/schutz/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Zygmunt Bauman: O medo contemporâneo**. Postado pelo usuário PAPO EFICIENTE/ EFFECTIVE SPEAKING, 2017. (07m39s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t3qhVR4jpH0>>. Acesso em: 09 set. 2019.

BBC. **Catalonia crisis: Separatist protest draws 350,000 in Barcelona**. BBC, 2019a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-50194846>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BBC. **Quem são os curdos e por que são atacados pela Turquia**. BBC Brasil, 2019b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50012988>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2008. 230p.

- BIBLIA CATÓLICA. **São Mateus, 18**. Bíblia Católica, 2019. Disponível em: <<https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-mateus/18/>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- BIGATÃO, Juliana de Paula. Operações de paz da ONU: a década de 1990 e a crise de responsabilidades. In: MATIJASCIC, Vanessa Braga (org.). **Operações de manutenção de paz das Nações Unidas**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. 271p.
<https://doi.org/10.1057/9780230244375>
- BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Berkeley: University of California Press, 1986. 208p.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. **An Agenda for Peace**. New York: United Nations, 1992. 53p.
<https://doi.org/10.1177/004711789201100302>
- BRANCO, Judikael Castelo; ROCHA, Lara França da. Medo, terror e inação segundo Hannah Arendt. **Kínesis**, v. 8, n. 19, p. 39-53, dez. 2016.
- BROWN, Chris. **Understanding International Relations**. New York: Macmillan Education, 1997. 271p.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100002>
- BURTON, John W. **Conflict: human needs theory**. London: The Macmillan Press, 1990. 358p.
<https://doi.org/10.1007/978-1-349-21000-8>
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 384p.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511817762>
- CAMPREGHER, Glauca; LONGONI, Lucas Schönhofen. A natureza humana do comportamento individual nos primórdios do pensamento econômico: uma comparação entre Hume, Smith e Bentham. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 111-139, abr. 2017.
<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n1art4>
- CARVALHO, Alonso Bezerra de. Razão e paixão: necessidade e contingência na construção da vida ética. **Conjectura**, v. 17, n. 1, p. 199-217, jan./abr. 2012.
- CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 146-161, 2010.

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000100011>

CASAGRANDE, Clede Antonio. Interacionismo simbólico, formação do self e educação: uma aproximação ao pensamento de G. H. Mead. **Educação e Filosofia**, v. 30, n. 59, p. 375-403, jan./jun. 2016.

<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v30n59a2016-p375a403>

CASCIANI, Dominic. **‘International flashpoint? I’m on my way’**. BBC Magazine, 2003.

Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20140818165623/http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/3210293.stm>. Acesso em: 08 mai. 2019.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 40, set. 2002.

CHIGAS, Diana. **Track II (Citizen) Diplomacy**. Beyond Intractability, 2003. Disponível em:

<https://www.beyondintractability.org/essay/track2_diplomacy>. Acesso em: 06 out. 2019.

CURLE, Adam. **Making Peace**. Londres: Tavistock, 1971.

CURLE, Adam. **In The Middle: Non-Official Mediation in Violent Situations**. Leamington Spa: Berg Publishers Ltd, 1986. 57p.

DUPUY, Kendra; RUSTAD, Siri Aas. **Trends in Armed Conflict, 1946-2017**. Oslo: Peace Research Institute Oslo, 2018.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p.

ELLENDER, Stefan. **North-South Divide: An Alternative Perspective on Conflict in Yemen**.

Future Foreign Policy, 2015. Disponível em <<http://www.futureforeignpolicy.com/north-south-divide-alternative-perspective-conflict-yemen/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **A Transdisciplinaridade nos Estudos de Paz**. Rede PCECS, 2015. Disponível em: <<https://redepeccs.com/2015/12/15/a-transdisciplinaridade-nos-estudos-de-paz/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

FIORI, José Luís da Costa. **Dialética da Guerra e da Paz: hierarquia, conflito e “ética internacional”**. Fev. 2017, p. 1-26. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/1_-_artigo_guerra_e_etica_internacional_2_95b92.pdf>. Acesso em: 09 out. 2019.

FISHER, Ronald. Third party consultation: a method for the study and resolution of conflict.

Journal of Conflict Resolution, v. 16, n. 1, p. 67-94, 1972.

<https://doi.org/10.1177/002200277201600105>

FISHER, Ronald. **The Social Psychology of Intergroup and International Conflict Resolution**. New York: Springer-Verlag, 1990. 277p.

<https://doi.org/10.1007/978-1-4612-3288-9>

FISHER, Ronald. Developing the Field of Interactive Conflict Resolution: Issues in Training, Funding and Institutionalization. **Political Psychology**, v. 14, n. 1, p. 123-138, 1993.

<https://doi.org/10.2307/3791396>

FISHER, Ronald. **Interactive Conflict Resolution**. Syracuse: Syracuse University Press, 1997.

FISHER, Ronald. **Ronald J. Fisher: A North American Pioneer in Interactive Conflict Resolution**. New York: Springer, 2016. 159p.
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-39038-3>

FISHER, Ronald; KEASHLY, Loreleigh. Third Party Consultation as a Method of Intergroup and International Conflict Resolution. In: FISHER, Ronald. **The Social Psychology of Intergroup and International Conflict Resolution**. New York: Springer-Verlag, 1990. p. 211-238.
https://doi.org/10.1007/978-1-4612-3288-9_9

FRANCIS, Diana. **People, Peace and Power: Conflict Transformation in Action**. London: Pluto Press, 2002. 264p.

FRASER, Nancy; HONNETH, Alex. **Redistribution or Recognition: a Political-Philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUHRMANN, Nadia. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 79-96, jan./jun. 2013.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.
<https://doi.org/10.1177/002234336900600301>

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.
<https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: SAGE Publications, 1996. 280p.

GALTUNG, Johan. **Conflict Transformation by Peaceful Means (the Transcend Method)**. Geneva: UN Disaster Management Training Programme, 2000.

GALTUNG, Johan. **Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity**. *Transcultural Psychiatry*, v. 47, n. 1, p. 20-32, 2010.
<https://doi.org/10.1177/1363461510362041>

GERGEN, Kenneth J. **Relational Being: Beyond Self and Community**. New York: Oxford University Press, 2009.

GINGRICH, Paul. **Introduction to Micro Sociology**. 1999. Disponível em: <<http://uregina.ca/~gingrich/n9f99.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GOMES, Vicente. O vínculo entre infra estrutura e superestrutura na perspectiva contemporânea. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 2, p. 127-134, 2005.

GROOM, A.J. R. Paradigms in Conflict: The Strategist, the Conflict Researcher and the Peace Researcher. **Review of International Studies**, v. 14, n. 2, p. 97-115, abr. 1988.
<https://doi.org/10.1017/S0260210500113336>

G1. **América do Sul em turbulência**: entenda, em resumo, os protestos e crises políticas na região. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/23/america-do-sul-em-turbulencia-veja-em-resumo-os-protestos-e-criSES-politicas-na-regiao.gh.html>>.
 Acesso em: 30 out. 2019.

HALPERIN, Eran; SCHWARTZ, Drew E. Emotions in conflict resolution and post-conflict reconciliation. **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, n. 87, p. 423-442, 2010.
<https://doi.org/10.3917/cips.087.0423>

HARRISON, Kathryn. **While they slept**: an inquiry into the murder of a family. Manhattan: Random House, 2008.

HARTER, Lynn; BOCHNER, Arthur. Healing Through Stories: A Special Issue on Narrative Medicine. **Journal of Applied Communication Research**, v. 37, n. 2, p. 113-117, 2009.
<https://doi.org/10.1080/00909880902792271>

HASLAM, Nick. Dehumanization: An Integrative Review. **Personality and Social Psychology Review**, v. 10, n. 3, p. 252-264, 2006.
https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4

HUTCHISON, Emma. **Why Study Emotions in International Relations?**. E-International Relations, 2018. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2018/03/08/why-study-emotions-in-international-relations/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. Reconciliation. In: MAC GINTY, Roger (org.). **Routledge Handbook of Peacebuilding**. New York: Routledge, 2013. p. 81-90.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 2017. 451p.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 96p.

KALDOR, Mary. In Defense of New Wars. **Stability: International Journal of Security and Development**, v. 2, n.1, 2013. Disponível em:
 <<https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.
<https://doi.org/10.5334/sta.at>

KELMAN, Herbert. Negotiation as Interactive Problem Solving. **International Negotiation**, v. 1, p. 99-123, 1996.
<https://doi.org/10.1163/157180696X00089>

KELMAN, Herbert. The Development of Interactive Problem Solving: In John Burton's Footsteps. **Political Psychology**, v. 36, n. 2, p. 243-262, 2015.
<https://doi.org/10.1111/pops.12265>

KLEINFELD, Philip. **In eastern Congo, a local conflict flares as regional tensions rise.** The New Humanitarian, 2019. Disponível em: <<https://www.thenewhumanitarian.org/news/2019/10/28/eastern-Congo-Kivu-conflict-regional-tensions>>. Acesso em: 30 out. 2019.

KUZU, Durukan. The politics of identity, recognition and multiculturalism: the Kurds in Turkey. **Nations and Nationalism**, n. 22, v. 1, p. 123-142, 2015. <https://doi.org/10.1111/nana.12139>

LEDERACH, John Paul. **Preparing for Peace: conflict transformation across cultures.** New York: Syracuse University Press, 1995. 123p.

LEDERACH, John Paul. **Building peace: sustainable reconciliation in divided societies.** Washington: United States Institute of Peace Press, 1997. 197p.

LEDERACH, John Paul. **The Journey Towards Reconciliation.** Scottsdale: Herald Press, 1999.

LEDERACH, John Paul. **The Moral Imagination: the art and soul of building peace.** New York: Oxford University Press, 2005. 200p. <https://doi.org/10.1093/0195174542.001.0001>

LEDERACH, John Paul. **The little book of Conflict Transformation.** New York: Good Books, 2014. 64p.

LEDERACH, John Paul. **John Paul Lederach Curriculum Vitae.** Disponível em: <https://kroc.nd.edu/assets/226608/fullsize/john_paul_lederach_cv_2014.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

LEDERACH, John Paul; LEDERACH, Angela Gill. **When blood and bones cry out: journeys through the soundscape of healing and reconciliation.** New York: Oxford University Press, 2010. 261p.

LEONARDSSON, Hanna; RUDD, Gustav. The 'local turn' in peacebuilding: a literature review of effective and emancipatory local peacebuilding. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 5, p. 825-839, 2015. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1029905>

LUFT, Aliza. **Dehumanization and the Normalization of Violence: It's Not What You Think.** Items, 2019. Disponível em: <<https://items.ssrc.org/insights/dehumanization-and-the-normalization-of-violence-its-not-what-you-think/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

LUTZ, Catherine. **Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to western theory.** Chicago: The University of Chicago Press, 1998. 273p.

MCKEOWN, Shelley. Social Psychology and Peacebuilding. In: MAC GINTY, Roger (org.). **Routledge Handbook of Peacebuilding.** New York: Routledge, 2013. p. 117-131.

MIALL, Hugh; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution: the prevention, management and transformation of deadly conflicts**. Cambridge: Polity Press, 1999. 259p.

MITCHELL, Christopher. From controlled communication to problem solving: the origins of facilitated conflict resolution. **The International Journal of Peace Studies**, v. 6, n. 1, 2001.

MYERS, David G. **Psicologia Social**. Porto Alegre: AMGH, 2014. 567p. 10^a ed.

NORTHRUP, Terrell A. The Dynamic of Identity in Personal and Social Conflict. In: KRIESBERG, Louis; NORTHRUP, Terrell; THORSON, Stuart. **Intractable Conflicts and Their Transformation**. Syracuse: Syracuse University Press, 1989. p. 55-82.

OLIVA, Diana Villac. Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 349-356, mai./ago. 2016.

<https://doi.org/10.1590/2175-353920150202991>

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. Técnicas Alternativas de Resolução de Conflitos: Resolução Interativa de Conflitos. In: BRANCO, Carlos; SOUSA, Ricardo Real P.; OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. **Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa e OBSERVARE, 2017a. p. 231-260.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. Técnicas Alternativas de Resolução de Conflitos: Abordagem TRANSCEND. In: BRANCO, Carlos; SOUSA, Ricardo Real P.; OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. **Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa e OBSERVARE, 2017b. p. 261-286.

PALAS ATHENA. **Editora Palas Athena**. 2019. Disponível em: <<http://palasathena.org.br/editora.php>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PARDO, David Wilson de Abreu; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2015.

<https://doi.org/10.1590/1808-2432201506>

PORTELA, Bruno de Oliveira Silva. O conceito religião no pensamento de Carl Gustav Jung. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 46-61, jan./jun. 2013.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos Estudos para a Paz. **Relações Internacionais**, n. 32, p. 5-32, 2011.

RAMSBOTHAM, Oliver. The Analysis of Protracted Social Conflict: A Tribute to Edward Azar. **Review of International Studies**, v. 31, n. 1, p. 109-126, jan. 2005.

<https://doi.org/10.1017/S0260210505006327>

RASMUSSEN, Lewis. Peacemaking in the 21st Century: New Rules, New Roles, New Actors. In: ZARTMAN, Ira William; RASMUSSEN, Lewis (Eds.). **Peacemaking in**

International Conflict: Methods and Techniques. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

RHODES, Gloria Ileen. **Conflict Resolution and Conflict Transformation Practice: Is There a Difference?** 2008. 253f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Filosofia, Institute for Conflict Analysis and Resolution, George Mason University, Fairfax, VA, 2008.

ROTHMAN, Jay. **Resolving identity-based conflict in nations, organizations, and communities.** San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** São Paulo: Ágora, 2006.

ROUHANA, Nadim N. Interactive Conflict Resolution: Issues in Theory, Methodology and Evaluation. In: NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **International Conflict Resolution After the Cold War.** Washington: The National Academies Press, 2000, p. 294-337.

SCHAFER, Jessica. Guerrillas and Violence in the War in Mozambique: De-Socialization or Re-Socialization? **African Affairs**, v. 100, n. 399, p. 215-237, abr. 2001.
<https://doi.org/10.1093/afraf/100.399.215>

SCHIRCH, Lisa. **Ritual and Symbol in Peacebuilding.** Bloomfield: Kumarian Press, 2005. 224p.

SCHIRCH, Lisa. Eight Ways to Strengthen Mennonite Peacebuilding. **The Conrad Grebel Review** 35, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://uwaterloo.ca/grebel/publications/conrad-grebel-review/issues/fall-2017/eight-ways-strengthen-mennonite-peacebuilding>>. Acesso em: 24 set. 2019.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012. 357p.

SHIBUTANI, Tamotsu. Herbert Blumer's Contributions to Twentieth-Century Sociology. **Symbolic Interaction**, v. 11, n.1, p. 23-31, 1988.
<https://doi.org/10.1525/si.1988.11.1.23>

SILVA, André da et al. Transtorno de estresse pós-traumático em veteranos de guerra: uma revisão integrativa. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 19, n. 3, p.628-643, dez. 2018.
<https://doi.org/10.15309/18psd190313>

SILVA, Carmem Lúcia da. Interacionismo Simbólico: história, pressupostos e relação professor e aluno; suas implicações. **Revista Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 73-84, dez. 2012.

SILVA, Marcos José Diniz. O conflito social e suas mutações na teoria sociológica. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2011.

SITES, Paul. **Control: the basis of social order.** Dunellen: Dunellen Publisher, 1973. 225p.

SOUSA, Ricardo Real P. Relações Internacionais e o estudo da Paz e Conflito, o contexto da Resolução de Conflitos. In: BRANCO, Carlos; SOUSA, Ricardo Real P.; OLIVEIRA,

Gilberto Carvalho de. **Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa e OBSERVARE, 2017a. p. 51-98.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. Algumas considerações sobre a sociologia de Alfred Schutz. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 9, n. 1, jan./jul. 2012, p. 1-26.
<https://doi.org/10.5007/1806-5023.2012v9n1p1>

TAJFEL, Henry; TURNER, John. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, William G.; WORCHEL, Stephen. **The social psychology of intergroup relations**. Monterey: Brooks/Cole Pub. Co, 1979. p. 33-47.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Trabalho de campo e sociologia relacional: uma experiência na favela do Turano. **Ponto Urbe**, v. 17, 2015.
<https://doi.org/10.4000/pontourbe.2888>

TEIXEIRA, Carla Costa. Introdução. In: TEIXEIRA, Carla Costa. **Em Busca da Experiência Mundana e seus Significados**: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 9-35.

THIRD WAY. **Prepare for Peace**. Third Way. Disponível em: <<http://thirdway.com/prepare-for-peace/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

TIDWELL, Alan. **Conflict resolved?** A Critical Assessment of Conflict Resolution. New York: Continuum, 1998.

WALLENSTEEN, Peter. The Resolution and Transformation of International Conflicts: A Structural Perspective. In: VÄYRYNEN, Raimo (Ed.). **New Directions in Conflict Theory: Conflict Resolution and Conflict Transformation**. London: Sage Publishers, 1991.

WAGNER, Helmut R. Introdução. In: WAGNER, Helmut R. (org.). **Fenomenologia e Relações Sociais**: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 3-50.

WEBEL, Charles. Introduction: toward a philosophy and metapsychology of peace. In: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan. **Handbook of peace and conflict studies**. New York: Routledge, 2007. p. 3-13.
<https://doi.org/10.4324/9780203089163.ch1>

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais, parte 2**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. 453p.

WRIGHT, Walter A. **John Paul Lederach: A Peacebuilder Bibliography**. Mediate, 2004. Disponível em: <<https://www.mediate.com/articles/wrightW2.cfm>>. Acesso em: 03 abr. 2019

YALEM, Ronald. Controlled Communication and Conflict Resolution. **Journal of Peace Research**, v. 8, n. 3-4, p. 263-272, 1971.
<https://doi.org/10.1177/002234337100800306>

ZANELLA, Andréa Vieira et al. Relações sociais e poder em um contexto grupal: reflexões a partir de uma atividade específica. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 85-91, 2003.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100010>